

**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA**

**FRANCISCO OLAVO NETO**

**ESTUDO DA DINÂMICA ENUNCIATIVA DE AUNQUE E DE SEUS CORRELATOS  
EM PORTUGUÊS**

**CÁCERES**  
**Fevereiro 2017**

FRANCISCO OLAVO NETO

ESTUDO DA DINÂMICA ENUNCIATIVA DE AUNQUE E DE SEUS CORRELATOS  
EM PORTUGUÊS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística oferecido pela Universidade do Estado de Mato Grosso como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Luiz Cumpri

CÁCERES  
Fevereiro 2017

© by Francisco Olavo Neto, 2017.

Olavo Neto, Francisco

Estudo da dinâmica enunciativa de AUNQUE e de seus correlatos em português. / Francisco Olavo Neto. Cáceres/MT: UNEMAT, 2017. 119f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2017. Orientador: Marcos Luiz Cumpri

1. TOPE – Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas. 2. AUNQUE. 3. Variação. 4. Tradução. 5. Sentido. I. Título.

CDU: 81'37

Ficha catalográfica elaborada por Tereza Antônia Longo Job CRB1-1252

**FRANCISCO OLAVO NETO**

**ESTUDO DA DINÂMICA ENUNCIATIVA DE AUNQUE E DE SEUS CORRELATOS  
EM PORTUGUÊS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Marcos Luiz Cumpri (Orientador – PPGL/UNEMAT)

---

Dra. Jocineide Macedo Karim (Membro interno – PPGL/UNEMAT)

---

Dra. Ana Cristina Salviato-Silva (Membro externo - Programa de Mestrado em  
Educação, Ambiente e Sociedade - Centro Universitário das Faculdades  
Associadas de Ensino-FAE)

APROVADO EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

*Dedico esse trabalho em memória da minha mãe, Abigail Luiza da Costa, por sempre acreditar em mim, até quando nem mesmo eu não acreditava. Por apostar todas suas fichas num filho idealizado. Mesmo depois de tanto tempo, ainda me faz refletir sobre meus atos e escolhas impulsionando-me sempre a seguir adiante.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo presente do fôlego de vida dado todas as manhãs, pela ajuda em todos os momentos de necessidade durante esses dois anos de mestrado. Em muitos momentos chorei e pensei que não seria possível, foram muitas lutas, muitas batalhas travadas e também vencidas, rumo à meta, à guerra final, à defesa.

Agradeço à Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), pela oportunidade de me graduar e pós-graduar. Aos meus brilhantes professores e, principalmente, ao Prof. Dr. Taisir Karim pela ajuda e companheirismo. Foram muitos momentos bons. Retornar às cadeiras como aluno e ouvir doutores falando foi e sempre é muito bom.

Agradeço aos meus familiares, a minha avó Eva Luiza e, em especial, a minha tia Iara Auxiliadora da Costa Rodrigues pela ajuda financeira, sem sua ajuda não pouparia dinheiro para os primeiros meses sem salário em Cáceres, pelo amparo em todos os sentidos, sem você nada seria possível. Tu és uma mãe para mim. Agradeço também aqueles que não me ajudaram, mas que também não atrapalharam.

Agradeço a imensa ajuda do Professor Doutor Albano Dalla Pria. Foi quem incentivou a me inscrever no programa, a estudar para as provas, preparou-me para a entrevista e cobrou o melhor de mim. Devo muito a você e reconheço sua contribuição para entrar no programa, nas bancas de qualificação e defesa.

Agradeço ao Professor Doutor Marcos Luiz Cumpri por me ajudar e amparar em todos os momentos, desde os mais simples até aqueles de total desespero. Serei eternamente grato. Tantas trocas de e-mails, áudios com explicações que me ajudaram muito a escrever, dicas de leitura e escrita, prontidão em responder a minhas mensagens. Não tenho palavras para dizer o quanto sou grato, por isso direi sempre: muito obrigado.

Agradeço ao meu amigo Juracy Porfírio Neto pela ajuda na revisão ortográfica e gramatical de todo o texto e pela formatação do texto final. E a todas as boas vibrações dos meus amigos que me incentivaram a terminar logo este texto.

E por fim, agradeço à memória de minha mãe, que sempre me instiga a evoluir cada dia mais.

*“A maior recompensa para o trabalho do homem não é o que ele ganha com isso, mas o que ele se torna com isso”.*

*(John Ruskin)*

## RESUMO

A tradição de estudos linguísticos está construída sobre alguns alicerces. Porém, sob a orientação da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), de Antoine Culioli, busca-se, neste trabalho, investigar os processos de estabilização e desestabilização dos vários usos de AUNQUE, do espanhol, traduzidos para o português. As gramáticas de língua espanhola são, por tradição, formalistas e categorizadoras, ainda que importante para a compreensão de alguns fenômenos linguísticos, e tendem a priorizar a separação entre as categorias. Esse fator costuma desconsiderar variações de significado que uma marca pode sofrer conforme os diversos fenômenos languageiros a que está exposta. Nessa tradição, morfossintaticamente, *aunque* é definida como conjunção concessiva, desconsiderando outros valores, tais como o adversativo. Na égide da TOPE, propõe-se que, através da desestabilização do enunciado onde a marca estiver inserida, é possível investigar o processo de constituição de tal enunciado, estabelecendo critérios de sua variação semântica ante a construção de famílias parafrásticas. Esta dissertação parte da linha de pesquisa dos Estudos e análise dos processos discursivos e semânticos e para o desenvolvimento desta, organizou-se um *corpus* com ocorrências da marca *aunque*, onde seus correlatos de tradução, ao português, desempenham concessão de modo variável, isto é, em maior ou menor medida. Tomando a coleta de dados em pesquisas de caráter descritivo-bibliográfico, procura-se investigar o processo de delimitação da marca entre coordenante adversativa e subordinante concessiva. Traz-se na problemática, para efetivação, os seguintes questionamentos: Quais razões fazem optar por um dos correlatos, em português, de *aunque*? Como se dá tal escolha? Por que um correlato se adequa melhor ao sujeito? Há implicações na tradução de *aunque* ao português, devido à variedade de correlatos? Para tal investigação, autores com relevância teórica são considerados pertinentes na composição deste trabalho, coletando dados e avaliando particularidades nas ocorrências de *aunque* com valor concessivo. Fazendo-se, posteriormente, uma análise crítico-reflexiva, visando uma melhor compreensão sobre o funcionamento da marca e de seus correlatos.

Palavras-chave: AUNQUE. TOPE. Sentido. Variação. Tradução.

## RESUMEN

La tradición de estudios lingüísticos está construida sobre algunas bases. Sin embargo, bajo la orientación de la Teoría de las Operaciones Predicativas y Enunciativas (TOPE), de Antoine Culioli, recurre, en este trabajo, investigar los procesos de estabilización y desestabilización de los varios usos de “aunque”, del español, traducidos al portugués. Las gramáticas de lengua española son, por tradición, formalistas y categorizadoras, aunque importante para la comprensión de algunos fenómenos lingüísticos, tienden a priorizar la separación entre las categorías. Tal factor acostumbra desconsiderar variaciones de significado que una marca puede sufrir conforme los diversos fenómenos lenguajeros a que está expuesta. En esa tradición, morfosintácticamente, “aunque” es definido como conjunción concesiva, desconsiderando otros valores, tales como el adversativo. En la égida de la TOPE, se propone que, a través de la desestabilización del enunciado donde la marca esté inserida, es posible investigar el proceso de constitución de tal enunciado, estableciendo criterios de su variación semántica ante la construcción de familias parafrásticas. Esta tesis de Máster parte de la línea de pesquisa de los Estudios y análisis de los procesos discursivos y semánticos y para el desarrollo de esta, se organizó un *corpus* con ocurrencias del marcador “aunque”, donde sus correlatos de traducción, al portugués, desempeñan concesión de manera variable, esto es, en mayor o menor grado. Tomando la coleta de datos en pesquisas de carácter descriptivo-bibliográfico, se procura investigar el proceso de delimitación de la marca entre coordinante adversativa y subordinante concesiva. Se trae en la problemática, para efectuar, los siguientes cuestionamientos: ¿Cuáles razones hacen optar por un de los correlatos, en portugués, de “aunque”? ¿Cómo se da tal escoja? ¿Por qué un correlato se adecua mejor al sujeto? ¿Hay implicaciones en la traducción de “aunque” al portugués, debido a la variedad de correlatos? Para tal investigación, autores con relevancia teórica son considerados pertinentes en la composición de este trabajo, colectando datos y evaluando particularidades en las ocurrencias de “aunque” con valor concesivo. Haciéndose, posteriormente, un análisis crítico-reflexivo, visando una mejor comprensión sobre el funcionamiento de la marca y de sus correlatos.

Palabras-clave: AUQUE. TOPE. Sentido. Variación. Traducción.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Sistema (relações de dependência e de solidariedade) .....	22
Quadro 02 – Domínio nocional .....	42
Quadro 03 – Classes gramaticais (Gramática Espanhola) .....	51
Quadro 04 – Orações subordinadas (Gramática Espanhola) .....	70
Quadro 05 – Ato enunciativo .....	89
Quadro 06 – Grau de concessão .....	92
Quadro 07 – Conjunções e loc. conjuntivas (adversativas ou concessivas) .....	104

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
SEÇÃO 1 – TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS: CONTEXTO HISTÓRICO E FUNDAMENTOS PRINCIPAIS .....	17
1.1 Uma Breve Abordagem Histórica dos Estudos de Linguística. ....	17
1.2 Língua e Linguagem.....	19
1.3 Concepção dinâmica de língua e linguagem segundo Culioli. ....	27
1.4 A invariância da linguagem .....	31
1.4.1 A marca linguística .....	34
1.4.2 A articulação léxico e gramática.....	35
1.5 A linguagem como representação, referenciação e regulação.....	36
1.6 Noção .....	41
1.6.1 Domínio Nocial.....	44
1.6.2 Quantifibialização (Quantificação e Qualificação) .....	45
1.6.3 Fronteira, Interior e Exterior .....	46
SEÇÃO 2 – A IDEIA DE CONCESSÃO E A MARCA AUNQUE DO ESPANHOL.....	49
2.1 História da Gramática.....	49
2.1.1 Conceituação .....	49
2.1.2 A Gramática Tradicional e os valores de <i>QUE</i> .....	51
2.1.2.1 Valores de <i>QUE</i> no Espanhol.....	51
2.1.2.2 Valores de <i>QUE</i> no Português .....	55
2.1.3 Por uma gramática operatória.....	58
2.2 <i>Aunque</i> – breve trajetória .....	60
2.2.1 Real Academia da Língua Espanhola (versão de 1771) .....	61
2.2.2 Nueva Gramática Básica de la Lengua Española de la Real Academia Española (versão 2011) .....	62
2.2.3 Diccionario de uso del español – María Moliner (1998) .....	65
2.2.4 Diccionario de uso del español de América y España (2002) .....	67
2.2.5 Diccionario práctico de gramática – 800 fichas de uso correcto del español – de Óscar Cerrolaza Gili (2005).....	68
2.2.6 Gramática Práctica del Español Actual – Aquilino Sánchez Pérez e Ramón Sarmiento Gonzáles (2005).....	69
2.2.7 Gramática práctica de español para brasileños – Milagros Juste Nuñez (2004) 73	

2.2.8	Uso de la gramática española (niveles elemental, intermedio y avanzado) de Francisca Castro Viudez (2006).....	75
2.2.9	Curso Práctico de Gramática de ELE - A. González Hermoso, J. R. Cuenot y M. Sánchez Alfaro (2006).....	78
2.2.10	Matéria Prima: Curso de Gramática (Níveis intermediário, avançado e superior) de María Luisa Coronado González, Javier García González e Alejandro R. Zarzalejos Alonso (2009) .....	79
2.2.11	Gramática española – Método práctico – Carmen Gutiérrez (2009).....	82
2.2.12	Gramática de espanhol para brasileiros – Esther Maria Milani (2011).....	84
2.2.13	Gramática Contrastiva del español para brasileños de Concha Moreno y Gretel Eres Fernández (2012).....	87
2.3	Construções concessivas com base na TOPE.....	89
	SEÇÃO 3 – ANÁLISES .....	95
3.1	Enunciado 1 – Iré aunque esté nevando.....	97
3.2	Enunciado 2 – Aunque lo hubiera visto, no te lo diría.....	101
3.3	Enunciado 3 – Quería correr, aunque no puedo.....	106
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	113

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação embasou-se na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, doravante designada como TOPE, do linguista francês Antoine Culioli. Neste aporte teórico, analisar-se-á a representação linguística como um processo de operações no qual se consideram a variabilidade e a instabilidade das línguas naturais, um procedimento constante de busca pela estabilidade de sentidos na e pela enunciação. A teoria segue numa linha *neoestruturalista*, mas considera o enunciado como foco de suas análises.

Segundo a TOPE, a enunciação se dá por um processo de constituição, num ato de construção de um enunciado. A partir da investigação da atividade da linguagem procura-se descobrir os meios responsáveis por gerar a significação, enquanto atividade humana, remetendo-se a um processo de produção e reconhecimento de formas que são definidas em função do seu uso, isto é, a linguagem passa a ser abordada como uma atividade de construção de representação mental, referenciação e regulação. O contexto da enunciação, em que o enunciado é produzido, determina o funcionamento das unidades linguísticas e seus valores. A variância linguística se inscreve nas línguas como sistemas de representação decorrentes da atividade simbólica da linguagem.

O objetivo da teoria, e deste trabalho de pesquisa, não é construir uma gramática universal nem refutar a gramática normativa, mas refletir sobre o processo de constituição de significados, processo primitivo, operações primeiras que geraram regras e esquemas gramaticais que padronizam as palavras em categorias. As línguas naturais são organizadas a partir de classes gramaticais, no entanto, desde o aspecto enunciativo, procura-se articular a língua no âmbito semântico, discursivo e enunciativo. A TOPE analisa as proposições num processo inverso aos padrões ditados pela gramática, um processo de desconstrução, isto é, começar pelo processo de representação, referenciação e regulação, escolher os elementos que formam o enunciado e o significado que se espera alcançar através dele, e, a partir disso, encaixar as marcas linguísticas em seus devidos processos languageiros.

No processo de investigação da marca, sua etimologia trouxe à tona suas origens latinas e sua sustentabilidade em relação ao que se depreende dela, bem como seus valores e conceitos investigados a fundo em diversas gramáticas e dicionários. A marca se dá pela junção de um advérbio, o *aun*, com a partícula *que*,

cuja definição se altera conforme emprego e uso, passando desde o valor de pronome relativo até o de conjunção subordinante.

Por conta da diversidade de sentidos atribuídos a *que*, investigou-se em gramáticas espanholas e brasileiras o movimento categorial entre suas atribuições, a fim de expor que as palavras não devem estar presas em categorias, tal qual a TOPE sugere com o conceito de categoria zero e transcategorialidade, em que o sentido empregado a um marcador linguístico se define somente na enunciação, considerando o movimento e a variação de tal marcador de acordo o mecanismo que o rege.

As gramáticas de língua espanhola, tributárias da corrente tradicional, incluem *aunque*, a marca aqui investigada, na categoria das conjunções, ora adversativas, ora concessivas. No entanto, o valor “concessivo” e o critério morfossintático são o que definem a inclusão de *aunque* nessa categoria. Tais critérios são anteriores à análise das relações de *aunque*, uma vez que os critérios de formação das categorias são definidos isoladamente. Não é propósito da tradição gramatical questionar o porquê e o como *aunque* chega a ter valor “concessivo” em *Aunque no te guste, tendrás que hacerlo*; e como passa desse para um valor “adversativo”, em *Me encanta nadar, aunque no lo hago con frecuencia*, geralmente assumindo um valor “secundário”.

Dentre todas as gramáticas pesquisadas e analisadas, o valor da marca é melhor definido, além do seu valor constituinte, por seus correlatos, tanto em gramáticas para estudantes nativos quanto para aprendizes brasileiros de língua espanhola, isto é, correlatos tanto em espanhol quanto em português.

Dado que o valor concessivo da marca é mais recorrente que o adversativo, mesmo nas orações em que a marca designe uma oposição a oração principal, ela exhibe certa concessão. O que a define como adversativa ou coordenante adversativa é a possibilidade de substituí-la por outra conjunção também adversativa, como *pero* e *sino*, sem desestabilizar a noção empregada pela oração. Em contrapartida, com o valor concessivo ou de conjunção subordinante concessiva, há a possibilidade de substituir a marca por outras conjunções também concessivas, como por exemplo: *a pesar de que*, *aun así*, etc.

Segundo a TOPE, a atividade de linguagem é de natureza humana, é complexa por essência, e é a relação simbólica do linguístico com o extralinguístico, permitindo-se falar de uma atividade de representação (representações individualizadas, ligadas ao sujeito que fala ou que escreve sua história, e de certo

modo já socializadas), referenciação (representações mais socializadas referentes a outrem) e regulação (representações psicossociológicas já equilibradas).

Este trabalho investiga, portanto, certas particularidades nas ocorrências do *aunque* aqui trabalhadas, inclusive aquelas que gozam de valor concessivo. Ressalta-se ainda que o desprendimento, na prática, do conceito de *aunque*, nas ocorrências analisadas, é o que torna possível que outras conjunções venham a ser categorizadas, de acordo com a situação de enunciação, entre os valores possíveis.

Nesta perspectiva, o objeto de estudo são os modos pelos quais a marca *aunque*, da língua espanhola, é traduzida para a língua portuguesa, sendo os seus correlatos mais recorrentes, no português: ainda que, mesmo (que/se), embora e apesar de. Para sua efetivação, trazem-se, em sua problemática, os seguintes questionamentos: Quais as razões para optar por um desses correlatos ao traduzir *aunque* para a língua portuguesa? Como se dá tal escolha? Por que um desses correlatos se apresenta mais adequado ao sujeito? O intercâmbio de correlatos traz consequências para a tradução de *aunque* no português? Para tanto, consideraram-se alguns autores de relevância teórica, tais como: Culioli (1990; 1999a, 1999b); Cumpri (2011; 2012); Benveniste (1988); Fuzer (2004); Aguilar (2007); Rezende (1989; 2000); entre outros igualmente pertinentes para composição do *corpus*.

Para o desenvolvimento desta dissertação, organizou-se um *corpus* com ocorrências da marca *aunque* em que seus correlatos de tradução para o português desempenham a concessão de modo variável, isto é, em maior ou menor medida, tomando para a coleta de dados a pesquisa de caráter descritivo-bibliográfico, que procura investigar o processo de delimitação da marca entre coordenante adversativa e subordinante concessiva.

Busca-se compreender quais as operações realizadas durante o processo de estabilização da significação de *aunque*, que conduzem à sua escolha dentre outros marcadores concessivos, por meio de seus correspondentes em português. Após a coleta de dados (informações) faz-se uma análise crítico-reflexiva no sentido de melhor compreender o funcionamento da marca e de seus correlatos.

O trabalho está dividido em três seções com a seguinte estrutura:

A primeira seção trata de galgar a pesquisa na TOPE, provendo suporte fundamental ao desenvolvimento das análises, delimitando concepções e definições de língua e de linguagem, de invariância das línguas, de articulação entre léxico e

gramática, de noção e domínio nocional, etc., cuja intenção é a de responder às questões levantadas a partir da teoria.

A segunda seção aborda a ideia de concessão atribuída à marca, traça, de maneira concisa, sua trajetória e propõe uma abordagem operatória que abre caminhos para uma nova configuração gramatical. No entanto, foram investigadas as definições arrogadas à marca pelas gramáticas correntes que aderem à tradição que demarca as categorias e as classes gramaticais, e excluem o fator enunciativo e de uso da língua.

A terceira seção investiga, através do *corpus*, os enunciados em que *aunque* seja constitutivo, por meio da sua tradução ao português, buscando-se os processos de estabilidade e instabilidade, procurando, pelos processos de variação linguística, o que é invariável em cada enunciado das várias possibilidades de tradução do *aunque*. Considera-se a dificuldade de transposição e tradução entre as línguas, visto que a gramática de língua portuguesa não compreende os mecanismos de uso dos modos indicativo e subjuntivo da mesma forma que a gramática de língua espanhola.

Ao final, esboçar-se-á uma constatação, bem como, elencar-se-ão as obras que deram suporte para a produção desta dissertação.

## SEÇÃO 1 – TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS: CONTEXTO HISTÓRICO E FUNDAMENTOS PRINCIPAIS

### 1.1 Uma Breve Abordagem Histórica dos Estudos de Linguística.

Desde sua fase inicial, no início do século XIX, até os dias de hoje, os estudos linguísticos fomentam o surgimento de diferentes teorias linguísticas, cada qual com a sua especificidade e contribuição para a compreensão da relação entre língua e linguagem. Assim, a Linguística passou por pelo menos três fases distintas: filosófica, filológica e histórico-comparatista. Somente a partir do século XIX a linguística obteve o status de ciência, graças ao olhar lançado por Saussure sobre as línguas naturais, a quem cabe o mérito da consolidação do marco zero da Linguística Moderna.

Foi a partir das concepções de Saussure que surgiram vários outros estudiosos dedicados a analisar a linguagem sob diferentes perspectivas, refletindo sobre alguns aspectos na constituição da linguagem que poderiam, entre outras coisas, serem relacionados entre si ou com aspectos sociais.

Nessa perspectiva de estudo torna-se oportuna uma apresentação cronológica do estudo da linguagem. No início do século XIX, na Alemanha, Schlegel, Grimm e especialmente Bopp em sua obra “Sistema de conjugação da língua sânscrita, comparado com o das línguas grega, latina, persa e germânica” (1816), descobriram a existência de uma relação de parentesco entre o sânscrito, língua sagrada da Índia antiga, e a maioria das línguas europeias antigas e modernas, as quais foram consagradas a um conjunto de línguas chamadas ou indo-europeias, ou indo-germânicas.

Nesse contexto, a análise das línguas considerava dois processos: por empréstimo, quando uma palavra da língua “b” era conscientemente formada sobre o modelo de “a” (por exemplo: hospital originou-se por imitação do latim *hospedale*), e por herança, quando “a” passava para “b” de modo inconsciente com progressiva transformação (por exemplo: *hospitale* sofreu sucessivas transformações que originaram hotel), cujo método experimentado sobre o domínio indo-europeu, segundo Benveniste (1988), tornou-se exemplar.

Contudo, até os primeiros decênios desse século, a Linguística propunha-se a ser apenas uma ciência histórica, com o objetivo de estudar a evolução das formas linguísticas. Seu objeto era, portanto, uma fase da história das línguas. O método

usado era o comparativo, para estabelecer correspondências entre as línguas em qualquer tempo. Cada língua se subdividia, dando origem a uma família. Elementos gramaticais (radicais ou elementos lexicais) também eram comparados. Nesse período já havia inquietações entre os linguistas sobre questões relativas à linguística histórica, que de acordo com Benveniste (1988, p. 21), eram: Qual é a natureza do fato linguístico? Qual é a realidade da língua? É verdade que não consiste senão na mudança? Mas como, embora mudando, permanece a mesma? Como funciona e qual é a relação dos sons com o sentido?

A partir desses questionamentos, os linguistas começaram a demonstrar interesse pelas línguas não escritas e sem história, que os levaram à descoberta de quadros tradicionais empregados para as línguas indo-europeias, que não se aplicavam nas línguas indígenas da América. As línguas indo-europeias eram tratadas como categorias diferentes, o que demandava a necessidade de elaboração de um novo aparato de conceituações e a um novo método de análise. Isso levou a uma nova fase da linguística.

Já na segunda metade do século XIX, a linguística histórica, em virtude dos trabalhos de um grupo de linguistas, sobretudo alemães – conhecidos por “neogramáticos” –, dentre os quais se destacaram Curtius (1858-1868) e Paul (1880), passaram a basear-se nos princípios positivistas da ciência e da filosofia contemporâneas. Um momento em que a linguística histórica devia ser explicativa, no sentido de verificar e descrever transformações. Essa explicação devia ser do tipo positivo (sujeitos falantes transformam a língua ao utilizá-la). Isso implicava o estudo das transformações ocorridas num período limitado e, de forma que fosse possível realizar o levantamento das causas de ordem tanto articulatória (leis fonéticas passíveis de explicação fisiológica) quanto psicológica (tendência para a analogia). Nesse sentido, os neogramáticos tinham, também, a preocupação de provar que a palavra original (por exemplo, “casa”) preexiste à palavra derivada (“casinha”).

Com a chegada do século XX esse contexto foi mudado em relação à concepção de linguagem e que, ainda hoje, tem suas marcas registradas, de uma forma ou de outra, nos estudos da linguagem. Nessa nova era, período que correspondia de 1907 a 1911, um professor de linguística, na Universidade de Genebra, ministrou, sucessivamente, três cursos de Linguística Geral a pequenos grupos de alunos, dentre os quais se encontravam Riedlinger (nos dois primeiros) e Secheyay (no terceiro). Esses dois discípulos, acompanhados de Bally, a partir dos

apontamentos feitos pelos alunos durante as aulas ministradas pelo mestre genebrino, editaram a obra que é, hoje, reconhecida como o ponto de partida para os estudos linguísticos: “Curso de Linguística Geral”. Tratava-se da obra póstuma de Ferdinand de Saussure, publicada em 1916, três anos após sua morte.

Saussure (1974, p.13) estabeleceu que a tarefa da Linguística era:

a) Fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família;

b) Procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história;

c) Delimitar e definir a si própria.

Percebe-se que, nessa fase da linguística, o objeto não era mais a filosofia nem a evolução das formas linguísticas, mas a realidade intrínseca da língua, a qual visava a sua constituição como ciência formal, rigorosa e sistemática. Igual interesse era dispensado a todos os tipos de línguas, escritas ou não-escritas. Buscava-se saber em que consistia e como funcionava uma língua. Para isso, aprofundava-se a natureza da linguagem na intenção de descobrir as suas relações tanto com a inteligência como com o comportamento humano ou os fundamentos da sua cultura (SAUSSURE, 1971, p. 32).

Os linguistas, tomando como exemplo as ideias de Saussure, começaram a conceber a língua em si mesma e por ela mesma, reconhecendo-a como um princípio fundamental da Linguística Moderna: qualquer língua (qualquer que seja a cultura usada, em qualquer estado histórico) forma um sistema. Desde os sons até as complexas formas de expressão, a língua era um arranjo sistemático de partes, composta de elementos formais articulados e, em combinações variáveis, conforme determinados princípios de sua estrutura. O que reporta para uma reflexão crítica da língua e linguagem.

## 1.2 Língua e Linguagem

Zavaglia (2016) vê a teoria de Saussure como bastante pertinente para o estudo da língua e linguagem, mesmo que admita que Saussure (1971) refletia a língua e linguagem de forma limitada. No estruturalismo saussuriano ficou bem claro

que a língua era concebida como um produto social, definida como um conjunto de convenções que são adotados por uma determinada sociedade e, a partir dessa adoção à permissão da prática de linguagem, a qual se desenvolve de acordo com cada sujeito estabelecendo a unidade da linguagem.

Zavaglia (2016), ao parafrasear Saussure (1971), reitera que a fala constitui-se por meio da associação, ocorre de forma individual, constitui-se num ato de vontade e de inteligência do sujeito. Em suas palavras:

[...] a língua, social, seria um produto registrado de forma passiva, no qual todos os sujeitos reproduzem de forma uma os signos, pois considera que a língua representa um conjunto de marcas já estabelecidas para todos os sujeitos, não podendo ser criada e nem modificada, uma espécie de contrato social, enquanto que a linguagem pode manifestar-se por meio de diversas práticas (verbal, escrita, gestual, visual, etc.) e, aberta a todas as áreas de conhecimento, desde que o texto seja tratado como instrumento acessório de análise no estudo dos domínios da linguagem (ZAVAGLIA, 2016, p.31).

O autor evidencia que a língua enquanto produto social é reproduzida de maneira homogênea, representada por uma ampla gama de marcas comuns a todos os sujeitos, já a linguagem manifesta-se de diversas formas, uma vez que está aberta a todas as áreas de conhecimento e, somente, pode ser objeto de análise a partir de um texto dado como instrumento de estudo de seu domínio.

Isso denota que a linguagem, embora tenha relação com a língua, não pode ser apreendida de forma direta pelo linguista, dada a sua limitação do conhecimento atual do funcionamento da mente humana, ou seja, a língua enquanto produto social pode ser representada fielmente por gramáticos e dicionários, enquanto a linguagem é própria de cada sujeito e tem sua ocorrência nas mais diversas práticas sociais e se processa de forma associativa e passível de modificação de acordo com as convenções sociais. Portanto, língua e linguagem, segundo Saussure, não são exercidas de forma articulada, isso só pode acontecer se houver o auxílio de instrumentos criados e fornecidos na coletividade.

Com base nas concepções de Saussure, Benveniste (1988) procura explicar que uma língua comporta um número reduzido de elementos de base, os quais possibilitam um grande número de combinações. Pela análise metódica, reconhece-se que uma língua conserva uma pequena parte das combinações que, teoricamente

numerosas, resultariam dos elementos mínimos reunidos livremente. Dessa restrição depreende-se o delineamento de certas configurações específicas, as variáveis, segundo os sistemas linguísticos.

Portanto, a estrutura de uma determinada língua é composta por “tipos particulares de relações que articulam as unidades de um certo nível” (BENVENISTE, 1988, p. 22), cuja definição de cada unidade de um sistema é proporcionada, por sua definição, pelo conjunto de relações que mantém com as outras unidades e pelas oposições em que entra (entidade relativa e opositiva, conforme Saussure). Dessa forma entende-se que as entidades linguísticas são determinadas no interior do sistema que as organiza e as denomina, e umas em razão das outras. A teoria da língua passa a ser, portanto, um sistema de signos e organização de unidades hierarquizadas.

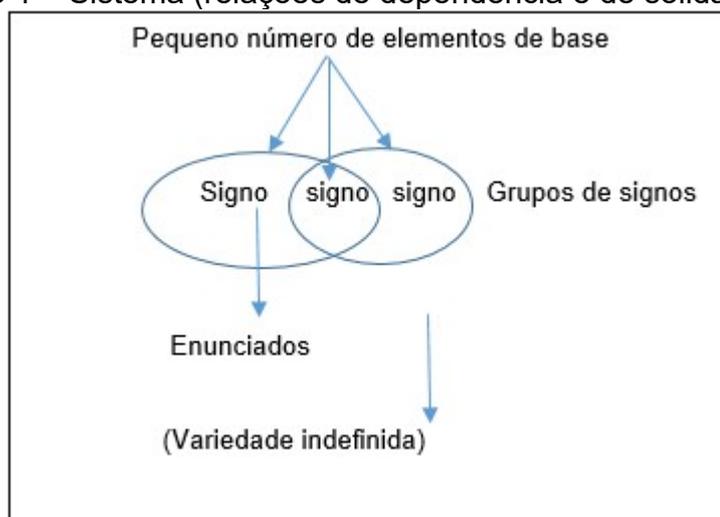
Do ponto de vista de Saussure, as unidades da língua dependem do plano sintagmático (nas suas relações de sucessão material na cadeia falada) e paradigmático (na possibilidade de substituição), cada uma no seu nível e dentro da sua classe formal. O que se pode caracterizar como uma estrutura linguística pela distribuição e pelas combinações possíveis de unidades. O falante (sujeito) pode, a partir de um pequeno número de elementos de base, constituir signos (significado /significante), depois grupos de signos e finalmente uma variedade indefinida de enunciados, todos identificáveis por aquele que os percebe<sup>1</sup>. Isso é possível porque a língua é organizada sistematicamente e funciona segundo as regras de um código (BENVENISTE, 1988).

A seguir, apresentamos o esquema do sistema de signos (elaborado a partir de BENVENISTE, 1989) como uma tentativa de ilustrar como procedem as relações de dependência entre o código linguístico.

---

<sup>1</sup> Essa visão é compartilhada por Halliday (1989, 1994, 2004) e demais pesquisadores da Linguística Sistemática-Funcional, para os quais a linguagem é sistema sociosemiótico e o texto é o resultado de escolhas que o falante/escritor faz a partir desse sistema.

Quadro 1 – Sistema (relações de dependência e de solidariedade)



Fonte: BENVENISTE, 1989.

De acordo com Benveniste, foi graças à sistematização de Saussure que foi possível analisar os sistemas de signos desde as unidades elementares e tornar explícitos os procedimentos dos trabalhos linguísticos modernos e sua caracterização por meio de uma abordagem descritiva e consciente do sistema de signos. Importante salientar que, ao notar as relações que as unidades linguísticas do sistema mantinham entre si, o olhar de Saussure sobre a linguagem estava voltado para a estrutura da língua enquanto sistema de signos. O linguista genebrino procedeu, em clara conformidade com os critérios científicos, a análise linguística a um corte de seu objeto de estudo: optou por aprofundar o estudo da *langue* (língua), deixando para seus sucessores a pesquisa sobre a *parole* (fala).

Benveniste<sup>2</sup> (1988, p.26), nessa configuração direciona seu olhar tanto para a forma linguística como para a sua função. Segundo ele, a realidade é produzida por intermédio da linguagem. “O falante faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento; o ouvinte apreende primeiro o discurso e, através desse discurso, o acontecimento reproduzido” (BENVENISTE, 1988, p.26). A situação da troca e do diálogo confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor que representa a realidade; para o ouvinte que recria a realidade. A linguagem é, portanto, o instrumento da comunicação intersubjetiva. A inserção do sujeito na constituição da linguagem é que marca uma nova etapa no desenvolvimento do

<sup>2</sup> Émile Benveniste foi um linguista estruturalista francês, conhecido por seus estudos sobre as línguas indo-europeias e pela expansão do paradigma linguístico estabelecido por Ferdinand de Saussure.

conhecimento linguístico, mas sem perder de vista os fundamentos que a antecederam. Portanto, foi a partir dos fundamentos de Saussure que, ao suprimir o sujeito da cadeia da fala, abriu espaço para que novos estudos fossem efetuados sobre a linguagem. Eles trouxeram muitas contribuições para o desenvolvimento da Linguística que se tem hoje ao estabelecerem as relações entre a língua e a sociedade.

Para Benveniste (1988, p.31) “a língua é uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular”. Tanto a língua como a sociedade são culturas que a rodeia. E cultura, na sua percepção, é tudo o que dá forma, sentido e conteúdo à vida e à atividade humana. Ela consiste em noções, prescrições e interdições específicas; é um fenômeno inteiramente simbólico, uma vez que esta é definida como um conjunto complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradições, religiões, leis, política, ética, artes. Tudo isso está impregnado na consciência do homem e é o que direciona o seu comportamento em todas as formas da sua atividade.

Um ponto interessante desse estudo trata de um universo de símbolos integrados numa estrutura específica manifestada e transmitida pela linguagem. Cada língua e cada cultura empregam um elemento específico de dados e apreensão pelo ser humano. Benveniste (1989) exemplifica dizendo que uma criança, desde a sua mais tenra idade, já tem seu desenvolvimento na sociedade dos homens, os quais são responsáveis por lhe inculcar o uso da palavra. A criança enquanto produto do meio social é despertada e seu espírito gradativamente vai sendo moldado por meio da linguagem e conseqüentemente consegue realizar as mais complexas operações, bem como integrá-la à cultura do seu meio social. E nessa diversidade de línguas e de culturas, o símbolo chama a atenção, pois ele constitui o elo entre o homem, a língua e a cultura.

Cristiane Fuzer<sup>3</sup> (2004) em seu artigo “A Linguística no Tempo: Ponto de vista sobre a Linguagem” interpela a obra de Benveniste (1989), sobretudo, sua descrição sobre a estrutura das relações de pessoa no discurso a partir do verbo. Para ele, todas as línguas são dotadas de verbo, que por sua vez possui distinções de pessoas que se marcam de uma ou de outra maneira. A categoria de pessoa é “fundamental e

---

<sup>3</sup>Artigo apresentado à disciplina *Linguística Geral* do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, em 2004. Doutora em Estudos Linguísticos pela UFSM. crisfuzer@yahoo.com.br

necessária” ao verbo, mesmo que não haja relação homogênea entre as pessoas por se revelar uma disparidade entre as duas primeiras pessoas (“eu” e “tu”) e uma terceira (“ele”). A primeira pessoa é “a que fala”; a segunda é “a quem é dirigida a fala”, e a terceira “a que está ausente”. Nesse caso, a pessoa só é própria às posições “eu” e “tu”; a terceira pessoa está ausente. Já “ele” pode ser muitos sujeitos – indefinido e/ou nenhum. Enquanto “eu” e “tu” além de pertencerem a uma correlação de subjetividade, apresentam uma unicidade específica e capaz de estabelecer uma relação vivida entre “eu” e “tu”.

Fuzer (2004), ainda em seu estudo, apresenta com relação à pluralização que, as relações propostas entre as três formas do singular, não se transportam para o plural segundo a visão de Benveniste (1988, p.255) em que “a passagem do singular para o plural não implica apenas uma pluralização”. O autor reforça que, em muitas línguas, cria-se uma diferenciação da forma verbal da primeira plural sob os aspectos “inclusivo” e “exclusivo”. Não pode haver uma soma de vários “eus” concebidos pelo mesmo “eu”. Em vista disso, “nós” não é uma multiplicação de objetos idênticos, mas uma junção entre o “eu” e o “não-eu”. O que predomina em “nós” é o “eu”, pois só haverá “nós” a partir do “eu”, o qual, por sua vez, sujeita o elemento “não-eu” pela sua qualidade transcendente. Assim, há dois conteúdos: “eu + não-eu” (exclusiva) e “eu + vós” (inclusiva). O plural exclusivo consiste de uma junção das duas formas que se opõem como pessoal e não pessoal em virtude da “correlação de pessoa”.

Nessa proposição é possível entender que os pronomes se configuram numa classe gramatical da língua, cuja operacionalização se dá no aspecto formal, sintático e no funcional e pragmático. Assim posto, os pronomes podem ser concebidos como fatos de linguagem, pertencentes à mensagem (fala) e às categorias do discurso e, não apenas, como pertencentes ao código (língua) e às categorias da língua, como considerava Saussure (1974).

Para Benveniste (1989, p.87), “o que caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo”. É necessário que haja na estrutura da enunciação a existência do diálogo entre um “eu” e um “tu” de forma que ambas sejam participantes na alternância das funções, bem como parceiros e protagonistas no processo de enunciação no sentido de criar uma relação intersubjetiva entre ambas no enunciado. Em seus estudos só é possível entender o sujeito e suas representações a partir da categoria de pessoa.

Na Linguística que se faz hoje, um dos desafios é o de conhecer minimamente as diversas teorias da linguagem, na busca pela compreensão dos diferentes pontos de vista que de certa forma são contrastivos, mas que simultaneamente se entrelaçam numa vasta e sucessiva gama de análises e, a partir dessas análises, cada um postula e lança seu próprio parecer sobre aspectos ainda não explorados na constituição da língua. Portanto, o estudo linguístico deve levar em conta estudos anteriores sobre a linguística, que apesar do seu grande avanço requer investigação sobre a linguagem.

Mediante essa configuração torna-se relevante um estudo em que língua e linguagem sejam refletidas dentro do processo evolutivo, contrastivo, de combate a partir de outras abordagens teóricas, dentre elas a Linguística dita enunciativa, a qual tem como seu precursor Benveniste (1989), que trouxe o sujeito para o centro dos estudos linguísticos, cujo objetivo de estudo era a enunciação. Ele a define como “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” e esse “colocar em funcionamento da língua” traz marcas de subjetividade que caracterizam o que ele chama de “aparelho formal da enunciação”. (BENVENISTE, 1989, p.82). Esse posicionamento é diferente da dicotomia língua/fala (*langue/parole*) de Saussure que excluiu os atos de fala do campo da análise linguística e, conseqüentemente, o sujeito, bem como a variabilidade e as manifestações individuais e momentâneas.

Em sua perspectiva de noção de língua/linguagem, Benveniste (1989) se diferencia da teoria de Saussure, uma vez que ele vê a língua como essencialmente social, concebida no consenso coletivo. Para Benveniste, “(...) somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade”. (1989, p.63). O fundador da Linguística Moderna pensa na língua como um código fechado em si mesmo, estruturado por signos, mas a forma como Benveniste pensa a língua resulta do seu entendimento do signo. Desse modo, ele propõe dois planos de sentido: o semiótico e o semântico. O semiótico elege o sentido como parâmetro e tem como unidade mínima o signo, cujo valor de sentido é propiciado por meio de uma relação diferencial que se entrelaça com outros signos dentro do sistema da língua. O semântico já percebe o sentido como resultado da relação entre o signo e o contexto, ou seja, o sentido depende da forma de uso da língua em situações particulares da enunciação. Isso indica que o modo de significar do enunciado (discurso) depende do uso da língua como mediadora da relação entre o sujeito e o mundo.

Com o semântico entramos no modo específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO. Os problemas que aqui se colocam são função da língua como produtora de mensagens. (...) o semântico toma necessariamente a seu encargo o conjunto dos referentes, enquanto que o semiótico é, por princípio, separado e independente de toda referência (BENVENISTE, 1989b, 65-66).

No seu entendimento de língua, Benveniste procura refletir sobre a concepção de linguagem não como aquela que serve de instrumento de comunicação ao homem, mas a que dá *status* ao sujeito, dando lugar para que este se constitua como falante. Em seu estudo “Da subjetividade na linguagem”, Benveniste (1991, p.85) acrescenta, de forma crítica, a noção de linguagem postulada por Saussure. Lá, ele diz que “falar de instrumento é pôr em oposição o homem e a natureza”, que não se pode mais conceber a linguagem e o indivíduo dessa forma porque “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca a inventando”. Essa concepção, segundo ele, deixaria o indivíduo à margem da linguagem.

O que Benveniste propõe é uma ideia de linguagem que dá ao indivíduo o *status* de sujeito, pois considera que “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem”. Dessa forma, a noção de linguagem está desenvolvida na teoria da enunciação posta por Benveniste, a qual direciona os estudos sobre a linguagem para uma nova situação, a noção de subjetividade, cujo sujeito é o cerne da sua teoria da enunciação.

Segundo Benveniste (1991) a subjetividade é aqui concebida como:

A capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Essa proposição como sujeito tem como condição a linguagem. “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego (BENVENISTE, 1991, p. 288).

Nesse entendimento, a propriedade da subjetividade é determinada pela pessoa e pelo seu *status* linguístico. A subjetividade é concebida e percebida materialmente num enunciado permeado de algumas formas (dêixis, verbo) que a língua empresta ao indivíduo a ser enunciado; e quando o faz transforma-se em sujeito. Portanto, acredita-se que a teoria da enunciação caracteriza a teoria da subjetividade na linguagem, uma vez que pode ajudar na sua concepção de língua, linguagem, de sujeito, de sentido.

Flores (2008, p.33) oportunamente se manifesta nesse sentido e diz que “estudar a linguagem do prisma de uma teoria da enunciação é estudá-la do ponto de vista semântico”. Assim, os linguistas, ao elaborarem um estudo dentro do campo enunciativo, propagam a investigação do processo de produção de sentido, pois “estes estudiosos analisam o processo [a enunciação], e não o produto [o enunciado]” (FLORES, 2008, p. 35). Cada método de análise pertence a uma teoria em particular. Há várias teorias enunciativas com seus recursos metodológicos próprios. Assim, “não há, em Linguística da Enunciação, um método, um objeto ou mesmo um conceito qualquer que seja universalmente válido para todas as teorias da enunciação” (FLORES, 2008, p. 40).

### **1.3 Conceção dinâmica de língua e linguagem segundo Culioli.**

Segundo Zavaglia (2016), Culioli, principal mentor intelectual do que se chama hoje por Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, se contrapõe a Saussure em relação a Língua e Linguagem postulando que na sua visão estruturalista se apresentava um conceito reduzido do sistema linguístico, uma vez que considera a linguagem como uma atividade cognitiva que remete à capacidade do sujeito de representar, referenciar, regular e construir significados por meio das línguas. Para ele, são as organizações textuais que constituem o universo do linguista e é preciso que os linguistas considerem o nível textual das línguas sem negar as evidências fornecidas pelos sistemas linguísticos e as construídas por ele a partir de suas próprias análises e interpretações das marcas oriundas de várias produções de um mesmo sujeito, bem como das diversas manifestações linguísticas.

Assim posto, entende-se que se faz necessário levar em conta as diferentes línguas sem reduzir sua complexidade de elaboração da materialização dos textos (orais e/ou escritos) na atividade de produção e reconhecimento das formas. Tanto a linguagem quanto a língua devem constituir-se como instrumentos interdependentes no estudo da teoria das operações enunciativas, pois a atividade de linguagem é apreendida na diversidade das línguas. (CULIOLI, 1999).

Culioli segue afirmando que:

A linguagem é uma atividade que supõe, ela mesma, uma perpétua atividade epilinguística (definida como “atividade metalinguística não

consciente”), bem como uma relação entre um modelo (a competência, ou seja, a apropriação e o domínio adquiridos de um sistema de regras sobre as unidades) e sua realização (a performance), da qual, temos o rastro fônico ou gráfico, os textos (CULIOLI, 1999a, p.19).

Desse ponto de vista linguístico é preciso que haja relação entre atividade de linguagem e as línguas dentro dos processos de produção e reconhecimento de formas, as quais apresentam oposição ao estaticismo da língua proposta pelo estruturalismo.

Em seu projeto, Culioli (1990, 1999a, 1999b) propõe uma concepção dinâmica da linguagem, baseada no processo de trabalho, de construção da significação. Ele faz uma investigação sobre os mecanismos responsáveis por esse ato de gerar significação uma vez que a linguagem é definida como um processo natural à espécie humana, em suas palavras:

A atividade de linguagem remete a uma atividade de produção e reconhecimento de formas, ora, essas formas não podem ser estudadas independentemente dos textos, e os textos não podem ser independentes das línguas (CULIOLI, 1990, p. 14).

Culioli explica que o objeto da linguística é a atividade da linguagem:

Eu insisto sobre os dois pontos: de um lado, eu digo que o objeto da linguística é a atividade da linguagem (ela própria definida como operações de representação, de referenciação e de regulação); de um outro lado, eu digo que essa atividade nós só podemos apreender, a fim de estudar o seu funcionamento, através de configurações específicas, das organizações em uma língua dada (CULIOLI, 1990, p. 14).

Assim, a teoria de Culioli está centrada na articulação da linguagem com as línguas naturais que, segundo ele, é o objetivo da linguística.

Sabe-se que, tanto a língua como os textos orais e escritos são reconhecidos pelos sujeitos e, desse reconhecimento, torna-se possível a investigação dos processos responsáveis pela produção, reconhecimento e regularidade, uma vez que é pela autonomia da linguagem rumo a construção de sentido (coerência) que caracteriza a sua adaptabilidade em sua constituição sem, no entanto, ser rígida, estável e imutável.

Para a busca de regularidade da língua, faz-se necessária uma articulação entre linguagem e variedades de línguas naturais de forma que seja possível a transição de uma língua à outra, ou como bem postula Culioli (1967, p.67), que escrever e falar consiste em “utilizar uma técnica específica que permite adaptar-se a situações novas, é aplicar um sistema de signos gerais a problemas individuais e particulares”, ou seja, o autor afirma que de uma estrutura geral da língua é possível combinar situações e contextos nos quais a linguagem se efetiva entre os sujeitos falantes.

Para a TOPE (Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas), é possível compreender que os textos designam um enunciado qualquer seja ele oral ou escrito, longo ou breve, antigo ou moderno. Todos podem ser vistos como um produto de uma competência linguística socialmente idealizada. Mas para alcançar os objetivos que interessam à TOPE é preciso analisar a estrutura e o funcionamento das línguas naturais, observando a atividade da linguagem que inclui em sua análise as deformabilidades que, na maioria das vezes, são desprezadas e/ou descartadas, ou consideradas exceções, desvios, falhas de comunicação etc.

Na TOPE, os mal-entendidos, os desvios, os ruídos são características da atividade da linguagem. Vejamos:

[...] um mal-entendido pode nos revelar a ambiguidade constitutiva das línguas naturais; as palavras, mediadoras por excelência, nos fazem experimentar sua opacidade e nos revelam que não há uma relação imediata entre os termos e as coisas. Nós temos então o sentimento que as palavras nos traem, interpondo-se entre nós o “indizível”, este “indizível” que nós não chegamos a exprimir na cadeia sonora (CULIOLI, 1967, p.65, aspas e grifo do autor)<sup>4</sup>.

Depreende-se nesta postulação que os sujeitos cotidianamente estão sempre produzindo e reconhecendo enunciados permitidos pela língua, com a finalidade de contornar os contínuos mal-entendidos na procura por compreensão. Estes sujeitos estão sempre montando e desmontando marcas, arranjos, relações no processo de construção e reconstrução dos significados e valores. Dessa forma, faz uso da atividade epilinguística (parafraasagem), de forma interna e invisível a qual é colocada

---

<sup>4</sup>Original em francês: “un malentendu peut nous révéler l` ambigüité foncière des langues naturelles: les mots, ces médiateurs par excellence, nous font ressentir leur opacité, et nous révèlent qu`il n` y a pas une relation immédiate entre les mots et les choses” (CULIOLI, 1967, p.65)

em prática a todo momento pelos sujeitos, isso tanto pode expandir e estender o significado gerando ambiguidade, desambiguidade, fechamento e determinação.

Culioli define esse movimento como mecanismo da linguagem:

Somos todos munidos do mesmo dispositivo, no sentido mais amplo do termo, de construção-desconstrução. Esse dispositivo [...] nos permite recortar, localizar as unidades e localizar essas unidades como sendo indícios, traços de operações, portanto, ter um estoque de operações comuns entre sujeitos, de tal modo que se possa reconstruir, no momento de uma troca, aquilo que é produzido pelo outro. (CULIOLI, 2002, p.106).

Assim, o aprendizado de uma língua no momento de tradução é ativado pelo saber epilinguístico que representa o caminho interno que cada sujeito faz para chegar ao seu significado particular, “uma atividade metalinguística da qual não se tem consciência” (CULIOLI, 1967, p.18). Na sua concepção, a atividade epilinguística funciona por meio da elaboração de famílias parafrásticas, cujo parentesco é sustentado por um esquema chamado léxis (um esquema primitivo a todo ato de linguagem). Isso significa que um mesmo enunciado pode suportar uma pluralidade de interpretações.

Segundo a TOPE, a linguagem e, conseqüentemente, as línguas não podem ser definidas como meios de comunicação. Seria um aprimorado de mecanismos natos de equilíbrio, isto é, usamos a linguagem muito mais para nos explicarmos (ao outro e a nós mesmos) do que para nos comunicarmos. Nesse sentido, o autor traz o conceito de atividade epilinguística, uma atividade metalinguística pré-consciente ou não-consciente, pois é na interação do outro-outro (sujeito e outro) e, ainda mais importante, entre o outro-eu (sujeito e ele mesmo) que acontece o processo de regulação e equilíbrio antes do dizer. Um diálogo inconsciente que se resume na produção e reconhecimento das representações.

Culioli (1999a, p.31) propõe em sua teoria a construção de um modelo que não reduz a linguagem nem a linguística a “uma coleta de fenômenos individuais”. Ele toma por objeto a atividade linguística manifestada na língua e, por meio dela, busca a determinação da ordem das manifestações, ou seja, sua teoria procura investigar a produção/reconhecimento com a intenção de chegar aos mecanismos que foram colocados em jogo pelos sujeitos.

Culioli (1999a) define a linguagem como uma atividade onde são construídas a representação, a referenciação e a regulação, de modo que as línguas naturais são os próprios arranjos textuais escritos e orais.

Na atividade da linguagem não se pode separar os objetos físicos (mundo objetivo) dos objetos mentais (mundo subjetivo), pois a força de uma relação entre objetos e propriedades no extralinguístico depende do trabalho dos sujeitos por meio da atividade da linguagem, bem como da interação da relação entre objeto e propriedade. Os objetos assim definidos e suas propriedades devem ser razoavelmente estáveis no extralinguístico, isso implica a necessidade do processo de interação com o outro, de um universo de referência que não muda repentinamente, mas o reconhecimento de que a atividade discursiva é capaz de criar a instabilidade desse universo provocando mudanças e obtendo novas configurações.

Essas mudanças e essas instabilidades a que nos referimos refletem na constituição linguística no final da produção e reconhecimento das significações. Pressupõe-se, portanto, que a atividade da linguagem é uma atividade simbólica dos seres humanos, um contínuo posicionamento em relação à realidade extralinguística que é feita pelos sujeitos com o auxílio dos sistemas de representações que são as línguas. Isto é, os interlocutores se posicionam em relação à realidade extralinguística de modo que a referência construída não se dá de forma direta aos objetos do mundo físico e mental, mas ao que os sujeitos estão entendendo, desejando, refletindo, crendo sobre esses dois mundos. Nesse contexto, a referência torna subjetiva a presença do outro e configura a coenunciação, a qual é constitutiva da própria enunciação.

#### **1.4 A invariância da linguagem**

Na TOPE, a própria variação das línguas constitui o fato linguístico. E dessa premissa entende-se que todo o processo construtivo deve levar em conta o processo interno do sujeito (cognitivo e experiencial). Isso implica o estabelecimento do elo entre cultura e língua, a inserção psicossociológica do falante (informante), bem como a percepção de significados conhecidos por estilo, variáveis psicológicas e sociológicas, entre outras.

As línguas naturais postulam a linguagem de interesse de outras áreas (antropologia, neurologia, sociologia, lógica etc.) enquanto capacidade humana. Em

seu sistema de representação, a metodologia dominante da linguística culioliana consiste na brecha constante de invariantes e na aceitação generalizada daquilo que varia do particular e, sendo as línguas naturais um sistema de representação que lhe são próprias, fica evidente que a linguagem não é de domínio exclusivo da linguística. A linguagem, aqui, é refletida como uma atividade discursiva, enquanto parte da atividade humana, e nesse contexto ocorre a desestabilização do material extralinguístico e dos sistemas de representação simbólica.

Culioli (1987, apud ZAVAGLIA, 2002, p.74) postula que “qualquer que seja o problema abordado, percebe-se que uma realidade numa língua se torna outra quando ela é traduzida”. Há, portanto, “perda”. Culioli defende nesse ponto que uma tradução pode ser fiel ao sentido, mas contrapõe-se à preservação ilusória do texto de partida, uma vez que um texto quando é traduzido, é filtrado pela subjetividade. Isso denota que um texto não tem, em sua essência, uma tradução plena.

Para a TOPE, parâmetros de tempo e espaço são tomados no interior de toda e qualquer relação entre dois termos. É nessa trama que se faz presente a dinamicidade e a plasticidade da linguagem, pois são esses elementos que dão origem às distâncias percebidas como variação, tais diferenças são manifestadas entre as diferentes línguas, mas fazem-se presentes entre os interlocutores, cuja língua vernácula é a mesma ou no interior de um mesmo sujeito. (ZAVAGLIA, 2016, p.62)

Algo semelhante diz Rezende (1989):

A variação linguística é o próprio movimento da linguagem. A diferença/variação individual entre os interlocutores, que é condição indispensável para o ato de fala básico, é a mesma diferença/variação, em escala mais ampla, das variações dialetais dentro de uma mesma língua e é a mesma diferença/variação que gera as diferentes línguas (REZENDE, 1989, p. 148).

Sendo a variação linguística o próprio movimento da linguagem, tornam-se relevantes as categorizações das línguas e nos movimentos entre elas, que são, por excelência, a atividade de linguagem, as quais são construídas por vários grupos de categorias dentro do universo linguístico, ou seja, as unidades léxico-gramaticais das línguas, sendo instáveis, e transitarem de acordo com a construção e elaboração por um determinado enunciador, podem funcionar em situação de enunciação de outro modo e, até mesmo, invadir um ou outro grupo categorial.

Autores como Saussure (1995), Martinet (1950), Mounin (1963), entre outros, defendem a linguagem como uma unidade profunda comum entre as línguas (regras fixas e independente das línguas). Segundo Fuchs (1997, p.18), na teoria culioliana, essa universalidade é concebida como forma estática entre as línguas, muito linear. Enquanto sua teoria parte da noção de invariantes dinâmicos, cujo sentido nas línguas pode ser construído a partir do jogo e da interação entre as marcas linguísticas que funcionam como sinalizadores de instruções que favorecem a elaboração de configurações ou esquemas significantes.

Para Culioli (1976, p.9), quando se está frente a duas línguas é preciso levar em conta que cada língua representa argumentos de marcas linguísticas, cujas configurações são variáveis, mas que posteriormente podem ser buscadas, nessas marcas e configurações, suas regularidades. Portanto, a transição de uma língua para outra tem como fator relevante à própria atividade de linguagem, ou seja, a própria capacidade inata do sujeito em representar, referenciar e regular. Desse modo, ao pensar de um sujeito na tradução de um enunciado, é preciso partir de um esquema primitivo (léxis) e daí acrescentar a esse enunciado as categorias gramaticais de modalidade, tempo, aspecto e diátese (a natureza constitucional da língua).

Para Vogué (2005, *apud* CUMPRI, 2012), a invariância nos domínios da TOPE propicia meios para repensar sobre o que pode fazer a unidade de linguagem além das variedades das línguas naturais, bem como repensar as próprias modalidades de atividade linguagística além da expressão de conteúdos compreendidos e estabilizados. No processo de invariância da linguagem é possível pensar as relações do particular ao geral, uma vez que nessa amostragem é possível captar as generalizações das línguas à linguagem.

A invariância constitui-se uma ferramenta que permite ao sujeito pensar a diversidade das línguas naturais. Desse modo a invariância da linguagem não é um dado universal, pois se considera que as línguas sejam singulares e é sempre a mesma linguagem que permite a compreensão e organização de qualquer língua em sua singularidade.

Culioli (1990), ao se referir ao seu programa geral, atribui à Linguística o ato de apreender a linguagem por meio da variedade das línguas naturais, pois considera que os sujeitos com suas línguas realizam uma única e mesma atividade (representação, referenciação e regulação) das relações intersubjetivas. E nessa

variedade das línguas, surge o condicionamento do pensamento e sua expressão sem, no entanto, aprisionar o pensamento e a expressão dos sujeitos.

Culioli, em sua teoria, busca tanto reconstruir as categorias invariantes das línguas naturais como determinar os fatos da invariância em cada língua. Para Vogué (2005), a TOPE apresenta a relevância da invariância, que se dá por meio das variações interlíngua e/ou pelas variações intralíngua, oriundas das próprias paráfrases afirmando que:

Em particular é um uso de conceito que é bem desenvolvido no campo das pesquisas sobre a identidade das unidades morfolexicais, uso segundo o qual a pesquisa de invariantes é feita de modo em que organiza a variação de uma unidade morfolexical singular, seja na diversidade de seus empregos e de suas construções, seja na variedade de seus valores. (VOGUÉ, 2005, p.313)

Assim posto, depreende-se que o estudo da invariância da linguagem constitui-se num ponto chave para a compreensão da singularidade das línguas naturais. Isso implica o estudo dos princípios gerais de variação, da determinação da natureza e do fundamento desses princípios sobre a linguagem que, por sua vez, é fonte de estudo da TOPE.

#### **1.4.1 A marca linguística**

Sabe-se que a formação de um enunciado se caracteriza pela materialização dos fenômenos mentais que se efetivam por meio do agenciamento de marcas, traços de operações que se constroem por meio de representações aleatórias gramaticais e de relações que permitem ao sujeito referenciar e se ajustar aos sistemas de referência.

A TOPE parte do princípio de que a articulação entre a linguagem (invariável), devendo ser concebida como um processo dinâmico, e as línguas naturais (variável), percebidas como produto linguístico, cujo estudo propõe as marcas linguísticas como importantes vias de acesso à linguagem, pois estas são responsáveis por acionar operações de natureza sintática, semântica, pragmática e enunciativa, todas de igual relevância para a construção de significação dos enunciados, pois a linguagem é sustentada pela capacidade de todo sujeito de representar, referenciar e regular, e é

essa capacidade que permite ao sujeito construir e reconhecer formas por meio dos agenciamentos de marcas e/ou operadores de sua língua.

Desse modo, fica perceptível que se faz necessário, neste estudo, evidenciar que cada marca linguística deve ser refletida dentro de um determinado contexto em que está inserida, levando em conta a dinâmica da língua, como bem aponta Culioli (1990) ao relatar que, na articulação entre linguagem e línguas naturais, manifestam-se os jogos de variância (abordagem processual), pois são dois termos que caracterizam os princípios de deformidade e estabilidade da atividade de linguagem em suas relações com as línguas naturais na formação de enunciados.

#### **1.4.2 A articulação léxico e gramática**

Rezende (2009), em seu texto “Articulação Léxico-gramatical: um estudo sobre a nominalização”, procura mostrar que nos estudos linguísticos torna-se fundamental a articulação entre léxico e gramática, uma vez que estes são aspectos centrais na atividade de linguagem. Para a autora, na atividade de linguagem as variáveis tempo e espaço não se pontuam de modo que as línguas não se diferenciem, mas afilem-se, tornando-se parentes, desfazendo a distinção entre léxico e gramática.

Só é possível fazer a distinção entre léxico e gramática num determinado momento (situação contextual) de luta discursiva ou da batalha extralinguística, criando uma nova unidade lexical. Esse aparecimento de um novo léxico demonstra que há uma grande mobilidade da língua, em que a palavra pertence a uma fala estruturada. Isso implica dizer que a distinção entre esses elementos pertence a um momento de equilíbrio, o qual é constituído a partir da estabilização dos fenômenos linguísticos.

Rezende (2000), em sua tese de livre docência “Léxico e Gramática: Aproximação de Problemas Linguísticos com Educacionais”, postula que nos estudos dos fenômenos linguísticos, a linguagem quando refletida sob o enfoque estático é determinada, e seu conceito de sintaxe (signos, categorias gramaticais: verbo, substantivo etc.) dissocia o léxico e a gramática, enquanto que o enfoque dinâmico, a natureza da linguagem e o conceito de hipersintaxe articulam léxico e gramática.

No entanto, os fenômenos da língua quando percebidos e refletidos sob a ótica dinâmica parte das noções<sup>5</sup> que, por sua vez, se efetivam por meio de relações e operações que podem originar tanto o léxico quanto a gramática<sup>6</sup>. Ambos são responsáveis pela sintaxe.

Seguindo essa premissa Rezende postula que:

As entidades gramaticais pertencentes ao léxico, como prefixos, por exemplo, ou entidades gramaticais, responsáveis por relacionar unidades lexicais entre si, e, portanto, responsáveis pela sintaxe, como preposições, por exemplo, serão vistas como momentos distintos de cristalização e descristalização de atos enunciativos. Esses atos são sustentados, sobretudo, por entidades gramaticais que correspondem a dêixis<sup>7</sup> pessoal, espacial e temporal, exatamente as entidades gramaticais mais difíceis de serem integradas ou ao léxico ou à sintaxe (REZENDE, 2000, p.14).

Apoiados na abordagem dinâmica dos fenômenos da língua e no conceito de linguagem, faz-se necessário defender a ideia de que qualquer entidade nocional, lexical ou gramatical é quase um signo, um dêitico. Desse modo, é possível entender que qualquer entidade da língua se direciona constantemente para uma enorme e imprecisa direção de sentido, o que caracteriza a indeterminação da atividade de linguagem. Isso implica caracterizar a linguagem como trabalho e atividade de construção de representação dos sujeitos, sejam aqueles que falam, ensinam, ouvem, aprendem e/ou leem, suas ações e/ou seus universos de experiências, as quais são responsáveis por organizarem seus conteúdos, sustentando suas formas dentro das unidades e de suas relações. E os responsáveis por tornar as unidades (forma e conteúdo) vencedoras são os sujeitos com suas práticas, portanto a articulação do léxico com a gramática e a indeterminação da linguagem constitui, no âmbito linguístico, elementos fundamentais para a construção da identidade do e pelo sujeito.

### **1.5 A linguagem como representação, referenciação e regulação.**

---

<sup>5</sup> O conceito de noção será melhor explorado no item 1.6.

<sup>6</sup> Culioli, A., 1990.

<sup>7</sup> Elo entre a produção linguística dos falantes e os contextos situacionais em que tal produção ocorre. Ela permite marcar no enunciado as circunstâncias de sua enunciação por meio de cinco categorias: lugar, pessoa, tempo, discurso e dinâmica social.

In:<http://conhecimentopratico.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/22/artigo179006-1.asp>.

A TOPE realiza um estudo minucioso das operações constitutivas dos enunciados, como o processo de representação na relação de produção e compreensão das línguas naturais.

Por meio da atividade de linguagem o sujeito pode produzir e compreender as representações linguísticas. O mundo é apresentado ao sujeito que o apreende pelos fatores linguísticos, físicos, culturais e mentais. E após este contato o sujeito pode construir suas representações através da linguagem. Culioli (1990) explica que a atividade de representação contempla três níveis: o nível das representações mentais ou pré-linguísticas (nocional); o nível das representações linguísticas (textual); e o nível metalinguístico (observacional).

O primeiro nível corresponde às representações mentais, ligadas ao fator cognitivo e afetivo do sujeito, o qual permite a representação da realidade. Como menciona o linguista:

Esse é o nível das representações que se organizam a partir das experiências que nós elaboramos desde nossa infância, que nós construímos a partir de nossas relações com o mundo, com os objetivos, com os outros, de nossa pertença a uma cultura, do interdiscurso nos quais nos banhamos (CULIOLI, 1990, p. 2).

Nesse nível, o sujeito apresenta uma organização cognitiva de suas representações mentais, concernente ao nível da linguagem, construída a partir do universo simbólico extralinguístico e linguístico. O segundo nível é classificado como o nível das representações linguísticas (textual), cuja constituição se dá na textualização das operações enunciativas realizadas no nível da linguagem, no qual os textos são agenciados por marcadores operacionais que permitem ao linguista o rastreamento das operações mentais da linguagem.

O terceiro nível (observacional) é constituído pela representação metalinguística, a qual se referencia à reescrita formal elaborada pelo linguista no intuito de simular as atividades realizadas entre as representações do nível 1 e pela observação do processo organizacional das representações do nível 2 (CULIOLI, 1990).

Ainda segundo Culioli (1999, p.22), o nível 3 representa a atividade metalinguística que permite “construir a partir de descrições teorizadas os fenômenos linguísticos, por procedimentos canônicos de abstração e de formalização”. É pelo

nível metalinguístico que o linguista pode construir seu campo de trabalho, permitindo-se “produzir observações, trabalhar com avaliações, teorizar para poder representar, retornar às observações, e a teorização” (CULIOLI, 1990, p. 23). Assim, a representação ocorre quando o sujeito percebe a realidade e apreende o mundo a sua volta e, posteriormente, enuncia essa realidade através de objetos metalinguísticos construídos e reconstruídos.

Quanto à atividade de referenciação, Culioli (1976) afirma que se trata de uma construção da relação entre os elementos do domínio linguístico e o domínio extralinguístico. Essa relação ocorre quando o sujeito (enunciador) produz um enunciado, e assim o transmite para um segundo sujeito (coenunciador).

Esta relação intersubjetiva é mencionada por Culioli (1990) da seguinte forma:

Com poucas exceções, o pré-requisito para a referência é a construção de um complexo sistema de coordenadas intersubjetivas, de um espaço referencial e de objetos linguísticos localizáveis (mais precisamente, localizável em relação ao centro organizador de um domínio nocional, tanto quanto em relação aos parâmetros subjetivo e espaço-temporal do espaço referencial). (CULIOLI, 1990, p. 180).

Este processo possui alguns procedimentos tais como a criação de um sistema de coordenadas a serem investigadas com vistas à compreensão dos valores referenciais que são conferidos ao enunciado a ser analisado. Nas palavras de Culioli (1976):

Não existe correspondência termo a termo entre os enunciados e a realidade extralinguística, há uma construção de referenciação. O primeiro enunciador produz um determinado arranjo (estrutura) com a intenção de significar, a esta estrutura é por um lado estável (transindividual) o que permite ao outro enunciador construir um sistema coordenado, graças a qual ele vai construir os valores referenciais do enunciado em questão. (CULIOLI, 1976, p. 22).

Assim, pela referenciação, o linguista pode partir de um sistema de acontecimentos, para analisar o enunciado. Processa-se, portanto, uma relação entre elementos dos domínios linguístico e extralinguístico.

Em relação ao processo de regulação, é imprescindível que haja diálogo entre as operações de representação e de referenciação, uma vez que o processo de regulação das formas resulta de um enunciado e um enunciador enquanto relaciona as representações mentais e textuais no jogo das representações. Ao produzir um

enunciado, o enunciador regula sua produção que é confirmada na representação construída a partir da interpretação de seu enunciatário. Ou seja, o enunciador procura adequar seu discurso dependendo de seu ouvinte ou leitor (ZAVAGLIA, 2016).

Zavaglia (2016, p. 55) afirma que no processo de regulação é preciso considerar três relevantes momentos:

- No primeiro momento trata-se de uma regulação sobre o aspecto propriamente cognitivo das representações, quando se percorrem domínios e classes possíveis: “Sobre o que vou falar”, “De que modo organizo as representações?”, “Qual é o ponto de partida”, qual é o ponto de chegada?”.
- No segundo momento, passa-se a um ajuste de representações, a uma adequação do que vai dizer ao modo como vai ser dito, de forma que seja considerado o universo físico-cultural compartilhado, que implica em questões inconscientemente elaboradas: “Para quem vou falar?” “De que maneira?”.
- No terceiro momento, um texto é enunciado. Assim temos (i) a construção da imagem de duas representações entre muitas outras, (ii) a escolha de um caminho dentre outros e (iii) a estabilização da relação entre representações com respeito a uma localização, ou uma referenciação.

Em sua concepção, o ato de regular pode ser definido como a capacidade de transformar de forma sistemática, é o ato de tornar sustentável e firme um termo, aqui entendido, como referente ao processo que envolve uma variedade de ajustes que colocam em jogo relações de alteridade entre enunciador e coenunciador, simultaneamente, implica a estabilidade e a deformidade das operações de linguagem e das variações observáveis na língua. São as operações de regulação, representação e referenciação, que permitem ao sujeito produzir e reconhecer formas no processo de construção da linguagem dentro da dinâmica das línguas utilizadas pelos sujeitos de acordo com a situação comunicativa.

Para Culioli (1990) os princípios de regulação são internos à linguagem. Para ele sempre existirá uma construção de referência, vejamos:

[...] sem estabilidade, não haveria ajustamento regular, nem comunicação, qualquer que seja o alcance que damos a esse termo, e a interação somente seria uma sucessão de acontecimentos sem coerência. [...] mas a estabilidade não saberia ser confundida com a rigidez ou com a imutabilidade. Os fenômenos linguísticos formam sistemas dinâmicos que são regulares, mas com uma margem de variação devido a fatores de grande diversidade: temos o caso de

fenômeno que são ao mesmo tempo estáveis e plásticos (CULIOLI, 1990, p. 129).

Dessa afirmativa depreende-se que é por meio do processo de construção dos enunciados que o enunciador busca regular as representações que acredita serem do coenunciador. Assim posto, compreende-se que, embora as categorizações sejam construídas num determinado momento, não são suficientemente estáveis, uma vez que dentro do universo linguístico em contínuo movimento apresenta forte dinamismo dos fatos linguísticos. Portanto, a estabilização decorre da própria atividade de linguagem, cuja variância é processual de nível 1 (nocional, relacionada à organização cognitiva das representações mentais do sujeito) que leva em conta o universo simbólico, extralinguístico e linguístico (nível da linguagem), e do nível 2 (o textual, a textualização das operações enunciativas) em que textos são concebidos como agenciamento<sup>8</sup> (regras de boa formação) de marcadores<sup>9</sup> (operações mentais) linguísticos.

Desse modo, as regras de boa formação de uma frase e as de boa formação de um enunciado não são necessariamente coincidentes, uma vez que uma frase pode estar bem formada sem, no entanto, ser considerada um enunciado bem formado. Isto é, um enunciado para ser bem formado requer um determinado contexto que marca sua localização com relação a uma determinada situação comunicativa.

Quando Culioli postula que é por meio das línguas<sup>10</sup> que se encontram os enunciados, os quais constituem o material de estudo dos linguistas, deixa evidente que nesse estudo se faz presente a relação intrínseca entre atividade de linguagem e língua:

A atividade de linguagem remete a uma atividade de produção e de reconhecimento de formas, logo, essas formas não podem ser situadas independentemente dos textos e, os textos não podem ser interdependentes das línguas (CULIOLI, 2000, p.14, grifo do autor).

---

<sup>8</sup> Termo “agenciamento” indica que nós não estamos diante de formas quaisquer (existem regras de boa formação). (Culioli, 1999a, p. 162).

<sup>9</sup> O termo “marcador” remete à indicação perceptível de operações mentais, as quais permitem a passagem do nível 1, do qual não temos senão o rastro, ao nível 2, que é precisamente o lugar em que se agenciam os rastros sob a forma de enunciados. (CULIOLI, 1999a, .162).

<sup>10</sup> Culioli (1990) apresenta o termo “línguas” referenciando aos agenciamentos de marcadores, aos textos, aos enunciados, àquilo que efetivamente é dito em todas as línguas como, o francês, português, chinês, indígenas do Brasil. Essa pluralização do termo denota que todas as línguas são passíveis de observação e também de interesse da linguística culioliana pela possibilidade de aplicar a sua formalização a toda e qualquer língua, quando se leva em conta a vida humana e independente da língua falada.

Observa-se que para o estudo da linguagem é preciso levar em conta o texto<sup>11</sup> enquanto agenciador de rastreamento das operações cognitivas e como objeto de outras disciplinas, sendo, portanto, a atividade de produção e de reconhecimento das formas componentes indissociáveis na atividade de linguagem, bem como os processos de regulação, representação e referenciação que são operações que favorecem os sujeitos a produzir e reconhecer formas por meio de marcadores linguísticos.

Na visão de Culioli, existe uma tripla atividade de representação, referenciação e regulação que define as relações entre linguagem e as línguas de forma ilimitada, havendo uma consistente invariância dentro do processo da prática comunicativa de qualquer forma (discurso técnico, criação literária, tradução etc.) e, que são as práticas que reconduzem o sujeito a seu horizonte de referência, que organiza sua atividade de representação. Desse modo, entende-se que os textos não possuem sentido fora da atividade significativa dos enunciadores. O autor acredita que a significação de um enunciado decorre da acomodação intersubjetiva.

Para tanto, é necessária outra atividade, denominada de noção, que será discutida a seguir.

## 1.6 Noção

Zavaglia (2016) traz em seu livro alguns objetos teóricos fundamentais para a compreensão da TOPE. Dentre esses objetos estão a noção e seus três domínios concernentes ao processo de representação nocional: o domínio lexical, ou “ $\alpha$ ”; o domínio gramatical, ou “ $\beta$ ”; e o domínio do conteúdo de pensamento, ou “ $\gamma$ ”. Nesta premissa, a noção é definida como um reflexo do processo de representação e, simultaneamente, um sistema de representação que reporta à definição de linguagem de Culioli (2000): “a capacidade humana de construção de representação, referenciação e regulação”.

---

<sup>11</sup> O autor salienta que o termo “Texto”, como agenciamento de operações, não constitui o único meio de rastreamento das operações cognitivas da linguagem. Assim como a linguagem não pode ser o objeto de estudo exclusivo da linguística, já que pode ser também o objeto de outras disciplinas, os textos são apenas parte dos rastros de sua atividade (CULIOLI, 2000, *apud* ZAVAGLIA, 2016, p. 37).

Zavaglia (2016, p.70) postula que dentre os domínios de representação nocional, o domínio lexical é definido pelo conjunto equilibrado de representações que varia de uma língua para outra e se direciona para o campo semântico (sentido), o que permite, dentro do conjunto de associações, com que cada unidade de uma determinada língua seja entendida como palavra, sem, no entanto, coincidir com uma representação nocional por designar apenas uma parte da noção. Bem como explica Culioli (1985):

As palavras são como resumos desses sistemas de representação nocional. São captadoras: por uma palavra você pode remeter a uma noção. Ela evoca toda uma noção, mas a relação não é simétrica: uma noção vai ser aprisionada parcialmente numa palavra. Uma vez mais, pois, não há relação termo a termo; sempre há evasivas, sempre há excessos. Na realidade, sempre há, a partir da palavra, a possibilidade de haver um sistema de escape à palavra. (CULIOLI, 1985, p.19 *apud* ZAVAGLIA, 2016, p.70).

Já o domínio gramatical considera que toda palavra é, em sua definição, uma unidade léxico-gramatical, uma vez que este domínio se reporta às representações que fazem referências à modalidade, ao aspecto, ao número, à determinação, ou seja, o domínio gramatical é, por excelência, representado por marcadores enunciativos e estabelece de forma contínua relação com o domínio lexical.

No último domínio, o do conteúdo de pensamento ou conteúdo proposicional, a representação já é construída e estabelecida por uma ampla rede de relações entre noções, cujas ocorrências se dão por meio dos objetos linguísticos que são os enunciados, que trazem consigo as marcas enunciativas das relações que são estabelecidas entre as noções e percebidas no discurso dos sujeitos no seu processo de reconstrução de relações.

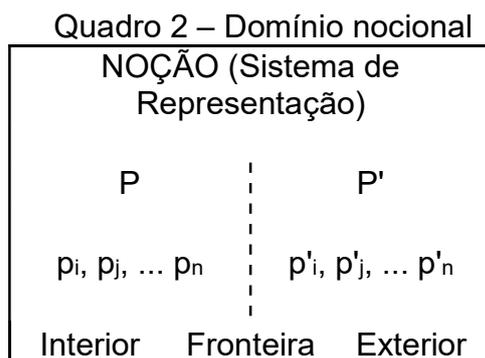
Culioli (1985), em seu conceito de noção, procura evidenciar sua eficácia pelo lado da subjetividade. Isso acontece quando ele reintegra a atividade de linguagem e o sujeito à linguística, desse modo, ele redireciona simultaneamente a relação entre palavra, sentido e significado.

Zavaglia evidencia que em termos formais, cada noção pode ser entendida como:

[...] um predicado, chamado de P, que possui um complementar, chamado de P'. P localiza-se no interior do domínio nocional; P', no seu exterior. Entre essas duas zonas há uma fronteira, que é um

espaço sem limites precisos entre interior e exterior; seria, em outras palavras, um estar entre P e P'. Tanto o interior como o exterior são povoados por ocorrências abstratas, representadas assim:  $p_i, p_j \dots p_n$  e  $p'_i, p'_j \dots p'_n$ . (ZAVAGLIA, 2016, p.71)

Para melhor elucidarmos essa formalização, observemos o seguinte esquema:



Fonte: ZAVAGLIA, 2016, p. 72.

Zavaglia (2016) exemplifica o conceito de Culioli sobre noção tipificada a partir do conceito /ofensa/ e chama a atenção para as ocorrências fenomenológicas, nas quais o sujeito constrói uma listagem de ocorrências abstratas (subjetivas) que são organizadas com relação a um predicado P <ser ofensa> que é quase o arquétipo platônico (Cf. Culioli, 1985, p. 30, 1999b, p. 11). A autora discorre sobre a tipificação da noção e de ocorrências fenomenológicas postuladas por Culioli (1985) e afirmando que:

P é o polo de referência da noção com todas as propriedades físico-culturais possíveis que pudemos abstrair das ocorrências fenomenológicas de *ofensa* (seria uma *ofensa-ofensa*), lembrando que cada indivíduo constrói a sua própria noção /ofensa/ e que essa noção é diferente, embora próxima, das que outros indivíduos de mesma língua e cultura constroem. Todos temos, portanto, uma representação tipificada de /ofensa/, a qual é subjetiva e partilhada e em cujo espaço duplo sustentam-se os valores referenciais. (ZAVAGLIA, 2016, p.73)

O conceito de noção é crucial para se compreender a TOPE. Culioli (1990, p. 50) define noção da seguinte maneira:

As noções são sistemas de representação complexos de propriedades físico-culturais, isto é, de propriedades de objetos resultantes de

manipulações necessariamente tomadas no interior das culturas e, deste ponto de vista, falar de noção é falar de problemas que são de jurisdição de disciplinas que não podem se limitar unicamente à linguística. (CULIOLI, 1990, p. 50)

Nas palavras de Culioli (1999), a noção é uma forma de representação não linguística, ligada ao primeiro nível da representação metalinguística, ou seja, está no estado de conhecimento e experiência de cada indivíduo. Isto é, entende-se que o conceito de noção se refere ao nível das atividades de representações mentais.

Segundo Culioli (1995), a noção emerge num contexto já definido e composto por representações, e suas propriedades determinam quais operações podem ser diretamente realizadas. Assim afirma o linguista:

Uma noção não tem quantidade nem qualidade, não é positiva nem negativa (para limitar nossa descrição de quantificação e modalidade), mas é compatível com todos os valores que as operações de determinação enunciativas e predicativas acarretam (CULIOLI, 1995, p. 33).

A noção passa a ser definida como uma atividade produtiva do sujeito, que é construída na representação mental. E quando o sujeito dá forma a esta representação mental, ele concretiza, dá formato à noção por ele pretendida que vai sendo construída ao longo do processo de enunciação.

### **1.6.1 Domínio Nocial**

Culioli (1990, 1999a, 1999b) define, em seus estudos, um programa de reconstrução das noções primitivas, das operações elementares, das regras e dos esquemas que produzem as categorias gramaticais e as manifestações de marcadores inerentes a cada língua, por meio de um processo teórico e formal. Procura a atividade de regulação da linguagem, a partir das configurações presentes na diversidade das línguas. O conceito de noção, na TOPE, é de demasiada importância, pois as noções são apreendidas e estabilizadas através das ocorrências linguísticas. A noção é anterior ao ato enunciativo, pré-lexical e definida quantitativa e qualitativamente.

As operações que permitem a definição e o agenciamento das noções trabalham tal qual funcionariam na atividade da linguagem. As noções são analisadas por marcas aspectuais como um traço de operação, como bem explica Cumpri:

[...] enquanto um conceito que se refere ao nível das representações mentais, isto é, ao nível das representações que não são acessíveis diretamente. Trata-se também de uma propriedade situada na articulação do linguístico (e porque não dizer metalinguístico) e do extralinguístico em um nível de representação híbrida. (CUMPRI, 2012, p. 50).

A noção de uma marca não é estanque, mas variável de língua para língua, de cultura para cultura, e se estabelece nos níveis metalinguístico e extralinguístico, de representações mentais que não são acessíveis diretamente. Cada termo dentro de uma língua natural refere-se a um número de propriedades físico-culturais não necessariamente universais, variáveis assim como a língua. Também se distingue de conceito, que é epistemológico e tem um histórico evolutivo.

De acordo com Culioli (1990), entende-se que exista um centro organizador em que a noção é definida e, também, uma fronteira, um intervalo entre propriedades diferentes em que, quanto mais perto do centro, mais alto é o grau da noção, prototípico e tipificado, e, quanto mais longe do centro e mais perto da fronteira, mais distante se torna do valor da noção.

As noções podem ser de três tipos: lexicais (ou predicativas), gramaticais e complexas. As lexicais são associadas a classes de palavras e, ao serem lexicalizadas, são sujeitas a um filtro que determina, no ato enunciativo, a escolha de um dos elementos da classe; as noções gramaticais estão associadas a marcas gramaticais próprias de cada língua, como em classificação de gênero, por exemplo, o morfema -a e -o podem determinar o gênero do substantivo; e por último, as noções complexas, que são o resultado da instanciação de um esquema de léxis (um esquema primitivo a todo ato de linguagem que trata do que é dizível, anterior à realização por meio de uma proposição), sendo esta uma categoria pré-enunciativa, ainda não formulada nem localizada.

### **1.6.2 Quantifibialização (Quantificação e Qualificação)**

As operações de quantificação e qualificação são operações básicas da linguagem e, na égide culioliana, não se separam radicalmente. Por esse motivo Culioli diz que a quantifibialização é algo como uma mescla dos dois termos. Num nível anterior à língua realizada numa dada ocorrência de discurso, parte-se do

princípio de que as noções são as formas abstratas e somente na realização da língua que se têm pontos concretos e momentaneamente estáveis.

Para realizar a operação de quantifibialização de uma noção, são cruciais três operações sucessivas e ordenadas de quantificação. São tais operações que localizam as noções dentro de uma situação enunciativa: a extração, a flechagem e a varredura. A extração é um pinçar dentre todas as ocorrências de uma marca (moto, por exemplo, “A moça comprou uma moto [azul]”). De todas as propriedades de veículos que se inserem na categoria *moto*, ela extraiu uma unidade: [moto azul]. Dentre todas as possibilidades de *moto* foi extraída uma unidade, isto é, a individualização de uma ocorrência por meio de sua localização em relação a um sistema situacional.

Na segunda operação de quantifibialização, a flechagem, numa mesma situação enunciativa, localizam-se os termos de esquerda e de direita, e então se tem uma atividade de flechagem. Em “O rapaz viu a moça na moto. Ela usava o veículo para ir ao trabalho”, primeiro houve uma ocorrência de *moto* e como contexto de direita a palavra *veículo*, ou seja, na operação de flechagem marca-se um ponto e o recupera posteriormente.

A varredura, a terceira e a última das operações de quantifibialização, ocorre quando se passa por todas as propriedades de uma ocorrência concreta e não se finca em nenhuma delas. Em “A moça adora motos”, se passa por todas as propriedades de *motos*, mas nenhuma delas foi individualizada, determinada. Em outras palavras, Cumpri (2012), ao discorrer sobre a operação de varredura, afirma que se percorrem todos os valores observáveis de um dado domínio sem se fixar a um valor específico em relação a uma situação anterior. Por esse motivo, essa operação não possibilita uma estabilização de sentido, uma vez que ela abrange a totalidade dos sentidos possíveis.

### 1.6.3 Fronteira, Interior e Exterior

Segundo Culioli (1990), a fronteira contém duas propriedades, uma de cada lado, a que se encontra no interior e outra no exterior do domínio nocional. Dentro de um centro organizador existe um conceito de atração que dá um alto grau ao domínio de uma noção, e esse grau é maior ou menor de acordo com a posição referente a esse centro. A fronteira separa um valor similar ao do centro com outro diferente. Em

“João é inteligente” temos a máxima representação de inteligência culminada em João, no interior do domínio com a asserção em que /João ser inteligente/. O exterior da fronteira demarca a proposição “João não é inteligente”, isto é, a fronteira está para designar a noção de João ser ou não ser inteligente.

A posição do interior do domínio da noção que esteja mais longe do centro e mais perto da fronteira afasta João de ser tão inteligente, ou seja, quanto mais perto da fronteira, menor a inteligência de João, por exemplo: “João não é tão inteligente assim”.

Assim, de acordo com o esquema dado por Zavaglia (2016), entre a noção “João ser inteligente” igual a P, em seu interior, e “João não ser inteligente” igual a P', no exterior, ou fora da fronteira, há outras noções que permeiam essas posições, variáveis e instáveis. No interior do domínio, pode-se ter as proposições:  $p_i$  = João é tão inteligente quanto Maria;  $p_j$  = João é muito inteligente;  $p_k$  = João foi muito inteligente;  $p_l$  = João é quase tão inteligente quanto Pedro; etc. Todas essas proposições são possíveis e se encontram no interior do domínio “João ser inteligente”. Já do outro lado da fronteira, pode-se encontrar as proposições:  $p'_i$  = João não é tão inteligente como Maria;  $p'_j$  = João não é muito inteligente;  $p'_k$  = João não foi muito inteligente;  $p'_l$  = João não é tão inteligente como Pedro; etc.

A marca com a qual se propõe estudar sob o domínio da TOPE, o *aunque*, é designada pela tradição gramatical como tendo dois valores, ora determinando como conjunção concessiva, ora como conjunção adversativa, esta de valor secundário. Dentre todas as gramáticas pesquisadas e analisadas, o valor da marca é melhor definido, além do seu valor constituinte, por seus correlatos, tanto em gramáticas para estudantes nativos quanto para aprendizes brasileiros de língua espanhola, isto é, correlatos tanto em espanhol quanto em português.

Dado que o valor concessivo da marca seja mais recorrente que o adversativo, mesmo nas orações em que a marca designe uma oposição à oração principal, elas exibem certa concessão. O que a define como adversativa ou coordenante adversativa, é a possibilidade de substituí-la por outra conjunção também adversativa, por exemplo: *pero* e *sino*, sem desestabilizar a noção empregada pela oração. Em contrapartida, com o valor concessivo ou de conjunção subordinante concessiva, há possibilidade de substituir a marca por outras conjunções também concessivas, como por exemplo, *a pesar de que*, *aun así*, etc.

As gramáticas espanholas independentes e mais atuais costumam determinar e separar tais valores, e ainda considerar essa complexidade como pertinente para a definição da marca. Enquanto as gramáticas tradicionais, associadas à Real Academia Espanhola, costumam deixar tais conceitos consideravelmente vagos. No próximo capítulo, investigar-se-á tal complexidade dos domínios da marca *aunque*, bem como a dificuldade de separação dos valores. Mais adiante, análises serão feitas em língua portuguesa para exemplificar tamanha complexidade que se dá pela tradução da marca espanhola para seus correlatos portugueses.

## SEÇÃO 2 – A IDEIA DE CONCESSÃO E A MARCA AUNQUE DO ESPANHOL

Neste capítulo serão discutidos alguns aspectos que servirão de instrumentos referentes à definição aferida pelas gramáticas para fundamentar as análises das propriedades léxico-gramaticais do marcador *aunque* e de seus correlatos no português brasileiro. Sendo tais gramáticas espanholas voltadas a falantes nativos ou a aprendizes brasileiros da língua espanhola, sejam as clássicas e/ou as de autores mais modernos.

Outrossim, serão abordados alguns conceitos sobre a concessão e a variância atribuída à marca linguística pela gramática tradicional e a abordagem funcionalista embasada em Moura Neves (1997) para fundamentar a proposta de uma gramática operatória em que se discrimina a ideia de que a língua não tem regras fixas de aplicação, isto é, de que o próprio ato enunciativo delimita os valores da marca e estabelece sua invariância inserida em suas variações.

### 2.1 História da Gramática

Nesta seção, faremos um breve aparato dos conceitos sobre a gramática, com definições e exemplos a fim de partir do que é ensinado em livros didáticos até chegar numa abordagem gramatical operatória, de acordo com a TOPE.

#### 2.1.1 Conceituação

A gramática, geralmente, é conceituada como um conjunto de regras usadas para determinado uso de uma língua, que regula os princípios de organização cuja exigência se dá para uma postura elitizada da língua escrita e/ou falada. Estuda a forma, a composição e a inter-relação das palavras que compõem frases, períodos e orações, bem como seu uso apropriado, dito como o “correto”. Atribui-se o nome “gramática”, também, ao livro onde se encontram elencadas as regras de regulação e de bom uso de uma língua.

Estudos gramaticais fazem parte de uma tradição de estudiosos, filósofos e linguistas. A cultura grega privilegiava o conhecimento e a erudição, bem como o bom exercício da língua. Os romanos receberam essa tradição dos gregos com o advento

do Império Romano e traduziam ao latim os nomes das partes da oração difundidos até a atualidade.

O estudo da gramática admite classificá-la em diferentes partes independentes, mas correlacionáveis com o objetivo de facilitar seu estudo: *fonologia*, parte que estuda e classifica os elementos mínimos da linguagem articulada, como os fones, menores sons da fala, e também sua correta realização; *morfologia*, estuda a forma, a estrutura, a formação e a classificação das palavras de modo isolado, isto é, sem contexto de direita e/ou de esquerda; *sintaxe*, parte da gramática que estuda as palavras enquanto elementos de uma frase e das frases no discurso, e as suas relações de concordância, coordenação e subordinação, etc.; *lexicologia*, a arte de se fazer um dicionário, é a parte da linguística e estudo da língua que investiga o significado dos vocábulos, sua constituição mórfica e variações flexionais.

Ao longo da história houve diferentes vieses voltados ao estudo da gramática, tanto que hoje existem as gramáticas: comparativa, tradicional, estrutural, funcional, distribucional, gerativa, etc e cada uma se destina a responder a questões que consideram pertinentes, como os desvios da língua, por exemplo. À sua maneira, cada uma delas assume pressupostos díspares em sua classificação. A gramática tradicional, usada em livros didáticos de língua portuguesa e espanhola, por sua proximidade parental, tem formas similares de pregar normatização do uso em situações formais.

Na gramática tradicional encontra-se uma parte normativa e outra descritiva. Na parte normativa, a maior preocupação está na exposição de um conjunto de regras a que o usuário deve aprender para falar e escrever corretamente a língua. Na parte descritiva, privilegia-se a apresentação de fatos de uma determinada língua, descrevendo-a na sua estrutura e funcionamento, estabelecendo ligação entre a sua função e forma.

A gramática que conhecemos foi assim atribuída para atender a objetivos de cunho político e educativo, já que, durante séculos, somente a fala da elite tinha o maior prestígio. Por imitação, os de classes médias e inferiores tendiam a seguir os passos e valores ditados pela classe dominadora, inclusive, em seu modo de falar. Aquilo que destoava da fala gramaticalmente correta, gramaticalizada, era renegado e tachado como errado, inferior. No entanto, muitos estudos sobre o assunto discordam dessa postura que envolve o “certo” e o “errado” e consideram toda expressão, ou seja, construção e reconhecimento das formas, como válidas e significativas.

A TOPE, como já foi dito, se interessa por desvios, mal-entendidos, ambiguidade e polissemia da fala, por fazerem parte do processo de construção e significação do enunciado, desde a sua formulação até o ato enunciativo de fato. Não quer dizer que essa teoria seja contra o conhecimento metalinguístico da língua, mas que a determinação e a classificação imposta pela visão tradicional tornam, cada vez mais, o estudo gramatical tradicional distinto do estudo dos fenômenos de uso da língua. Isto é, estudar gramática não é a mesma coisa que estudar a língua e todos os seus fenômenos, uma vez que há outras variedades de uso além da norma culta privilegiada.

## **2.1.2 A Gramática Tradicional e os valores de QUE**

### **2.1.2.1 Valores de QUE no Espanhol**

Em espanhol, a palavra *que* desempenha diversos papéis em construções frasais, podendo ser confundida com pronome relativo, também forma a maior parte das conjunções subordinantes.

A Real Academia Espanhola (2010), doravante RAE, postula que os pronomes relativos, interrogativos e exclamativos se analisam conjuntamente nas gramáticas por desempenharem características léxicas e morfológicas muito similares. Ademais, mesmo ocupando a mesma variável, o pronome pode cumprir funções diferentes de acordo com sua posição no enunciado ou, até mesmo, sua entonação fônica ao designar perguntas e exclamações, identificáveis na escrita por seus signos correspondentes. Dessa forma, a RAE (2010) explana os seguintes exemplos:

[...] assim, com o interrogativo *qué* se solicita ao interlocutor que identifique o valor da variável que corresponde ao complemento direto de *lees* na pergunta *¿Qué lees?* Na variante exclamativa *¡Qué lees!* Aparece a mesma variável, mas neste caso se expressa a surpresa do falante ao identificar sua referência. Por sua parte, o relativo *que* em *el libro que lees* também introduz uma variável, cujo valor aporta ao antecedente (neste caso *libro*) do que carecem os interrogativos e os exclamativos. (RAE, 2010, p.405 – tradução nossa)

A Nova Gramática Básica da RAE (2011) define os pronomes relativos como uma classe de palavras limitada e fechada, em sua maioria átonas, as quais apresentam um valor referencial de caráter anafórico, desempenhando uma função

sintática, quase sempre oracional. Com valor anafórico, as características essenciais dos relativos é a de possuir o mesmo referente que uma expressão prévia ou implícita no contexto, isto é, seu antecedente. No exemplo “*En la felicidad que te desea*”, *la felicidad* é o antecedente do relativo *que*. Existem também exemplos em que o antecedente do relativo não é expresso: *Quien* (ou seja, ‘*el que, la persona que*’) *lo probó lo sabe; está donde* (isto é, ‘*en el lugar en que*’) *lo has dejado*.

De acordo com a RAE (2010), do ponto de vista prosódico, os relativos se distinguem por serem vozes átonas, enquanto os interrogativos e exclamativos são palavras tônicas, tanto em orações diretas como em suas correspondentes indiretas. Do ponto de vista morfológico, os pronomes relativos se dividem entre aqueles que admitem flexão de número e de gênero e aqueles que não admitem flexão alguma, como no caso do *que* em “*cosas que se dicen*”, o interrogativo e exclamativo *qué* como em “*¿Qué calle conviene tomar?; ¡Qué bien canta!*”.

Do ponto de vista semântico, os relativos, interrogativos e exclamativos podem fazer referência a pessoas (*quien, quién*), coisas (*lo que, qué*), lugares (*donde, dónde*), maneiras (*como, cómo*), tempo (*cuando, cuándo*) e quantidades ou graus (*cuanto, cuánto*). Do ponto de vista sintático, os pronomes admitem agrupações. Algumas representam – por si só ou com preposição – um argumento ou um adjunto, como os pronomes do grupo 1 do quadro abaixo ou os advérbios do grupo 2; outras vozes incidem sobre um substantivo (grupos 3, 4 e 5) ou sobre um adjetivo ou um advérbio do grupo 6:

Quadro 3 – Classes gramaticais (Gramática Espanhola)

CLASES SINTÁCTICAS	RELATIVOS	INTERROGATIVOS O EXCLAMATIVOS
1. Pronombres	<i>quien, que, cuanto, &lt;artículo + cual o que&gt;</i>	<i>quién, qué, cuánto, cuál, ant. cuyo</i>
2. Adverbios modificadores del grupo verbal	<i>cuando, como, donde, adonde, cuanto</i>	<i>cuándo, cómo, dónde, adónde, cuánto</i>
3. Determinantes	<i>&lt;artículo + cual&gt;</i>	<i>qué, cuál</i>
4. Determinantes	<i>cuyo</i>	<i>ant. cuyo</i>
5. Cuantificadores del grupo nominal	<i>cuanto</i>	<i>cuánto</i>
6. Cuantificadores del grupo adjetival y adverbial	<i>cuan, cuanto</i>	<i>cuán, cuánto, qué</i>

Fonte: RAE (2010), p. 406.

Seguem os exemplos dispostos pela RAE (2010, p. 407) sobre esses grupos:

Grupo 1: *quien lo sepa, cuanto diga, la casa en la que vive, dicho lo cual; No sé con cuál quedarme; Preguntóle Amadís cúyo era el castillo (Rodríguez Montalvo, Amadís).*

Grupo 2: *cuando llegues; ¿Dónde murió?; ¡Cuánto te gusta fumar!; El avión no aterrizó donde debía.*

Grupo 3: *qué libro, cuál opción; [...] la cual fama, por mucho que dure, en fin se ha de acabar con el mesmo mundo (Cervantes, Quijote II).*

Grupo 4: *en cuyo interior; Tu dulce habla ¿en cúya oreja suena? (Garcilaso, Poesías).*

Grupo 5: *cuanto capricho se le antojara; ¿Cuántas novelas tuyas has leído?*

Grupo 6: *tendido cuan largo era, cuanto más cerca estés; ¡Cuán difícil resulta!; ¿Cuánto más piensas dormir?; ¡Qué lejos estás!*

Os relativos que funcionam como argumentos ou adjuntos numa subordinada substantiva, isto é, que desempenham funções sintáticas próprias de um substantivo, podem se deslocar fora de sua oração. Assim, a expressão sublinhada é objeto direto de *leyera* nas três orações seguintes: *Me resultó muy interesante el libro que me recomendó tu hermana que leyera; ¿Qué libro me recomendó su hermana que leyera?; ¡Qué interesante libro me recomendó tu hermana que leyera!*

Não obstante, aparece situada fora da oração na que exerce sua função sintática, concretamente à frente da imediata superior, cujo verbo é *recomendó*. Nestes casos se diz que o complemento direto aparece deslocado (também elevado ou promovido) a uma posição situada no começo da oração principal.

As orações subordinadas frequentemente são introduzidas por um relativo (*el libro que estoy leyendo*), em que apresentam esse encaixe num seguimento maior que se denomina grupo sintático relativo ou simplesmente grupo relativo (RAE, 2010, p.409). Os grupos relativos pertencem a várias classes sintáticas, como o grupo dos preposicionais relativos, os quais estão encabeçados por uma preposição ou por uma locução preposicional, como o sublinhado, no exemplo a seguir, fechado entre colchetes, tem-se uma subordinada relativa: *Fue la primera mujer de verdad [con la que tuve una relación]* (CABRERA INFANTE, Habana, p. 409). Os outros grupos

(adverbiais relativos, nominais relativos e relativos de participio ou de gerúndio) não contém a marca /que/ ora investigada.

Nesse sentido, para a Nova Gramática Básica da RAE (2011):

[...] os relativos subordinam a oração a que introduzem. Quando tem antecedente expreso, a oração relativa se comporta como um modificador nominal, pelo que recebe também o nome de subordinada adjetiva: *una imagen que deprime* ~ *una imagen deprimente*. Quando o antecedente não está expreso, se denominam subordinadas de relativo sem antecedente ou relativas livres, se assimilam aos grupos nominais ou preposicionais: *Quién lo ha visto lo ratifica* ~ *La persona que lo ha visto lo ratifica*; *Está donde lo dejé* ~ *Está en el lugar donde lo dejé*. (NOVA RAE, 2011, p. 125 – tradução nossa)

Constantemente presente em orações subordinadas, /que/ também é categorizado como uma conjunção quando combinada com preposições, advérbios, grupos nominais ou outras categorias. Dessa forma tem-se “*las locuciones conjuntivas*” (locuções conjuntivas) em seus usos mais frequentes:

a) Preposição + *que*: Esta pauta corresponde a *porque* e *para que*. Habitualmente interpretada como conjunção subordinante quase todas as combinações de preposição ou locução prepositiva seguida da conjunção *que*;

b) Advérbio + *que*: Esta pauta dá lugar à conjunção *aunque*, assim como a numerosas locuções conjuntivas, como: *bien que*, *mal que*, *maguer (a) que*, *malgrado que*, *siquiera que*, *ahora que*, *así que*, *enseguida que*, *luego que*, *mientras que*, *ya que* e a de uso exclusivo para escritas literárias, a locução *pues que* de *puesto que*;

c) Substantivo ou grupo nominal + *que*: É rara esta pauta quando está formada com um substantivo só, no qual corresponde a essa locução na variante de Nicarágua e outros países centro-americanos: *cosa que (de modo que)* em “*Ándate temprano, cosa que te encuentre cuando yo llegue*”. Mais habitual é a combinação com um grupo nominal, como em: *una vez que*, *toda vez que* ou *cada vez que*;

d) Participio + *que*: Este tipo constitui o resultado de reanalisar (no sentido de *assignar* a uma sequência outra estrutura como resultado de uma segmentação diferente) as construções absolutas. Ajustam-se a esta pauta algumas locuções conjuntivas causais do espanhol atual: *puesto que*, *supuesto que*, *dado que*, *visto que*;

e) Preposição + substantivo ou grupo nominal + *que*: se constroem com substantivo numerosas locuções conjuntivas, como *a medida que*, *de forma que*, *de manera que*, *de modo que*, *de suerte que*. Estas locuções não costumam admitir que

um infinitivo ocupe o lugar da oração introduzida pela conjunção *que* (*a medida {que llegan ~ \*llegar}*). Forma-se segundo a mesma pauta, mas com um grupo nominal, *a la vez que, a la par que, al par que*. Estas locuções expressam simultaneidade, mas também concomitância ou ação paralela: *Montó en la limusina a la par que saludaba con la mano* (CABALLERO BONALD, Pájaros);

f) Preposição + substantivo + de + *que*: Costuma-se incluir neste grupo as expressões *en vista de que, a causa de que, a pesar de que, en razón de que, en caso de que, a fin de que, a riesgo de que, a sabiendas de que, a consecuencia de que, al objeto de que*. Considera-se, no entanto, que algumas dessas expressões não são propriamente locuções porque com elas se podem formar grupos relativos, como em “*se produjo un choque de trenes a consecuencia del cual perdieron la vida quince personas*”, e também interrogativos, como em “*¿{A consecuencia de qué ~ En razón de qué} se ha suspendido la reunión?*”.

Também com valor de conjunção, /*que*/ pode introduzir uma proposição subordinada substantiva de sujeito, complemento direto, etc., com valor completivo ou substantivo, no qual une uma proposição principal com uma proposição substantiva, como em: *Quiero que vayas a su casa*. E em estilo indireto com verbo elidido: *¡Que te calles! (¡Te he dicho que te calles!)*. Outrossim, introduz uma proposição subordinada adverbial: causal (*que*: porque): *Abre, que hace frío*; finalidade (*que*: para que): *Ven que te lo cuente (para que te lo cuente)*; comparação: *Es más alto que Juan*; consequência: *Hacia un frío que helaba la sangre. Hizo tanto calor que me deshidraté*; e condicional (*que*: se): *Que no puedes venir, me avisas*.

Em menor medida, /*que*/ assume valor de conjunção coordenante em construções coloquiais, em que seu uso se reduz a encabeçar orações ou elementos coordenados e costuma ser equivalente às conjunções copulativas (aditivas) /*y, hi, e*/, disjuntivas (alternativas) /*o, ó, u*/, e a adversativa /*pero*/, como em: *Queremos salud, que no dinero*. Nas expressões fixas, próprias da modalidade da fala: *llora que llora, corre que te corre, quieras que no, dale que dale, erre que erre, etc.*

### 2.1.2.2 Valores de QUE no Português

Assim como em espanhol, em português /*que*/ pode assumir categorias múltiplas dependendo da função sintática que desempenha, por exemplo: substantivo,

advérbio, preposição, interjeição, partícula expletiva ou de realce, pronome, conjunção coordenativa e subordinativa.

Com função de substantivo, tem o sentido de “qualquer coisa” ou “alguma coisa”, admite o acompanhamento de um artigo indefinido e pede uma preposição, tornando-o um monossílabo tônico, o que exige acentuação /quê/. Exemplos: “Este texto tem um quê de romance... nem parece um texto modernista”. Pode designar também o nome por extenso da letra /q/. Por exemplo: “Mesmo tendo como símbolo kg, a palavra quilo deve ser escrita com quê”. Com função de advérbio, /que/ intensifica adjetivos e advérbios, atuando sintaticamente como adjunto adverbial de intensidade com valor aproximado ao das palavras quão e quanto. Exemplos: “Que enganados andam os homens! Que longe está meu sonho!” Também pode exercer valor de advérbio de modo ao substituir “como”, por exemplo em: “Que roupa mal costurada era aquela!”

No valor de uma preposição, originalmente conhecido como pronome relativo, mais conhecido como coloquialismo, embora já bem aceito pela gramática, /que/ assume ou substitui o termo /de/ após os verbos auxiliares “ter” no sentido de dever a ser cumprido e “haver”, como nos exemplos: “Teremos que sair mais cedo hoje; Tem que combinar?”

Já como uma interjeição (em construção exclamativa, como monossílabo tônico e com valor de substantivo) exprime um sentimento, emoção ou estado interior, equivalente a uma frase, embora não desempenhe função sintática na oração. Exemplos: “Quê! Você por aqui!; Quê! Não acredito que vai custar tudo isso!”

Como partícula expletiva ou de realce, serve apenas para realçar determinado termo, isto é, sua retirada não prejudica a estrutura sintática da oração. Sem função sintática, sua presença é nada mais que um recurso expressivo e enfático. Exemplos: “Quase que ela desmaia!; Oh! Que lindos que são esses cachorrinhos! ”. Quando desempenha o papel de pronome relativo, pode-se chamá-lo por um dêitico, por sua função anafórica de recuperar termos já citados na oração ou texto, fazendo-lhes referência. Como no espanhol, o /que/ pode ser chamado de “antecedente” por exercer a mesma função de recuperar um substantivo ou pronome.

Outrossim, /que/ como pronome tem suas variações: pronome indefinido substantivo quando equivale a “que coisa” como em: “Que caiu?”; pronome indefinido adjetivo quando funciona com um adjunto adnominal: “Que vista linda há aqui!”; como pronome substantivo interrogativo ao substituir os elementos sobre o qual se deseja

resposta: “Que você disse? Que horas são?”; e pronome adjetivo interrogativo quando acompanha os substantivos nas frases interrogativas, desempenhando a função de adjunto adnominal, como em: “Que livro você está lendo?”

Quiçá, a função que mais interesse à pesquisa, /que/ pode ser categorizado como conjunção coordenativa e, também, subordinativa na oração em que está empregada. Em períodos em que haja independência entre as orações, isto é, coordenação, /que/ pode ser marca aditiva, por ligar orações ao estabelecer uma sequência de fatos com equivalência à conjunção /e/; exemplo: “Anda que anda e nunca chega a lugar algum”. Pode exercer o valor de uma conjunção explicativa por apontar a razão de se ter feito a declaração contida em outra oração coordenada e com equivalência ao termo /pois/; exemplo: “Deixe, que os outros pegam”. Como conjunção alternativa, ao colocar em evidência duas posições contrárias; exemplo: “Que aceitem ou que não aceitem, eu falarei mesmo assim”. Com valor de conjunção adversativa, por indicar oposição e/ou ressalva, /que/ tem valor equivalente a /mas/, como nos exemplos: “Outro, que não eu, teria de fazer aquilo; pode falar à vontade que não surtirá efeito”.

Com valor de uma conjunção subordinativa, quando introduz orações subordinadas substantivas e adverbiais nas orações principais; exemplo: “Acho que você está equivocado”. Neste caso, a oração “que você está equivocado” funciona como objeto direto do verbo /achar/, comumente denominada oração subordinada substantiva objetiva direta. Quando o /que/ introduz orações adverbiais causais, com valor próximo ao /porque/, diz-se de uma conjunção subordinativa causal, como no exemplo: “Saímos todos, que a maré não estava para peixe”. Com valor de uma conjunção final, integra orações subordinadas adverbiais com equivalência a /para que/, /a fim de que/; exemplo: “Todos lhe fizeram sinal que se calasse”.

Nas orações subordinadas consecutivas, /que/ introduz uma subordinativa adverbial para expressar sequência do que se acabou de afirmar; exemplo: “É tão pequeno que não alcança a maçaneta”. Aparece em geral com as expressões: que, tão... que, tanto... que, tamanho... que, e tal... que. Como conjunção subordinativa comparativa, /que/ inicia a oração subordinada adverbial com as expressões: mais... que, menos... que, etc.; exemplo: “João é mais inteligente que o irmão”.

Com valor concessivo, /que/ adquire valor de conjunção subordinativa quando se equivale a /embora/, ao expressar uma concessão ou exceção a alguma regra, por exemplo: “Gosto de mangas, verdes que estejam; estude um pouco que seja”. Por

último, com valor de uma subordinativa temporal ao iniciar uma oração adverbial com valor aproximado de /desde que/; exemplo: “Agora que a lâmpada acendeu, podemos ver tudo”.

Bem como se pode verificar, /que/ assume vários papéis tanto em espanhol quanto em português, de pronome relativo a conjunção. Entre as locuções conjuntivas e as prepositivas, pode-se encontrar o termo /que/ e, com isso, haver dificuldades em separá-las em suas categorias. As locuções conjuntivas são grupos de palavras de forma fixa que funcionam como uma só conjunção, por exemplo, em /porque/ há a junção de /por + que/, embora se escreva numa só palavra, no entanto, existem outros exemplos, como os citados anteriormente, cada um em sua categoria. As locuções prepositivas, da mesma forma, são grupo de palavras com forma fixa que desempenham o valor conjunto de uma preposição.

Para separar esses valores há de se ter em conta que as locuções conjuntivas terminam em conjunção, neste caso com /que/ no exemplo: Chegaram em casa depois que deram as três da madrugada. E as locuções prepositivas terminam em preposição; exemplo: À medida de teus desejos fiz minhas escolhas. Ademais, depois de uma locução prepositiva vai um substantivo ou um infinitivo e após uma locução conjuntiva segue um verbo na forma pessoal; exemplos: Antes de ir, passe por meu escritório; antes que passe mais tempo, vem a ver-me.

### 2.1.3 Por uma gramática operatória

O que se propõe a partir do estudo da língua, numa abordagem operatória, é buscar o processo de uso da linguagem e, para isso, “precisa-se refutar a ideia de que a língua tem regras fixas de aplicação e que falar e escrever bem requer um conhecimento sistemático das entidades e definições gramaticais” (CUMPRI, 2011). Outrossim, o autor postula que uma gramática operatória procura investigar o funcionamento da linguagem apreendida através da diversidade das línguas naturais, uma vez que essas estão em constante movimento em que o falante se envolve, de modo natural, no caráter modular da língua, para significar as coisas e organizar sua linguagem.

Para Cumpri (2012, p. 225):

O que ocorre é que a gramática é adquirida à medida que se adquire a língua e isso culmina, inevitavelmente, numa interdependência fulcral: escolhas são feitas, situações são estabelecidas, operações com a linguagem se realizam e o processamento do texto (e do sentido) se dá.

Nesse sentido, a interdependência entre falante e gramática é uma relação de formação e de reconhecimento de significações, explicitada pela fala ou pela escrita. Isto é, do uso da língua depreende-se a necessidade do bom manejo de suas partes, embora não seja necessário o estudo metalinguístico para se fazê-lo. A partir de um conjunto de escolhas feitas (de palavras) e das situações envolvidas e estabelecidas (contexto de produção), realiza-se a operação com a linguagem e, no processamento do texto ou da fala entre os participantes dessa situação (não necessariamente precisa haver mais de um), gera-se sentido.

Por ser o princípio da organização e transformação da língua, a gramática está presente em todo ato verbal, pois através dessa regulamentação se estabelece sentido e os textos se tornam interpretáveis (CUMPRI, 2011). No entanto, de acordo com Aguilar (2007), na abordagem operatória, todas as unidades da língua apontam para uma imprecisa direção de sentido, e são, fundamentalmente, indeterminadas. Dessa forma, pode-se dizer que não há distinção entre categorias lexicais e gramaticais, e também, não há unidades da língua que sejam mais determinadas e outras que sejam menos determinadas. Trabalha-se num nível anterior à construção do léxico ou da gramática.

Reportando-nos ao objeto de estudo desta pesquisa, acrescentamos que a marca *aunque* se enquadra em categorias diferentes pela gramática tradicional. Na pesquisa levantada em diversos aportes gramaticais, dicionários etc., a marca aparece ora definida como conjunção coordenativa, ora como conjunção subordinativa<sup>12</sup>. Assim, pelo viés da gramática operatória, procura-se não trabalhar com tais divisões estipuladas pela abordagem tradicional, mas com unidades lexicais e gramaticais num espaço de construção anterior à existência dessas categorias, no qual se investiga o funcionamento das unidades linguísticas e sua contribuição para a significação do enunciado.

---

<sup>12</sup> Uma explicação aprofundada será dada a subseção 2.2

## 2.2 *Aunque* – breve trajetória

Para iniciar a discussão em torno da marca *Aunque*, considera-se pertinente alçar alguns traços apresentados desde a sua origem até o uso atual, instaurando um diálogo étimo das suas formas, inicialmente separadas em: *aún* / *que* e seus valores, para então alcançar o valor de *aunque* atual, disposto nas gramáticas mais recentes, desde o início de seu uso na língua castelhana.

O dicionário etimológico de Joan Corominas pontua da seguinte forma:

AÚN, h. 1140. Del lat. ADHUC ‘hasta ahora’, vulgarmente ‘aún’; antiguamente se encuentran con este valor *adú*, h. 1210, y *ahú*, 1284, que por influjo de varias partículas terminadas en *-n* (como bien, sin, non, según) se convirtió en *aún*, lo mismo que *así* en el vulgar *asín*.

Cpt. *Aunque*, 1ª mitad S. XVIII.

Aunar, V. uno

Aupar, V. upa (COROMINAS, 1973, p.

72)

QUE, h. 950, pronombre relativo y conjunción. Partícula romance en la cual han venido a confundirse varias formas del relativo latino y otras partículas relativas de este idioma. Como conjunción copulativa o encabezadora procede del interrogativo neutro latino QUID, que heredó en latín vulgar las funciones del relativo clásico QUOD ‘que’ y recibió la aportación de ciertos usos vulgares de QUIA (en clásico ‘porque’). Como relativo es el acusativo masculino QUEM. En su función de conjunción comparativa procede de una confusión del *que* relativo y encabezador con la conjunción comparativa latina QUAM. (COROMINAS, 1973, p. 486)

*Aún* tem sua origem no ano de 1140, do latim *adhuc*, da sua forma vulgar *aún*, que significa “até agora, até aqui, até esse momento” em português, por *-ad* ‘até’ e *-huc* ‘aqui, neste momento’, sendo esta uma variante de *-hoc* que significa ‘este’. A palavra *que* vem também do latim, a partir do ano 950, da confluência entre *quid* e *quad* e dos interrogativos *quis*, *quae* e *quid*. Tem valor de pronome relativo e de conjunção. O termo *aunque* surge da união desses dois elementos na primeira metade do século XVIII, e recebe diferentes definições a partir de então. Comumente se refere a um enlace gramatical com valor concessivo e/ou adversativo, cujo uso será disposto dentre as gramáticas pesquisadas a seguir.

### 2.2.1 Real Academia da Língua Espanhola (versão de 1771)

A Gramática da Língua Castelhana, composta pela Real Academia Espanhola, organizada por D. Joachin de Ibarra, de 1771, define a gramática como a arte de se falar bem e a divide em duas partes: a primeira trata do número, propriedade e ofício das palavras, e a segunda da ordem e concerto que devem ter entre si para expressar com clareza os pensamentos. Por essas definições, postula-se que ao dominar a gramática o falante está apto ao uso retórico da língua e tem a capacidade de expressar com clareza aquilo que se pensa.

No segundo capítulo, o autor define *palavra* como o mesmo que *voz* ou *dicção*. Para ele, um punhado de palavras ordenadas com o qual expressamos nossos pensamentos se chama em linguagem comum por *fala* e entre os gramáticos por *oração*, pelo qual chamam com propriedade as palavras como *partes da oração*. Logo, essas partes são classificadas em nove, nessa ordem: nome, pronome, artigo, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

Em seu décimo capítulo, diz sobre a conjunção: “conjunção é uma palavra que serve para juntar, atar ou travar entre si as demais partes de uma oração. As conjunções se dividem em copulativas, disjuntivas, adversativas, condicionais, causais e continuativas” (IBARRA, 1771, p. 222). Sobre as conjunções classificadas como adversativas, Ibarra pontua:

Adversativas son las que sirven para expresar alguna oposicion ó contrariedad entre las cosas ó acciones, ó para corregir ó limitar su significación, como: mas, pero, quando, aunque, bien que: v.g. quisiera correr, *mas* no puedo: el dinero hace ricos, *pero* no dichosos: *quando* eso sea, no lo creo: no haría yo una injusticia *quando* me importára un tesoro: el juez, *aunque* severo, es justo: la virtud, *bien que* perseguida, es amable<sup>13</sup>. (1771, p. 224)

Também classifica as conjunções em simples e compostas, as simples são as que se constituem de uma só palavra e as compostas aquelas que constituídas de duas palavras separadas por natureza, mas unidas pelo uso:

---

<sup>13</sup> Adversativas são as que servem para expressar alguma oposição ou contrariedade entre as coisas ou ações, ou para corrigir ou limitar sua significação, como: *mas, pero, quando, aunque, bien que* [...].

Las conjunciones son simples, ó compuestas. Simples son las que constan de una sola palabra, como: y, é, ó, ú, ni, que, ya, mas, pero, quando, si, pues, mientras. Compuestas son las que constan de dos palabras separables por naturaleza, pero unidas por el uso, como son: porque, sino, puesque, aunque, asíque. (Ibarra, 1771, p. 225)

Dentre as compostas está o *aunque*, no entanto, sem maiores explicações. Nota-se dentre as definições dispostas pela gramática de Ibarra (1771) que a marca é uma conjunção adversativa composta. Não há um estudo lexical da oração com classificações de coordenação e subordinação, o que desqualifica qualquer outro valor em que *aunque* poderia se enquadrar.

### 2.2.2 Nueva Gramática Básica de la Lengua Española de la Real Academia Española (versão 2011)

A Nova Gramática Básica da Língua Espanhola, administrada pela associação de academias de língua espanhola e publicada em 2011, com muito rigor, tem como objetivo a aproximação entre o aprendiz e o bom funcionamento da língua, com uma coerência explicativa em prol de seu caráter e vocação normativos. A nova gramática faz o intento de conjugar a dimensão descritiva com a normativa, centrando-se principalmente num espanhol neutro, no qual privilegia sempre nas opções a forma mais culta.

Destina um capítulo para discorrer sobre a preposição, a conjunção e a interjeição. Define a conjunção da seguinte forma: “as conjunções constituem uma classe de palavras invariáveis e geralmente átonas, cuja função é estabelecer relações entre palavras, grupos sintáticos ou orações” (RAE, 2011, p. 168). Dessa forma, dividem as conjunções em dois grandes grupos, segundo o tipo de conexão que se estabelece entre os segmentos que relacionam: as conjunções coordenantes, que vinculam elementos sem estabelecer relações hierárquicas entre eles e podem ser copulativas, disjuntivas ou adversativas; e as conjunções subordinantes, que vinculam elementos estabelecendo entre eles relações de dependência.

Assim postulado, a Nova Gramática Básica da RAE trata as conjunções por sua coordenação ou subordinação em relação à oração. Nas conjunções adversativas dão dois exemplos: *pero*, que se usa para contrapor duas ideias, uma das quais – às vezes as duas – não se formula de maneira expressa, mas que se deduz do que se diz; e *sino*, que dá lugar a construções adversativas de outra natureza. O primeiro

segmento é negativo e refuta uma opinião expressa ou implícita. O segundo introduz uma correção ou matização.

Sobre as conjunções subordinantes, tem-se a definição: “enlaçam unicamente dois elementos, de forma que fazem depender aquele ao que precede do outro, geralmente oracional. O verbo da oração que introduz apresenta forma pessoal” (RAE, 2011, p. 170). De acordo com a Nova Gramática da RAE, as conjunções subordinantes se classificam em função de seu significado e do tipo de orações subordinadas que introduzem, para isso, classificam-nas em oito suas formas mais representativas: completivas, condicionais, causais, concessivas, temporais, consecutivas, ilativas e comparativas.

Classificam a marca como uma conjunção subordinante concessiva, embora sem detalhes nem explanação. Afirma também que a maior parte das conjunções subordinantes são locuções conjuntivas, e as explicam assim por conterem mais de uma palavra. Outra vez se dão as formas frequentes dentro dessa categoria, contando seis no total: preposição + *que*; advérbio + *que*; particípio + *que*; preposição + substantivo ou grupo nominal + *que*; e por último, preposição + substantivo + *de* + *que*. O *aunque* aparece na segunda forma, advérbio + *que*, junto com outras possibilidades: *aunque*, *ahora que*, *bien que*, *mientras que*, etc.

No capítulo vinte e nove, explana-se sobre as construções condicionais e concessivas:

As construções condicionais e as construções concessivas mais típicas são estruturas oracionais compostas que tradicionalmente se denominam *períodos*. Tais períodos se formam por uma oração principal e uma subordinada. Esta última, que não está incluída na primeira, costuma aparecer introduzida pelas conjunções *si* (nas condicionais) e *aunque* (nas concessivas). Geralmente, a subordinada se situa entre pausas e em posição inicial, pelo que foi denominada *Prótasis* (o que vai diante). A oração principal se chama *Apódosis*: (RAE, 2011, p. 262 – tradução nossa).

Período condicional: *Si le sube la fiebre, báñese con agua fría.*

Período concessivo: *Aunque me lo recomienden, no lo compraré.*

A marca não aparece nas construções condicionais, pois se percebe pela definição e argumentos que, nos períodos condicionais, as orações compostas e as orações secundárias (*prótasis*) expressam bem o requisito que conduz a um resultado, pela premissa de que se parte para chegar a certa conclusão. Em contraste com a definição das construções concessivas, a oração secundária sugere uma

conclusão que é negada pela oração principal (apódosis). Dessa forma, as construções do tipo concessivas são estabelecidas pela relação entre a oração secundária e a oração principal, então se diferenciam entre os tipos de subordinadas concessivas do enunciado ou da enunciação.

De acordo com a *Nueva RAE* (2011), nas orações concessivas do enunciado, a oração secundária denota um obstáculo ou uma dificuldade que não chega a impedir o expressado pela oração principal: *Aunque llovía, salió a caminar*. A oração secundária expõe uma causa ineficiente, no sentido de “uma causa que não chega a produzir o efeito de que dela se espera”. A subordinada aparece mais frequentemente anteposta, a modo de tópico, mas também pode aparecer posposta, com pausa ou sem ela: *Salió a caminar aunque llovía; Eran felices, aunque no parecían tener motivos para serlo*.

Nas orações concessivas da enunciação, essas construções apresentam uma dificuldade que não chega a impedir o fato de que se enuncie a oração principal. Costuma-se utilizar um verbo enunciativo, como o *decir*: *Aunque tal vez sea tarde, (digo que) ese muchacho es inocente*. Além dessas definições, argumenta que além das introduzidas por *aunque*, existem outras construções concessivas que em sua maioria aparecem como tópicos, ou seja, separadas por pausa e em posição inicial.

As classificações das duas gramáticas são distintas, a primeira, de Ibarra (1771), apenas classifica as conjunções sem separá-las em coordenantes ou subordinantes. Isto é, a marca foi apresentada como uma conjunção adversativa composta. Na Nova RAE (2011) as conjunções são separadas conforme sua função dentro da oração. Esta dá a classificação de conjunção subordinante concessiva à marca. Sobre a classificação de simples ou composta, a Nova RAE usa outros termos, embora com a mesma definição, de locuções conjuntivas.

Percebe-se uma contrariedade nas disposições relativas à marca dentro dessas duas gramáticas. Os valores dispostos, adversativo e concessivo, existem e/ou existiram, com maior ou menor relevância no espanhol falado desde 1771 a 2011. Contudo, não há um caminho claro que defina o modo de se estabelecer determinado valor, em detrimento da função que desempenha no enunciado, em nenhum desses livros organizados pela RAE.

As concepções de língua, comunicação, competências linguísticas, sujeito, falante, aprendiz de língua estrangeira e segunda língua, entre outros, mudaram e evoluíram com o passar dos anos. E nesse sentido, busca-se pesquisar em outras

gramáticas, um pouco mais atuais, com objetivos diversos e concepções diferentes, traçando, cada um à sua maneira, o uso e a definição da marca. Em alguns momentos, com gramáticas destinadas a nativos que procuram aprimorar seu conhecimento da língua espanhola, e em outros, em gramáticas propostas a ajudar estudantes brasileiros de espanhol como língua estrangeira.

### 2.2.3 Dicionario de uso del español – María Moliner (1998)

O dicionário de uso do espanhol de Moliner (1998) tem o propósito central de fazer da obra não somente uma ferramenta para decifrar, mas uma ferramenta para cifrar, isto é, não mais para interpretar as palavras recebidas, mas para comutar a comunicação, selecionando as palavras adequadas para sua emissão em mensagem. Para a autora, a função codificadora não se enche simplesmente brindando palavras, porque a mensagem não se constrói somente com léxico, mas com sintaxes. Nesse sentido, esforçou-se por apresentar, nos casos precisos, os mecanismos da construção e o regime preposicional que convêm a cada unidade. Oferece, em seu dicionário, frequentemente, orientações relativas à situação ou ao contexto da comunicação.

Nesse dicionário, os termos são introduzidos por sua etimologia seguida de sua categoria gramatical. Moliner (1998) explana sobre o *aun* e *aún* do latim */adhuc/* e os classifica como: o primeiro como um advérbio de valor concessivo, podendo ser substituído por *incluso*; e o segundo também como um advérbio, mas equivalente ao *todavía*, no qual expressa persistência no momento em que se fala ou de que se fala de certa ação ou estado. Para a autora, *aun cuando* é um equivalente de *aunque* cujo valor oscila entre o concessivo e o adversativo.

O termo *aunque* tem origem latina de *aun* e *que*, e é classificado como uma conjunção. De acordo com Moliner (1998), algumas vezes expressa um significado que não impede que se realize o determinado na outra oração, este com valor concessivo: *Iremos aunque llueva. Te lo diré aunque no te guste*. E outras vezes, uma oposição entre ambas orações, isto é, com valor adversativo: *aunquees español, no le gustan los toros. Aunque está tan delgado, está muy fuerte*.

Como expressão concessiva, a autora dá outros valores de uso à marca: *aunque* se antepõe muito frequentemente a expressões corretivas<sup>14</sup>: *Aunque si bien se mira, aunque en medio de todo, aunque la verdad es que*. Outros valores: *si bien, cuando, a despecho de que, sin embargo de que, maguer<sup>15</sup>, por más/mucho que, a pesar de que, bien es verdad que*. Para a autora, também pode expressar conformidade de sua oração com o expressado pela oração principal, mesmo que seja menos ou pior do que se desejaria: *No dejes de venir, aunque te marches pronto*.

Moliner (1998) aclara em Notas de Uso sua consideração a respeito de *aunque*:

Como se vê pelos exemplos da primeira acepção, a distinção entre os dois significados não é contundente, pois, se se observa bem, se aprecia que o matiz concessivo está também presente nos exemplos do segundo caso. O verbo afetado por <*aunque*> está no subjuntivo nos exemplos do primeiro caso e no indicativo nos do segundo. No entanto, a distinção entre as duas maneiras de funcionar esta conjunção não é de nenhuma maneira clara, e o fato de que o verbo esteja no subjuntivo ou no indicativo depende, não mais de que a conjunção funcione como concessiva ou como adversativa, senão mais bem de que a ação ou circunstância expressada pela oração a que afeta seja somente possível ou seja segura: *Te he echado de menos aunque no lo creas. Aunque no lo crees, esto es la pura verdad*. E, por outro lado, é muito frequente o uso do subjuntivo mesmo em expressões asseverativas: *Es un grosero aunque haya recibido una buena educación*. A oração a que afeta <*aunque*> pode sintetizar-se em um adjetivo, um particípio ou um gerúndio e substituir-se <*aunque*> por <*aun*>: *Aunque llegamos tarde tuvimos tempo de verlo todo. Aun llegando tarde, tuvimos...* Também pode substituir-se pela expressão <*y todo*>: *Llegando tarde y todo tuvimos tempo...*

A oração concessiva com <*aunque*> pode se transformar em uma copulativa com ambos os verbos em potencial: *Aunque se muriera de hambre no trabajaría*, equivale a *se moriría de hambre y no trabajaría*. Na segunda acepção, o sentido de <*aunque*> pode se chamar <concessivo> com mais direito que na acepção anterior; mas, realmente, não é o significado das conjunções chamadas convencionalmente <concessivas>, já que nele não pode <*aunque*> ser substituída por outra delas; por exemplo, por <*a pesar de que*> ou <*no obstante que*>. Tendo já a designação <concessiva> uma aplicação tradicional, se aplica neste dicionário à conjunção <*aunque*> empregada com este sentido, assim como as expressões <*aunque sea*> e <*aunque sólo [nada más] sea*> e outras de significado semelhante, a designação <transativas>, porque afetam a uma oração que expressa uma transação: *No dejes de venir, aunque [sólo,*

<sup>14</sup> Expressão corretiva é um termo exclusivo da autora que trata de uma expressão que corrige, retifica ou esclarece o dito anteriormente.

<sup>15</sup> Maguer vem do grego bizantino μακάρι makári e significa “ojalá” (oxalá ou tomara do português) e derivado do grego μάκαρ mákar “feliz, dichoso”. Aqui com o valor de conjunção concessiva equivalente ao *aunque*, mas designa um termo que caiu em desuso.

*nada más] sea media hora. Tengo que regalarte aunque sea un pañuelo.*(MOLINER, 1998, p. 299-300).

Percebe-se, a partir de tal explicação concernente à marca estudada, que se trata de um termo complexo e de difícil categorização. O valor de *aunque*, de acordo com a autora, oscila entre dois valores dados não pela subordinação ou insubordinação da oração, nem pelo tempo verbal empregado, mas pela segurança e certeza, ou pela falta delas na frase em que a marca é empregada.

Em outra consideração, Moliner (1998) considera o valor concessivo tanto nas acepções “um” quanto nas acepções “dois”, no entanto, na segunda acepção a marca não pode ser trocada por outra com o mesmo valor de concessão, como: *a pesar de que* ou *no obstante que*. Depreende-se então que o valor concessivo da marca é postulado por convenções aplicadas tradicionalmente, e a autora procura manter esse valor em seu dicionário, embora não explique sobre esse uso tradicional.

Contrastando a definição de Moliner (1998) com as de outros autores, uns impõem valor à marca pela subordinação e insubordinação da frase no período, outros pelo emprego do tempo verbal adequado, etc., mas somente Moliner (1998) admite tal complexidade e traz à tona que o valor concessivo é meramente assim considerado por uma tradição entre gramáticos e estudiosos da língua. Porém, essa tradição tem sido alterada entre vários autores e edições mais atuais, tentando romper com esse valor exclusivo ou prioritário de concessão imprimindo com várias tentativas de manter o valor “secundário” de adversativa da marca, muitas vezes, negligenciando suas possibilidades de equivalências tanto no espanhol, quanto do espanhol para o português, no caso das gramáticas contrastivas entre línguas. Ao não considerar toda essa complexidade, autores tendem a não explicar suas variações, o que cabe, por exemplo, a outra ciência assim fazê-lo.

#### **2.2.4 Dicionario de uso del español de América y España (2002)**

O Dicionário de Uso do Espanhol foi desenvolvido sob a proposta de tentar sanar necessidades gerais que, toda a comunidade falante do espanhol e/ou outras línguas se aproximem da língua espanhola, venha a ter, uma vez que se trata de um dicionário geral. Considera-se a heterogeneidade do idioma devida a sua ampla geografia, milhões de falantes, diversas culturas e histórias. O objetivo é o de

atualizar-se nas novas concepções e usos de expressões da língua, adaptando a uma linguagem mais geral e possível dentre as diferentes correntes existentes no mundo.

A marca estudada é postulada inicialmente como uma conjunção. Em primeira instância, apresenta que esta introduz uma oração que se indica uma dificuldade real ou possível, apesar de poder ser, ocorrer ou fazer-se o que se expressa na oração principal: *Aunque estoy enfermo, iré a trabajar; Aunque llueva, iremos de excursión*. Para isso, costuma-se levar o verbo no indicativo quando se trata de uma dificuldade real e no subjuntivo quando se trata de uma dificuldade hipotética: *Aunque nieva, saldremos; Aunque nieve, saldremos*.

Num segundo momento, determina-se que a marca introduz uma circunstância que matiza, se opõe ou contradiz parcialmente o dito ou o que isso permite deduzir ou supor: *Me ha parecido una buena película, aunque es algo lenta; Vive en un departamento muy bonito, aunque algo pequeño; No traigo nada de eso, aunque traigo otras cosas*. Neste caso, em orações introduzidas por *aunque*, este sempre será sucedido por verbos no indicativo.

Sem separar o uso da marca por coordenação ou subordinação da frase na oração ou período, o dicionário separa o valor da conjunção como concessiva em relação a uma dificuldade real, no indicativo, ou hipotética, no subjuntivo, usado em início da oração. E como conjunção adversativa quando a oração secundária se opõe totalmente ou parcialmente a oração principal, sendo esta usada no final da oração principal.

### **2.2.5 Diccionario práctico de gramática – 800 fichas de uso correcto del español – de Óscar Cerrolaza Gili (2005)**

Gili (2005), em seu dicionário, detalha o uso de *aun*, *aún*, *aun así*, *aunque*, conceituando e separando seus diferentes valores. O autor define *aun* como a palavra que expressa uma objeção à realização de algo, mas não a impede. O termo tem sua origem no latim (*adhuc*), categorizado gramaticalmente como um advérbio de modo, e de acordo com o autor, utiliza-se seguido de gerúndio e se emprega em contextos cultos. Ex.: *Aun sabiendo que no corre peligro, estoy asustado. Eugenio me dijo que, aun siendo muy tarde, podíamos llamarle. Así que venga, marca*.

Logo, fazendo um contraste entre o *aun* com outras expressões concessivas, o autor traz o *aunque* definindo-o como a expressão da concessão mais geral: *aunque no tenía dinero, se compró ese coche*. Exemplifica e define outras expressões

concessivas: *con* + infinitivo, *por más que* / *por mucho que* e *por muy... que*. Assemelha-se a outras expressões como *a pesar de*, *si bien es cierto que*, *y eso que*, *y mira que*. Todos com entradas independentes no dicionário.

O autor conceitua *aún* dizendo que se refere a momentos anteriores ao instante em que se está falando, com a mesma origem de *aun*, define gramaticalmente como advérbio de tempo e com significado igual ao de *todavía*. A expressão *aun así*, como aponta Gili (2005), tem função de acrescentar uma informação que poderia ser contraditória em relação à outra previamente dada. Pertence à classe das locuções conjuntivas adversativas e se utiliza seguido de uma oração no indicativo.

Finalmente, a marca é detalhada e definida como aquela que expressa uma objeção à realização de algo, mas não a impede, assim como o *aun*, tem sua origem da locução *aun* + *que* e se utiliza seguido de indicativo quando se introduz uma informação que se apresenta como nova: *me voy a la cama, aunque no estoy muy cansado. Es que mañana me levanto muy pronto*. E se utiliza seguido de subjuntivo quando é uma informação que já se apresentou antes ou é conhecida por quem está falando: *Mamá, no tengo sueño. Pues aunque no tengas sueños, tienes que irte a la cama, que mañana hay colegio*. Gili (2005) postula que o uso mais recorrente e geral da marca é para expressar as orações concessivas. Nesse aporte, o autor ainda contrasta o *aunque* com outras expressões concessivas, cada um com seu valor e exemplifica com frases, no entanto, com as mesmas informações dadas anteriormente no quadro expositivo do termo *aun*.

Como o dicionário não é destinado a brasileiros, não se preocupa com seus correlatos de tradução ao português. Não obstante, o autor apenas determina a que classe pertence às expressões, conjunções e locuções conjuntivas sem contextualizá-las. Nota-se que a abordagem do autor pressupõe que todos os usos da marca terão o valor de conjunção concessiva, em que se expressa informações conhecidas ou não pelo locutor e interlocutor. Também não dá o valor de conjunção adversativa, tampouco, estabelece a relação de coordenação e subordinação através da marca.

### **2.2.6 Gramática Práctica del Español Actual – Aquilino Sánchez Pérez e Ramón Sarmiento Gonzáles (2005).**

Pérez & González (2005) definem sua gramática como descritiva e prática, uma vez que tentam reunir em apenas um livro o que consideram como características

fundamentais de toda obra gramatical: de um lado, a dimensão prática, que tem a intenção de guiar o falante, estrangeiro ou não, a uma melhor compreensão da língua e a tomar decisões acertadas no uso da língua em funcionamento; e de outro, a dimensão descritiva, na qual se apontam novos elementos a esse tipo de obra. Além das normas do espanhol em uso do século XXI, os autores usam gráficos e dados referidos às categorias gramaticais descritas, elementos morfossintáticos e lexicais.

Na décima quarta unidade, os autores explanam sobre as conjunções definidas como elementos que permitem estabelecer relação entre orações ou entre partes de uma oração. Logo, dispõem um quadro com as conjunções, numa progressão de uso na língua, deixando a marca, analisada neste trabalho, em oitavo lugar. Explicam que há conjunções que constam de apenas uma palavra, denominadas de simples, e outras que constam de duas ou mais palavras, denominando-as por compostas ou conectores adverbiais.

No ponto de vista semântico, Pérez & González (2005) dizem que as conjunções não somente unem orações, mas determinam a natureza do enlace a que elas estabelecem. Dado isso, dividem-nas em conjunções coordenantes e subordinantes. As conjunções coordenantes servem para unir orações sintaticamente equivalentes, isto é, que cumprem funções similares dentro do grupo de orações coordenadas. Dividem-se em copulativas, disjuntivas, adversativas e explicativas.

A marca *aunque* aparece entre as conjunções adversativas, que, para os autores, servem para restringir total ou parcialmente o afirmado ou negado na oração precedente. Os elementos utilizados mais frequentemente com esse fim são: *pero, mas, aunque, sino*. E as locuções: *sin embargo, antes bien, con todo, excepto, que no, no obstante, por demás, más bien, salvo, antes, sino que, fuera de, menos, etc.* Além da definição, explanam apenas sobre as conjunções *pero* e *sino*, com frases e exemplos e, em nota especial, dizem para não confundir a conjunção *sino* com a forma *si no*.

No tópico das conjunções subordinadas, Pérez & González (2005) as definem como numerosas e responsáveis por desempenhar a função de introduzir uma oração subordinada dentro da estrutura da principal. Em seguida, apresentam as conjunções mais frequentes, dividindo-as em conjunções de lugar, tempo, modo, causais, consecutivas, condicionais e concessivas. A marca estudada aparece nas conjunções subordinantes concessivas junto com: *a pesar de que, aun cuando, así, e si bien*. Não há exercícios de fixação nem explicações sobre o uso de nenhuma dessas

conjunções, somente uma oração em que está empregada, destacada em negrito. Os quadros e tabelas representam apenas a frequência de uso na língua, contudo, sem contextualização ou explicação.

Na décima sétima unidade, Pérez & González (2005) elucidam sobre as orações compostas e complexas. Nessa unidade as explicações e ilustrações são um pouco mais detalhadas do que na unidade destinada às conjunções. Sobre as orações coordenadas os autores postulam:

A coordenação é um recurso sintático mediante o qual tanto as palavras como as orações, ou as proposições, podem estar unidas ou combinadas por conjunções ou locuções adverbiais. Estes elementos servem para unir, separar ou opor orações somando seus significados, modificando-os, corrigindo-os ou estabelecendo uma disjuntiva entre eles:

**Los días y las noches son largos.** (união)

¿**Son largos los días o las noches?** (separação)

**Los días son largos, pero las noches cortas.** (oposição)

(PÉREZ & GONZÁLES, 2005, p.207, tradução nossa)

Sobre a marca *aunque*, os autores a classificam novamente como conjunção coordenante adversativa e dizem que pode ter, além do valor concessivo, o valor adversativo, quando se limita ao enunciado anterior. Logo exemplificam com uma oração: *Es muy rico, aunque no lo dice públicamente*. Depreende-se uma vez mais que o valor da marca é primeiro marcado por sua função concessiva, e o valor adversativo é dado como secundário. No entanto, não há maiores explicações além de que a marca recebe valor adversativo quando se restringe unicamente ao enunciado ou oração principal, dessa forma, a explicação é ambígua e vaga.

A marca aparece nas orações subordinadas concessivas cuja definição se dá da seguinte forma:

As orações concessivas expressam que existe um obstáculo ou dificuldade para levar algo a cabo (na oração principal). O modo das subordinadas concessivas varia segundo se trate:

a) De um fato real, de um obstáculo ou de um impedimento que existe verdadeiramente e impede a realização da ação. Neste caso, é obrigatório o uso do indicativo: **Aunque lo sabe, no dice nada**.

b) De um fato hipotético: se o obstáculo é suposto ou possível mas não real, se utiliza o subjuntivo nestes casos. Assim: **Aunque lo sepa, no dirá nada**.[...] (PÉREZ & GONZÁLES, 2005, p.219-220)

Para os autores, o uso das orações concessivas impõe determinadas restrições no uso dos tempos verbais das orações principal e subordinada. A correlação de tempos é exigida pela maneira como se apresenta a ação: real ou possível. Dadas essas explicações, dispõe-se o seguinte quadro ilustrativo:

Quadro 4 – Orações subordinadas (Gramática Espanhola)

<b>Oración subordinada concessiva Indicativo</b>	<b>Oración principal Indicativo</b>
<b>Presente</b> <i>Aunque dice la verdad,</i>	<b>Presente, Futuro</b> <i>nadiela cree.</i> <i>nadiela creerá.</i>
<b>Imperfecto</b> <i>Aunque decía la verdad,</i>	<b>Imperfecto, Indefinido</b> <i>nadiela creía.</i> <i>nadiela creyó.</i>
<b>Futuro</b> <i>Aunque querrán ganar el partido,</i>	<b>Futuro</b> <i>no lo lograrán.</i>
<b>Condicional</b> <i>Aunque sería feliz con un perro,</i>	<b>Presente, Futuro</b> <i>no se lo compro.</i> <i>o se lo compraré.</i>
<b>Oración subordinada concessiva Subjuntivo</b>	<b>Oración principal Indicativo</b>
<b>Presente</b> <i>Aunque diga la verdad,</i>	<b>Futuro</b> <i>nadiela creerá.</i>
<b>Imperfecto</b> <i>Aunque dijera la verdad,</i>	<b>Imperfecto, indefinido</b> <i>nadiela creería.</i>
<b>Subjuntivo Presente</b> <i>Aunque ganen el partido,</i>	<b>Imperativo, Subjuntivo Presente</b> <i>mantén la disciplina.</i> <i>no les des más dinero.</i>

Fonte: PÉREZ & GONZÁLES, 2005, p. 221.

Entende-se, a partir das explicações da gramática de Pérez & González (2005), que a marca recebe valor principal de conjunção subordinante concessiva e secundário de conjunção coordenante adversativa, mesmo que os gramáticos não discorram sobre tais postulações. A gramática não traz exercícios de fixação nem aborda as categorias visando à comunicação; como foi dito na apresentação, o objetivo era guiar o aprendiz para que o mesmo compreenda os mecanismos da língua, porém, de forma rasa, cobrindo apenas a superfície da língua.

### 2.2.7 Gramática práctica de español para brasileños – Milagros Juste Nuñez (2004)

Juste Nuñez (2004) tem por objetivo colocar à disposição dos brasileiros um manual de consulta gramatical que ajude a detectar dificuldades, melhorar conhecimentos, esclarecer dúvidas e avançar no estudo da língua. A Gramática Prática de Espanhol para Brasileiros foi criada a partir do resultado de vários anos de experiência no ensino de língua espanhola, na qual procurou levar em conta as dúvidas dos alunos com exemplos contrastivos em alguns capítulos. Oferece exercícios de prática dos temas abordados para que o aprendiz alcance, com segurança, a competência comunicativa. Entende-se por competência comunicativa, unicamente, a competência gramatical, que, de acordo com Canale & Swain (1980), é apenas uma parte dela.

A autora considera a semelhança entre a língua espanhola e a portuguesa como um entrave, cuja dificuldade se acentua ainda mais pela quantidade de erros básicos que o estudante costuma cometer ao considerar seu aprendizado erroneamente mais fácil dado a relação de parentesco entre as línguas. Ao final do livro, a autora oferece um anexo com as soluções dos exercícios, no qual se propõe a comprovação do que fora aprendido ou que se volte ao tema para revisá-lo.

No capítulo décimo quarto, a autora explica as conjunções e dificuldades comuns relativas ao aprendizado do espanhol para brasileiros. Define as conjunções como elementos que servem de nexos, união ou enlace entre orações ou partes de uma mesma oração. Para ela, são classificadas em coordenadas ou coordenantes, as quais servem para unir orações independentes, e em subordinadas ou subordinantes, que unem uma oração subordinada a uma principal.

As conjunções coordenantes são divididas em: copulativas, disjuntivas, distributivas e adversativas. A marca *aunque* não aparece classificada nesse tópico. As conjunções subordinantes são divididas em: causais, concessivas, condicionais, consecutivas, finais e temporais. A marca *aunque* aparece nas conjunções concessivas junto com outras: *a pesar de que*, *pese a que*, *por más que*, *por mucho que*, *por poco que*, etc., e são definidas por ser aquelas que expressam uma objeção, uma dificuldade ou obstáculo para a realização da ação do verbo principal.

Para Juste Nuñez (2004), o *aunque* corresponde ao “embora, ainda que, mesmo que” do português, e é seguido de verbo no indicativo ou no subjuntivo,

conforme determina sua função comunicativa. Quando o falante se refere a um fato já conhecido, experimentado, real ou concreto, emprega-se o verbo no indicativo: *Aunque llueve mucho, saldré para encontrarme con mis amigos* (fato real). *Aunque estudia mucho, no consigue aprobar* (fato conhecido, experimentado). E quando o falante se refere a um fato não comprovado, não conhecido ou hipotético, provável, emprega-se o verbo no subjuntivo: *Aunque llueva, saldré* (fato hipotético). *Aunque estudie, no aprobará* (fato não conhecido).

A autora, ao não considerar a marca como conjunção coordenante adversativa, elimina alguns questionamentos pertinentes à função que *aunque* desempenha na oração. Contudo, reitera seus correlatos e aponta, ao final do capítulo, a comum dificuldade de emprego da conjunção, elucidando que ao aplicá-la deve se atentar na diferença entre um fato real e um irreal, que a marca permite. Os exercícios consistem em completar lacunas com as conjunções separadas por sua função.

De toda essa descrição e análise, nota-se o quão falha é a gramática, pura e normativa no intento de separar as palavras em classes, uma vez que há casos em que um termo pertence a mais de uma classe. Dentre todas as definições, pode-se observar, em geral, que a marca *aunque* cumpre duas funções, mas que a função concessiva prevalece em relação à adversativa. Embora alguns autores considerem a complexidade da marca, não a conduzem a nenhum caminho que separa, de modo claro, um valor do outro. Isso é um exemplo claro de que a língua é, muitas vezes, ambígua, polissêmica, dotada de desvios, inclusive em sua orientação mais normativa.

Em contrapartida, para a TOPE, o valor da marca é estabelecido no contexto da enunciação em que um enunciado é produzido, isto é, desde o aspecto enunciativo, procura-se articular a língua no âmbito semântico, discursivo e enunciativo. A TOPE analisa as proposições num processo inverso aos padrões ditados pela gramática, um processo de desconstrução, isto é, começar pelo processo de representação, referenciação e regulação, escolher os elementos que formam o enunciado e o significado que se espera alcançar através dele, e, a partir disso, encaixar as marcas linguísticas em seus devidos processos languageiros.

### 2.2.8 Uso de la gramática española (niveles elemental, intermedio y avanzado) de Francisca Castro Viudez (2006).

Viudez (2006) cria sua gramática nos moldes do *syllabus gramatical*<sup>16</sup>, em que os manuais de ELE (Espanhol como Língua Estrangeira) costumam articular a progressão da aprendizagem em seus diferentes níveis. A autora parte do princípio de que a gramática está para se obter competência linguística e, ao mesmo tempo, confiança na hora de se comunicar. São três livros divididos em: elementar, intermediário e avançado. E os temas são divididos em: observação e forma, que apresentam os pontos gramaticais com ilustrações e quadros dos paradigmas; uso, que explica as regras essenciais de funcionamento dos pontos gramaticais em situação de comunicação cotidiana, com o apoio de vários exemplos; e exercícios, que permitem trabalhar primeiro a forma e logo o uso contextual da frase, exercícios gradativos desde atividades controladas até aquelas com produção livre e seleção de vocabulário de acordo com o nível gradual de assimilação.

A autora apresenta sua gramática com os pressupostos de metodologias não comunicativas, isto é, esse padrão de ensino remete a modelos muito anteriores aos estudos da década de 1970. Novos estudos, referentes ao ensino de língua, desmitificam a visão da autora de que aprender gramática concede competência linguística e oferece confiança na comunicação. Transpor as regras aprendidas numa gramática para a comunicação real dos aprendizes é um grande impasse dentre as metodologias de ensino de língua, mesmo aquelas indutivas, como o método direto e audiolingual.

Sobre as conjunções e o uso da marca, Viudez (1996), no livro elementar, explana sobre as orações condicionais, causais, temporais e adversativas. A marca *aunque* não aparece nas explicações nem nos exemplos. Sobre as conjunções adversativas, diz que “as orações que expressam contraste ou restrição entre duas ideias recebem o nome de adversativas”, e usa exemplos com a conjunção adversativa *pero*.

No livro de nível intermediário, a autora trabalha temas mais voltados à composição das orações condicionais, concessivas, subordinadas, etc. Viudez (1996)

---

<sup>16</sup> Tipo de ensino em que se dá de modo gradual com passo a passo classificados de acordo com a complexidade gramatical.

dedica ao *aunque* todo o tema, e define as orações com *aunque* mais indicativo/subjuntivo da seguinte forma e com os seguintes exemplos:

- As orações subordinadas concessivas introduzidas por ***aunque*** podem levar o verbo no indicativo ou subjuntivo:
  1. Se prefere o indicativo:

-Quando falamos do passado:

***Aunque regaba las plantas todos los días, se han secado.***  
***Ayer, aunque no tenía ganas, fui al cine.***

-Quando falamos do presente ou futuro. Especialmente usamos Indicativo se o falante está muito seguro da “concessão”, ou se esta indica uma dificuldade real:

***Aunque tiene ya 92 años, mi abuelo está estupendamente.***  
***Aunque no sabe nada de pedagogía, la han contratado como profesora.***  
***Aunque hace mucho frío, no quiere ponerse el gorro.***  
***Aunque estoy muy cansada, esta tarde iré a la fiesta.***

2. Se prefere o subjuntivo:

-Quando falamos do futuro. Usamos subjuntivo quando não estamos seguros da concessão, ou quando esta indica uma dificuldade potencial:

A. *¿Te vas a casar con Antonio? Pero si es muy mayor.*  
 B. *Bueno, aunque sea mayor, pienso casarme con él.*  
***Aunque esté cansada, saldré a cenar con los demás.***  
*Este verano, aunque no tenga dinero, iré a París.*  
***Aunque te lo pida de rodillas, no vayas a su boda.***

- Quando a concessão é pouco provável que se cumpra, usamos o Pretérito Imperfeito do Subjuntivo na oração subordinada, e o condicional na oração principal. Compare as três possibilidades:

***Aunque me pagan poco, trabajo ahí.***  
***Aunque me paguen poco, trabajaré ahí.***  
***Aunque me pagaran poco, trabajaría ahí.***

- Em algumas ocasiões, é uma escolha do falante usar o Indicativo ou Subjuntivo. Observe os exemplos:

*Yo, aunque soy / sea pobre, soy feliz.*

- A. *¿Vas a salir?, hace un tiempo horrible.*
- B. *Bueno, no me importa, aunque haga / hace mal tiempo voy a salir a dar una vuelta.* (VIUDEZ, 1996, p. 148 e 149, tradução nossa)

No terceiro livro, de nível avançado, Viudez (1996) abrange o conceito de orações concessivas e cita outras marcas: *aunque, por más/mucho que; a pesar de (que); por muy/poco* seguidas de verbos no indicativo e subjuntivo:

### ***Aunque, por más/mucho que***

1. As orações subordinadas concessivas introduzidas por estes nexos podem levar o verbo no Indicativo ou Subjuntivo.

a) Se prefere o Indicativo:

-Quando falamos do passado:

Ayer, ***aunque no tenía*** ganas, salí a dar un paseo.

***Por más que le insistí***, no quiso venir conmigo.

-Quando falamos do presente ou futuro. Especialmente usamos Indicativo se o falante está muito seguro da “concessão” ou se esta indica uma dificuldade real:

***Aunque no tengo*** ganas, voy a salir a dar un paseo.

***Aunque hace frío***, no quiere encender la calefacción.

b) Se prefere o Subjuntivo:

- Quando falamos do futuro. Usamos Subjuntivo quando não estamos seguros ou quando a concessiva indica uma dificuldade real:

***Aunque haga*** frío, no encenderá la calefacción.

***Por más que estudies*** la semana próxima, no aprobarás.

Não obstante, se usa o subjuntivo em ocasiões nas que o falante está seguro da concessão, mas mesmo assim, ele não a considera uma dificuldade real:

***Aunque me haya enfadado*** contigo, yo te quiero.

***Aunque haga*** frío, yo quiero salir de todos modos.

2. Correspondência de tempo entre a oração subordinada e a principal:

***Aunque él sabía*** la verdad, no nos dijo nada.

***Aunque sabe / sepa*** la verdad, no nos dirá nada.

***Aunque supiera*** la verdad, no nos diría nada.

***Aunque hubiera sabido*** la verdad, no nos hubiera dicho nada.

(VIUDEZ, 1996, p. 104 e 105, tradução nossa)

Viudez (1996), como visto, dedica toda a explicação sobre as conjunções concessivas ao *aunque* pontuando seu emprego em situações de segurança em relação ao acontecimento hipotético ou a falta dele. Com esse viés se justifica o uso

de verbos flexionados no indicativo, quando o falante está seguro da concessão, colocando o verbo no presente ou no futuro, e o uso de verbos no pretérito imperfeito do subjuntivo quando a concessão não é segura. No entanto, há contextos em que a flexão do verbo é opcional ao falante, o que, de certo modo, vai contra a justificativa de concessão e flexão de verbo dada anteriormente.

Na apresentação do livro, a autora diz que seu curso de gramática dispõe ao aprendiz competência linguística e comunicativa, mas na explanação sobre as orações concessivas, a justificativa para a flexão do verbo é opcional, isto é, há uma contradição, pois se o uso do verbo é estabelecido pela concessão hipotética ou não hipotética, e há frases em que isso não se aplica, questiona-se como o aprendiz adquiriria competência linguística em meio a esse impasse, bem como a importância da relação de possibilidade, se é o aprendiz quem decidiria o modo do verbo a ser usado.

Os exercícios de fixação se dão em preencher lacunas, seguindo um modelo e completando. Mais uma vez, voltam às dúvidas com a resolução dos exercícios. No exercício três, pede-se que se completem as frases com o verbo no tempo mais adequado, logo se reitera que algumas vezes há mais de uma possibilidade. Sobre essa consideração, entende-se que a gramática não dá conta de explicar o melhor uso da concessão e essa responsabilidade recai ao falante que pode se confundir facilmente ao se pautar apenas com o que discorre nessa gramática sobre as orações concessivas.

### **2.2.9 Curso Prático de Gramática de ELE - A. Gonzáles Hermoso, J. R. Cuenot y M. Sánchez Alfaro (2006)**

O curso prático de gramática de Gonzáles Hermoso (2006) é uma décima terceira impressão da terceira edição (1995). Seu índice está separado pelas classes gramaticais e a classificação das conjunções está separadas em três itens: (I) as conjunções de coordenação; (II) as conjunções de subordinação; e (III) os valores de *QUE*. Assemelha-se ao modo de classificação da Nova RAE (2011), uma vez que as duas separam as conjunções em aquelas de coordenação e de subordinação.

Para Gonzáles Hermoso (2006), as conjunções de coordenação são palavras invariáveis que constituem um nexos ou união entre palavras ou orações de função equivalente. De modo distinto, Hermoso não separa as conjunções e locuções de

coordenação apenas pelas categorias principais, mas pelas funções que desempenham cada uma delas.

O *aunque* aparece junto a outras conjunções que desempenham a função de oposição entre uma coisa e outra, no entanto, não há exemplos de construções com cada uma das conjunções, somente uma oração com a conjunção *sino*. Nota-se que mesmo sem dar o nome da conjunção, entende-se que se trata de uma conjunção adversativa. Isso demonstra uma abordagem um pouco minimalista e intuitiva de ensino de língua.

As conjunções de subordinação são, em número, reduzidas: *que, pues, si*. Sua quantidade se torna maior pela combinação da conjunção *que* com algumas preposições ou com outras partículas. Posteriormente são classificadas em conjunções e locuções temporais, causais, consecutivas, condicionais, finais, concessivas, comparativas e de modo. No terceiro e último item, Hermoso (2006) faz um detalhamento dos usos de *que* como conjunção, pronome relativo, adjetivo e pronome interrogativo ou exclamativo, bem como o uso dos porquês.

Outra vez, ao classificar as conjunções, Hermoso (2006) não aponta exemplos nem detalhamentos referentes ao uso, apenas uma listagem de acordo com cada função ou categoria. A marca aparece como conjunção concessiva junto a outras conjunções (*aunque, a pesar de que, así, aun cuando, bien que, por más que, por mucho que, si bien, y eso que, etc.*). Nesse segundo item é notório que a classificação é menos intuitiva e mais explícita. As explicações foram direcionadas apenas ao uso da palavra *que*.

#### **2.2.10 Matéria Prima: Curso de Gramática (Níveis intermediário, avançado e superior) de María Luisa Coronado Gonzáles, Javier García Gonzáles e Alejandro R. Zarzalejos Alonso (2009)**

O livro “Matéria Prima – Curso de Gramática”, de Gonzáles (2009), dirige-se a estudantes de espanhol de nível intermediário e avançado e, também, a professores de língua espanhola. Oferece uma descrição ampla e exaustiva da gramática do espanhol tratando a fundo cada um dos temas. Além das estruturas, o livro também atende, de acordo com os autores, a noções, funções e uso em situações reais de fala. Descrevem a língua *estándar* (mesmo sem explicar o termo), usada na Espanha em diferentes níveis e registros.

O compêndio é dividido em trinta e oito temas, tendo cada um deles, as seguintes seções: a primeira, “¿Cuánto sabes?”, faz um levantamento do que o estudante sabe do tema que será abordado; a segunda, “A saber”, desenvolve os conteúdos gramaticais por sua sistematização e exaustividade, e em alguns casos, atividades de reflexão sobre o sistema gramatical; e terceira e última, a seção “Ejercicios”, usada para permitir o estudo independente. O estudo das orações é separado por temas que se diferem em suas construções. Sobre o estudo da marca, tem-se o tema: *Las construcciones concesivas y adversativas*.

Tal capítulo é introduzido na primeira seção, “¿Cuánto sabes?”, por uma propaganda de celular de uma companhia de serviço de telefonia móvel (MoviLine), que diz a seguinte frase: com letras menores: “7 de Mayo. Día de la Madre. Regala MoviLine”, e com maior ênfase a frase: “Y la tendrás siempre cerca. Esté donde esté”. Logo depois, uma foto de um celular e a mensagem ao final da página: “Visite su distribuidor, le esperan grandes ventajas”. Logo em seguida há uma atividade com as seguintes perguntas:

1. ¿A quién se refiere el pronombre “la”?
2. ¿Qué frases vienen a decir lo mismo que “esté donde esté” ?:  
 a) aunque no esté en casa  
 b) a pesar de que no está en casa  
 c) sin embargo, no estará en casa  
 d) esté o no esté en casa  
 e) esté en casa o no  
 f) incluso cuando no esté en casa
3. ¿Cómo completarías la siguiente frase?  
 El anuncio decía que la tendría siempre cerca, \_\_\_\_\_ donde \_\_\_\_\_.

A segunda seção, “A saber”, se divide em três pontos: os nexos adversativos, concessivos e outras construções com valor concessivo. Os nexos são definidos como aqueles que indicam que uma das orações contrasta ou limita (objetiva ou subjetivamente) o cumprimento da outra oração. Não usam o termo “conjunção” em nenhum momento durante o discorrer do tema.

No ponto um, sobre os *nexos adversativos* os autores dizem que estes apresentam uma informação que cria uma expectativa e logo a contrastam ou limitam: *No tengo dinero (expectativa lógica = no puedo comprar nada) pero me voy a comprar otro coche*. Essas orações levam o verbo no indicativo. Os nexos adversativos: *pero*,

*mas, sino, más bien, aunque* são aqueles que contrastam e limitam outra oração. E os nexos: *sin embargo, aún así..., así y todo..., no obstante..., de todos modos..., de todas formas/maneras..., con todo..., a pesar de todo... y (pero) eso sí...* são aqueles que sempre serão seguidos de pausa. Sobre a marca estudada, Gonzáles (2009) define e exemplifica da seguinte forma: *A veces equivale a “pero”: Tiene dinero, aunque no mucho.*

No item dois, sobre os *nexos concessivos*, os autores os definem como aqueles que apresentam um contraste ou limitação que não é suficiente para impedir o cumprimento de uma ação: *Aunque no tengo dinero (= limitación / contraste), me voy a comprar otro coche (= hecho que no se impide).* Os *nexos concessivos* apresentados são: *aunque, así (poco frecuente), a pesar de, pese a, pese a que (formal), a pesar de esto/eso... pese a todo, si bien (formal), aun/incluso + gerundio, incluso si / cuando aun si / cuando, porque, y eso que (informal), (y) mira que... (informal);* os que agregam a ideia de intensidade (com indicativo): *(con) lo que, (con) lo, (con) (informales), por más, por mucho/poco, por muy/poco, por mucho(s)/a(s)/poco(s)/a(s).*

Os autores definem o *aunque* como nexo concessivo da seguinte forma: pode ser seguido de indicativo ou subjuntivo. Quando o modo indicativo for usado, a informação se apresenta como nova e confirmada: *aunque tiene mucho dinero, no lo derrocha.* Quando o verbo estiver empregado no modo subjuntivo, a informação se apresenta como sabida ou não confirmada: *aunque quieras ayudarme, no podrás (= dos posibilidades: me has dicho que quieres ayudarme / no sé si querrás ayudarme).* No terceiro item, os autores explanam sobre os nexos com verbos conjugados no indicativo ou no subjuntivo e alguns exemplos. A marca não aparece nesse terceiro item.

Na seção dos exercícios, a marca aparece no primeiro exercício de substituição de nexos, dentre outras conjunções, aparentemente com valor similar, contudo sem separá-las em adversativas e/ou concessivas (*pero, aun cuando, de todas maneras, cuando*). No quarto exercício, pede-se que se construam frases com *aunque* de acordo com as situações apresentadas. Da mesma forma que no primeiro exercício, não há separação entre os valores adversativos e concessivos da marca. As informações contidas na segunda seção são insuficientes para o estudante, mesmo de nível avançado, determinar o valor da marca nas frases expostas. Assim temos a seguinte construção:

a) *Un ecologista que tiene mucho dinero:  
“tener dinero” – “no comprarse un coche”*

Respostas possíveis:

*El ecologista, aunque tiene dinero no compra un coche.*

*No compra un coche, aunque tiene mucho dinero.*

*Aunque tenga dinero no compra un coche.*

*No compra un coche, aunque tenga mucho dinero.*

A partir dessas possibilidades pode-se fazer as seguintes indagações: Quem determina qual das possíveis respostas está correta? Qual o valor da marca nas possibilidades de respostas? Qual teoria de aprendizagem o corretor das respostas usa para determinar o certo e o errado? Diante de tais interrogações, nota-se, mais uma vez, quão falha é a gramática, que não determina a marca nem consegue diferenciar o valor da conjunção entre adversativa ou concessiva.

### **2.2.11 Gramática española – Método práctico – Carmen Gutiérrez (2009)**

A gramática de Gutiérrez (2009) pretende apresentar um método prático e facilitado para orientar e guiar estudantes do idioma que, em certas ocasiões, é complicado e complexo. Considera-se que não basta memorizar regras gramaticais de maneira mecânica, mas saber empregar em sua comunicação habitual, tanto oralmente como por escrito, este o ponto mais importante da obra juntamente com seu enfoque didático.

Pressupõe-se, na gramática de Gutiérrez (2009), que além de saber o significado das palavras, como disposto num dicionário, é necessário utilizar corretamente esse conhecimento, de modo que se possa combiná-las umas com as outras. Acredita-se que o uso de qualquer sistema acrescentado a isso, facilitando a compreensão de um idioma, torna-se o que a autora entende por comunicação, na qual deve ser assimilada e difundida de um modo claro e eficaz.

A praticidade usada nessa gramática está nos exercícios de memorização, organizados de acordo com o nível dos aprendizes, em que se permite escrever e responder dentro do próprio livro. Conta também com quadros explicativos e as soluções correspondentes aos exercícios.

Na unidade doze, Gutiérrez (2009) discorre sobre as conjunções definindo-as como aquelas que são utilizadas para unir elementos. Para ela, as conjunções são partes invariáveis da oração que funcionam como nexos ou pontos de união entre elementos equivalentes. De modo claro, a autora distingue os tipos de conjunção: as conjunções coordenantes, que servem para unir elementos que estão no mesmo nível, isto é, que poderiam aparecer isoladamente conservando sua mensagem; e as conjunções subordinantes, que unem elementos que não estão no mesmo nível, um elemento principal rege a aparição de um elemento subordinado, do qual este elemento subordinado tende a ser uma oração.

Nas orações coordenadas, dispõem-se os seguintes exemplos: *Leo y aprendo; ¿Juegas al balón o montamos en bicicleta?; París, es decir, la capital de Francia, es una bonita ciudad.* Assim, dependendo do significado que tenham, as conjunções coordenantes podem ser classificadas em: copulativas, disjuntivas, adversativas, distributivas e explicativas. A marca não aparece em nenhuma dessas classificações, mesmo nas conjunções coordenantes adversativas, as quais são definidas como aquelas que unem dois elementos que estão contrapostos. Gutiérrez (2009) dá como exemplo as conjunções *pero, mas* e *sino*, e alerta para que não se confunda a conjunção *mas*, usada exclusivamente na língua escrita culta, com o advérbio *más*, e a conjunção *sino* com a forma *si no*, de valor condicional negativo.

Nas orações subordinadas, são dados os exemplos: *Estudia mucho porque quiere aprobar; Necesito que me ayudes; Contesté como me dijiste; si vienes no te arrepentirás.* Logo, definem-se conjunções subordinantes como aquelas que sempre introduzem orações que dependem de uma oração principal. E segundo a relação que estabelece com esta oração principal, classificam-se em completivas, causais, consecutivas, finais, modais, condicionais, concessivas, comparativas e temporais.

A marca *aunque* aparece classificada como conjunção subordinante concessiva junto com: *si bien, pese a, por más que, a pesar de que*, e são definidas como as conjunções que introduzem uma objeção ou dificuldade à ação da oração principal. Veem-se os seguintes exemplos: *Aunque no estés preparado debes enfrentarte al problema; Iré, si bien no es lo más aconsejable.* As atividades, no decorrer da unidade, são em sua maioria para a construção de orações, cada uma em seu tópico concernente. Logo no final da unidade há uma atividade geral em que se pede para sublinhar as conjunções encontradas nas orações e dizer a que classe pertencem cada uma delas.

Nessa gramática houve o intento de fazer com que o conteúdo gramatical fosse passado de maneira mais comunicativa. No entanto, a autora parte do pressuposto de que a competência gramatical é suficiente para manter uma comunicação efetiva, esquecendo-se das outras competências tão importantes e necessárias no momento de uso da língua, como a competência sociolinguística, a estratégica, e a discursiva, como apontam Canale & Swain (1980) e Canale (1983). Embora haja exercícios de memorização, estes também não aprimoram a competência comunicativa do aprendiz, uma vez que se pede para criar orações e classificar as conjunções cada uma em sua categoria e subcategoria. Um uso comunicativo desse conteúdo, assim como de muitos conteúdos gramaticais, pode ser feito por meio de textos, diálogos etc., em que se identificam as marcas empregadas de forma autêntica e, a partir disso, identificar o valor de cada uma.

#### **2.2.12 Gramática de espanhol para brasileiros – Esther Maria Milani (2011)**

A gramática de Milani (2011) é dividida em capítulos por suas classes de palavras e variações. Em cada capítulo há, além de um panorama descritivo das classes em quadros, uma breve explicação com definições e exemplos. No décimo quarto capítulo ela escreve sobre as conjunções e as define como palavras que servem para unir dois termos de uma mesma oração ou duas orações, logo exemplifica. Seus exemplos são em língua espanhola, porém suas explicações em língua portuguesa. É um diferencial em relação às outras gramáticas até agora analisadas.

Em seguida, explica de maneira clara a relação da conjunção e a função que desempenha na oração, se é uma relação de coordenação ou subordinação. Para Milani (2011), conjunções *coordinantes* estabelecem relação entre orações sem haver dependências entre elas, e nas conjunções *subordinantes*, uma oração depende da outra para ter sentido completo.

Após essas explicações, separam-se em dois quadros as conjunções em categorias: dentre as *conjunciones y locuciones coordinantes* estão as copulativas, disjuntivas, distributivas e adversativas. Todas com suas funções e conjunções mais recorrentes. No quadro das *conjunciones y locuciones subordinantes* há as causais, finais, temporais, consecutivas, concessivas e condicionais. A marca estudada aparece nas conjunções coordenantes adversativas, assim explicada: “unem termos

ou orações que se contrapõem entre si, ou seja, apresentam ideias contrárias ou contrastantes” (MILANI, 2011, p. 200). E aparece também no quadro das conjunções subordinantes concessivas, no qual são definidas como aquelas que “expressam uma concessão e, às vezes, uma oposição à ideia expressa pelo verbo da oração principal (MILANI, 2011, p. 200).

Na página seguinte, Milani (2011) dispõe com mais detalhes o uso dessas conjunções com explicações e exemplos, dentre elas, apresenta quadros explicativos e contrastivos com as palavras *heterosemánticas* (com mesma grafia, mas com significado ou função diferente entre o espanhol e o português). Há um tópico exclusivo para explicar o *aunque*, no qual considera seus diferentes correlatos em português e sua aplicabilidade de acordo com a função que desempenha na oração. Milani (2011) define a marca como:

### **Aunque**

- Pode ser conjunção coordenada adversativa ou conjunção subordinada concessiva. Com sentido adversativo (para contrapor um sentido ou outro), geralmente pode ser substituída por **pero**.

-Ya publiqué tres libros, **aunque** me gustaría haber publicado más.

-Me encanta nadar, **aunque** no lo hago con frecuencia.

- Com sentido concessivo, geralmente corresponde ao **ainda que, apesar de que, mesmo que** do português.

-**Aunque** no te guste, tendrás que hacerlo.

-Saldré esta noche, **aunque** llueva.

-No lo podía creer, **aunque** lo veía con mis propios ojos.

- Ao empregar **aunque**, o verbo da oração subordinada deverá estar no indicativo quando o falante tiver conhecimento prévio ou vivência da situação mencionada. Em geral, indica uma ação concreta, real, que de fato ocorre.

-**Aunque** me dedico muchas horas al estudio, no consigo hablar inglés perfectamente.

-**Aunque** llueve mucho aquí, es un lugar muy agradable para mí.

- Ao empregar **aunque**, o verbo da oração subordinada aparecerá no subjuntivo quando o falante não tiver conhecimento prévio ou vivência da situação mencionada, ou ainda quando não lhe interessar demonstrar ou assumir essa falta de conhecimento ou vivência. Em geral, indica uma ação possível, provável, hipotética, mas nem sempre realizável.

-**Aunque** me dedique muchas horas al estudio, no conseguiré<sup>17</sup> hablar inglés perfectamente.

<sup>17</sup> Conquistaré seria melhor escrito “conseguiré”, mas foi preferível deixar como escreveu Milani (2011).

-**Aunque** me encante el contacto con el agua, no aprenderé a nadar.

- As expressões **a pesar de que, pese a que, por más que** empregam-se como **aunque** e podem utilizar o verbo tanto no indicativo como no subjuntivo. Veja os exemplos:

-**A pesar de que** se lo he repetido / haya repetido mil veces, no me comprendió.

-**Por más que** lo intento / intente, no consigo hacerlo parar de llorar.

-**Pese a que** estábamos / estuviéramos todos muy cansados, nos quedamos hasta el final de la clase.

- As expressões **por mucho que, por poco que** têm o significado de **aunque** e utilizam o verbo sempre no subjuntivo.

-**Por mucho que trabajen**, no conseguirán terminar el trabajo para mañana.

-**Por poco que te alimentes**, ya te sentirás más fuerte.

(MILANI, 2011, p. 202 e 203)

De maneira bem detalhada, Milani (2011) exemplifica cada correlato de *aunque* em português, suas funções e usos. Assim como trabalha todos os correlatos da marca, discorre também sobre as conjunções: *mientras, en cuanto / apenas, cuando, conque, luego, así que, como, si, siempre que*, explanando seus correlatos e diferentes aplicabilidades tanto no espanhol quanto no português. No final de cada capítulo, o livro traz uma série de exercícios funcionais, e no caso do capítulo quatorze, sobre as conjunções, pede-se para: completar orações com a conjunção adequada; ler um texto e responder qual das conjunções completaria melhor o sentido das orações destacadas; fazer substituições das conjunções por outras de semelhante valor; e, por último, assinalar alternativas cuja conjunção esteja aplicada de forma correta.

As mudanças entre essa edição (2011) e as anteriores estão principalmente nos exemplos e nas atividades, além da parte visual aprimorada. Em Milani (2000), o exercício que solicita completar com a conjunção adequada uma série de trinta orações é a atividade mais mecânica dentre as edições. Em Milani (2010), tem-se o mesmo exercício, e além dele, há um texto para que se leia e complete as duas atividades subsequentes, a primeira com algumas opções de combinações de conjunções, na qual se deve escolher qual delas se encaixa melhor no texto em partes destacadas, e a segunda atividade, em que há um excerto do texto, e dadas algumas conjunções a serem substituídas por outras com valor similar.

Em Milani (2011), também há atividades contextualizadas, não diferindo das edições anteriores. A autora se destaca com sua gramática dentre as outras analisadas por sua metodologia mais comunicativa e funcional, não apenas ditando regras, mas explicando e exemplificando cada um dos correlatos, contrastando as duas línguas.

### **2.2.13 Gramática Contrastiva del español para brasileños de Concha Moreno y Gretel Eres Fernández (2012)**

Moreno & Fernández (2012) propõem, nesse livro, uma gramática contrastante entre espanhol e português, visando oferecer ao aprendiz brasileiro uma maneira atípica de apresentar as dificuldades próprias do contraste entre línguas relativamente próximas. O objetivo das autoras é oferecer um material que apresente respostas detalhadas às dúvidas sobre o funcionamento do sistema linguístico existente nas duas línguas.

As seções de cada unidade são divididas e definidas pelas autoras em: “*Así lo dicen...*”, na qual se apresentam amostras reais de língua que põem em contexto o tema gramatical a ser trabalhado; “*Reflexiona*”, parte em que se apresentam perguntas sobre a seção anterior com o objetivo de despertar a consciência linguística do leitor; “*Comprueba*”, nesta seção expõe-se detalhadamente a teoria gramatical em diferentes perspectivas; “*Lo decimos igual*”, seção contrastante que se dedica a mostrar as semelhanças entre as duas línguas; “*Lo decimos diferente*”, seção contrastante que chama a atenção para as diferenças entre as línguas; “*Consolida*”, com exercícios práticos contextualizados sobre os temas abordados; e por último “*Chismes lingüísticos*”, uma seção que aparecem curiosidades da língua, origem de expressões e palavras, frases feitas etc.

As autoras partem do princípio metodológico de que o funcionamento da língua vai além dos mecanismos sintáticos, morfológicos e ortográficos. Para Moreno & Fernández (2012) há que se encontrar um equilíbrio entre o sistema e o uso. Intensificaram esforços para aproximar formas ao significado cuidando do que é explícito e implícito na língua. Consideram fundamentais as orientações curriculares nacionais para o Ensino Médio voltadas ao ensino de língua espanhola, nas quais consideram a língua heterogênea e complexa, para isso, com variedade e de maneira

contextualizada, utilizam de amostras selecionadas com exemplos e práticas, além de perguntas para reflexão.

Na décima oitava unidade as autoras discorrem sobre as conjunções coordenantes e subordinantes e as locuções conjuntivas. Antes de apresentá-las em quadros e defini-las, mostram-nas de forma contextualizada em trechos de textos e notícias. Essa iniciativa é muito válida, pois contextualizar os signos e colocá-los em funcionamento na língua facilita a assimilação do aprendiz. No entanto, deve-se dar total importância ao texto usado como apoio para não o desmerecer. Em seguida, no item “*reflexiona*”, pede-se que associe o valor das palavras destacadas e busque o termo equivalente no português.

No item “*comprueba*”, Moreno & Fernández (2012) definem as conjunções coordenantes e subordinantes da seguinte forma:

**As conjunções coordenantes** são aquelas que unem palavras do mesmo nível sintático sem estabelecer dependência entre elas, salvo, como é lógico, las que se derivem do contexto: *He preparado arroz con mijillones y langostinos.*

**As conjunções subordinantes** são aquelas que podem unir uma palavra ou uma oração com outra oração que resulta subordinada: *Ven a verme **cuando** puedas.* (MORENO & FERNÁNDEZ, 2012, p.197 – tradução nossa)

Logo após, as autoras enfatizam o que se aproxima e o que se distancia entre as línguas em relação às conjunções, juntamente com o uso adequado das formas. Destinam um quadro para as conjunções coordenantes copulativas, disjuntivas, distributivas, adversativas e explicativas, com definições e exemplos. Sobre as conjunções adversativas, definem como aquelas que expressam oposição, e para exemplificar, utilizam as conjunções: *pero, sino*, e as formas restritas ao uso literário: *mas* e *empero*. A marca estudada não aparece como conjunção adversativa, tampouco como conjunção coordenante. As autoras não dizem que existem mais conjunções além das mostradas no quadro.

Sobre as conjunções subordinantes, estas são divididas em: consecutivas, causais, finais, temporais, concessivas e condicionais. A marca *aunque* aparece nas conjunções subordinantes concessivas, que são separadas em três grupos: aquelas que admitem flexão de verbos tanto no indicativo quanto no subjuntivo (*aunque, a pesar de que, pese a que, aun cuando, si bien, y eso que, por más que, por mucho*

*que, incluso si*);aquelas que admitem flexão de verbos apenas no indicativo; e aquelas que admitem flexão de verbos apenas no subjuntivo.

De acordo com as autoras, o *aunque*, quando usado no indicativo, expressa uma experiência ou uma informação nova para o interlocutor. Ex.: *Aunque hablan a gritos, no están enfadados*. Quando usado no subjuntivo expressa uma não experiência ou fatos não realizados. Ex.: *Iré al cine aunque Jorge no quiera acompañarme*. Outra forma de uso do *aunque* no subjuntivo, trata-se de quando a informação é compartilhada, manifestando-se indiferença do falante diante do obstáculo. Ex.: *-Tu hija es muy joven, ¿no? -Sí, pero aunque lo sea, ya es catedrática*.

As atividades da seção “*consolida*” são, em sua maioria, de tradução, conversão de diálogos informais para formais e de substituição entre conjunções equivalentes. A marca *aunque* não aparece em nenhum dos exercícios propostos e não são dados os correlatos de sua tradução ao português.

Entende-se, a partir desse capítulo destinado às conjunções, que a marca estudada é uma conjunção subordinante concessiva. No entanto, as atividades não correspondem intimamente sequer ao que é explicado sobre a marca, os exemplos são mínimos e insuficientes para dar conta de toda a complexidade que envolve o *aunque* e seus correlatos ao português brasileiro.

### **2.3 Construções concessivas com base na TOPE**

Neste tópico, busca-se um estudo sobre a construção concessiva a partir de sua origem na retórica, na valorização, no diálogo, na interlocução do sujeito no discurso argumentativo, pois se considera que a enunciação das construções concessivas tem sua influência na linguagem.

Segundo Aguilar (2007), a concessão passou a fazer parte do repertório das gramáticas tradicionais e, de forma mais específica, dos estudos sintáticos somente a partir do século XIX, e quase em sua totalidade, como uma categoria de subordinação adverbial.

No que tange às gramáticas, a classificação das orações que integram um período composto recorre a critérios sintáticos. Assim, quando as orações apresentam uma formação autônoma, são designadas de orações coordenadas, e quando as orações funcionam como termos de outras são chamadas de orações subordinadas e

se classificam em substantivas, adjetivas e adverbiais, por terem funções comparáveis às exercidas por substantivos, adjetivos e advérbios (CUNHA, 2001, p.60).

A autora coloca que a subclassificação das orações subordinadas se efetiva segundo a conjunção ou locução conjuntiva que as lidera. A classificação das conjunções, por sua vez, realiza-se em conformidade com o tipo de ligação que se permitem entre as orações, consideradas subordinativas que ligam duas orações, as quais determinam ou completam o sentido da outra.

As conjunções concessivas dão início a uma oração subordinada admitindo um obstáculo (oposição) à ação principal, mas insuficiente para impedi-la. A princípio, a classificação da oração subordinada concessiva mostra-se condicionada à presença de conjunções ou locuções concessivas. Isso denota que as orações dependentes possuem verbos nominais e nem sempre se iniciam por conectivos, pois é possível encontrar algumas conjunções que pertencem a mais de uma classe gramatical e com seus valores condicionados ao contexto que estão inseridas.

Existe uma grande divergência de ideias entre os gramáticos em decorrência da grande confusão em relação aos critérios adotados para se classificar as orações, ora prevalecendo o semântico, ora o sintático e ora os dois ao mesmo tempo, o que leva alguns gramáticos a atribuírem às conjunções o papel de continuidade do discurso e a percepção de indeterminação dessas unidades no momento da classificação das orações. Outros gramáticos buscam um trabalho mais flexível que, de certa forma, vai assimilando diferentes modos de expressão do pensamento concessivo que independe da presença das conjunções.

Com base na TOPE, o estudo busca refletir sobre as construções concessivas que, por sua vez, têm origem na retórica, o qual leva em conta a valorização do diálogo, da interlocução do sujeito no discurso argumentativo. Desse modo, Aguilar (2007) postula que a concessão pode ser concebida como um fluxo (movimento) argumentativo em dois tempos, sendo o primeiro quando o locutor no início do discurso reconhece a veracidade de um argumento e a dá a seu opositor na discussão e, logo em seguida, faz o enunciado de um contra-argumento com a intenção de limitar e/ou anular a possibilidade da validação posta anteriormente. Em outro momento, o locutor demonstra certa concordância com seu opositor no intento de tirar proveito e/ou evitar que alguma circunstância venha tornar sem efeito seus argumentos.

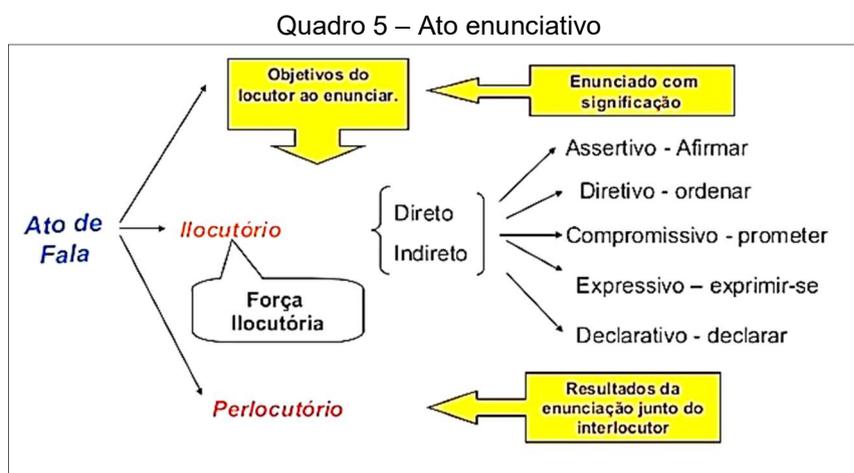
Nessa proposição, Perelman (1996) apresenta algumas características relacionadas à interlocução no processo de argumentação:

Cada vez que se segue o interlocutor em seu próprio terreno é lhe feita uma concessão [...]. A concessão se opõe aos perigos da desmesura; expressa o fato de que se reserva uma acolhida favorável a certos argumentos reais ou presumidos do adversário [...]. Os efeitos da concessão devem ser aproximados daqueles que se obtém ao não se eliminar sistematicamente de uma exposição todas as circunstâncias desfavoráveis (PERELMAN, 1996, *apud* AGUILAR, 2007, p.97).

Nessa reflexão percebe-se que a função mais representativa da concessão está no seu potencial extensivo de suas imposturas e nas forças inerentes aos acordos argumentativos, ou seja, no dinamismo dos processos de argumentação. Sob essa ótica, o autor discorre acerca das atribuições da concessão, ao que foi representado pela negociação, da seguinte forma:

Renuncia-se a uma afirmação que se poderia ter sustentado, ou que terceiros sustentam, mas conservando um traço dela, como prova da riqueza de informação e da clarividência de quem reconheceu o não-valor de uma proposição (PERELMAN, 1996, *apud* AGUILAR, 2007 p.97).

Outro autor relevante é Anscombe (1985), que, ao abordar a característica dialógica da concessão, refuta a ideia de que não existe um sujeito único, pois a concessão consiste numa estratégia discursiva em que a noção de oposição é posta como invariante de todas as formas de concessão, ou seja, o ato enunciativo é diferente para cada enunciador, sendo que cada um identifica e/ou distancia os atos a sua maneira, ainda que haja sempre, nas formas concessivas, certo obstáculo. Nesse sentido, é interessante que seja compreendido pelos falantes os atos de fala, constituídos por aquilo que se diz, por quem diz, a quem se diz, com que objetivos e com que resultados. Observe o esquema a seguir dos atos ilocutórios:



Fonte: <http://image.slidesharecdn.com>

Como se pode perceber, todo ato ilocutório é, por excelência, um ato discursivo, que produz um enunciado e realiza uma ação comunicativa da parte da pessoa que fala e com a intenção de causar efeito na pessoa a quem se dirige.

A partir dessa classificação, posta no esquema apresentado, evidenciou-se que os atos ilocutórios podem se dar de forma direta (referindo-se a tudo aquilo que dizemos e que é literalmente o que queremos dizer. Exemplo: Dá-me o livro) e indireta (quando o sujeito faz um pedido, um convite, dá uma ordem de forma mais sutil. Exemplo: Podes dar-me o livro?), podendo esses serem definidos como:

- Os atos assertivos: expressam um posicionamento, uma afirmativa assumida pelo locutor (a pessoa que fala) se comprometendo e responsabilizando sobre a existência de uma condição (estado) e sobre a verdade da proposição enunciada;
- Os atos diretivos: pretendem, no discurso, conduzir ao outro à realização de uma ação;
- Os atos compromissivos: procuram expressar o compromisso assumido pelo sujeito que fala;
- Os atos expressivos: têm como característica expressar sentimentos, emoções, estados de espírito da pessoa que fala (locutor), exprimindo um estado psicológico, cuja função é impregnar as relações interpessoais;
- Os atos declarativos: expressam uma realidade criada pelo próprio ato de fala, colocando, de forma direta, o locutor em termos de poder criar a realidade associada a atos sociais como instituições (casamentos, julgamentos etc.);
- Os atos declarativos: nesses atos, o locutor, em decorrência de seu regulamento social ou profissional, tem condições de criar uma nova realidade e assumir a verdade do enunciado que produz.

Na verdade, a enunciação enquanto atividade social e interacional se efetiva por meio da língua que, por sua vez, é colocada em funcionamento por um enunciador, tendo em vista um enunciatário, o que evidencia que o produto da enunciação é concebido como enunciado.

A esse respeito, Bakhtin, Benveniste e Ducrot são reportados como os autores mais relevantes. Para eles, é da enunciação que surgem as orientações para o sentido

do enunciado. Isso denota que, embora o enunciado seja uma realidade do discurso e não da língua, o sentido de um enunciado depende do contexto da enunciação.

Segundo a Teoria da Argumentação, na visão de Ducrot (1990) um enunciado é polifônico, pois possui pelo menos três vozes: o sujeito, locutor (L) e enunciador (E). O sujeito empírico é o autor efetivo de um enunciado, e, portanto, não pode ser objeto de análise; o locutor é o responsável pelo enunciado; e o enunciador é o responsável pelos pontos de vista nela expressos.

Os enunciadores são argumentadores, o sentido é argumentativo e se dá por meio da confrontação dos diferentes enunciadores, sendo o primeiro elemento do sentido a apresentação dos enunciados. O segundo elemento do sentido é a atitude do locutor frente a eles, essa atitude pode ser a de assumir, aprovar e/ou rejeitar um enunciador. O terceiro elemento é a assimilação de um enunciado com um sujeito x e o que pode acontecer no discurso. O discurso de um locutor é construído em relação ao de outro, não é, pois, de surpreender que mesmo enunciadores diferentes façam parte da construção do diálogo para a criação de sentido.

Para a teoria culioliana, a atividade da linguagem reporta a uma atividade de produção e aceitação de formas. Do seu ponto de vista, Culioli (1999) afirma que:

Há sempre no sentido mais forte, construção interpretativa dos fenômenos de superfície pelos enunciadores; há sempre proliferação da linguagem sobre ela mesma – temos sempre um jogo de formas e um jogo de significações (CULIOLI, 1999, p.48).

Para ele, existem valores invariáveis de marcadores linguísticos, que passam por ajustamentos de acordo com a significação que é construída a cada enunciado. Ele evidencia ainda que o conteúdo semântico não é determinado e fixo, mas parte de uma definição semântica que é invariável, que permite explicar todos os “sentidos” obtidos pelas marcas linguísticas, as quais dependem das interações para que os sentidos sejam consolidados.

Nessa perspectiva, a construção concessiva com foco nas operações da linguagem concebe os enunciados concessivos como resultado de um conjunto organizado de operações predicativas e enunciativas a partir do nível das noções e de suas relações refletidas por meio das propriedades físico-culturais. Nessa sequência, busca-se compreender o funcionamento concessivo de diversas formas,

remetendo-as a diferentes modos de articulação entre léxico e gramática como componentes suscetíveis de receberem interpretações concessivas.

Após investigadas as definições, os modos de emprego da marca e os conceitos de concessão, far-se-á as análises da marca, estabelecendo variâncias e invariâncias através da atividade metalinguística de parafraseagem.

### SEÇÃO 3 – ANÁLISES

Nesta seção busca-se investigar o valor concessivo da marca em cada um dos seus correspondentes em português, também a passagem do valor concessivo ao adversativo, ou vice-versa, e os marcadores que permitem tal passagem. Na seção anterior abordou-se que as gramáticas classificam a marca em duas categorias: conjunção adversativa nas orações coordenantes e conjunção concessiva nas orações subordinantes. Neste momento, por meio dos enunciados escolhidos para as análises, procura-se, nos níveis predicativo e enunciativo, analisar o grau de concessão disposto por cada um dos correlatos, isto é, verificar se há diferença entre eles e como se dá esse processo de escolha pelo falante.

Igualmente, investiga-se no campo do domínio nocional a marca *aunque*, responsável por introduzir a concessão nos enunciados em língua espanhola e alguns dos seus correspondentes em português (apesar de, mesmo que, ainda que, embora) e observar os processos de estabilização desses enunciados dentro do domínio nocional. Quanto mais perto do centro, maior é o grau de concessão e quanto mais longe do centro, menor será o grau de concessão. Entre o valor de maior grau e o de não concessivo existe uma fronteira imaginária na qual delimita-se a variabilidade de sentido entre os correspondentes de *aunque* do espanhol para o português. Conforme o esquema:

Quadro 6 – Grau de concessão

P = Centro do domínio (Concessão de maior grau)	P' = Centro do domínio (Não concessivo)
$p_i, p_j \text{ e } p_n =$ Variações de grau concessivo	$p'_i, p'_j \text{ e } p'_n =$ Variações de valores não concessivos

Nessa ótica, procura-se compreender, dentre os enunciados escolhidos para análise, os processos linguageiros de representação, referenciação e regulação no sentido de observar a atividade linguística por: nível 1, o epilinguístico; nível 2, o linguístico, cujas representações se dão por meio de marcadores textuais; e nível 3, o metalinguístico, que expressa o nível da observação e manipulação dos enunciados pelo linguista.

Segundo a TOPE (Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas), a enunciação se dá por um ato de construção de um enunciado. A teoria propõe que esse processo seja organizado pelas relações primitivas – atos de linguagem não ordenados, não modalizados e não predicados, pré-assertados e colocados em forma –, o que assegura as relações entre as coisas, atribuindo significado e movimento. O processo de construção do enunciado envolve três etapas fundamentais: a constituição de léxis (um esquema primitivo a todo ato de linguagem); a relação predicativa; e a relação enunciativa.

As relações primitivas conferem à língua uma composição de elementos que se encaixam na busca por um processo de significação a partir de uma construção predicativa e enunciativa. A léxis é uma composição anterior ao ato enunciativo que é possível de ser realizada, pensada como uma conjectura que permite estabelecer uma relação entre o dizível, sua origem e seu objetivo, exemplificado pela proposição:  $x R y$  (sendo:  $x$  = um termo de partida,  $R$  = representa o operador do enunciado e  $y$  = um termo de chegada).

As relações predicativas ordenam os termos da léxis em que o sujeito enunciador decide os termos de origem que estabelece uma relação predicativa com os demais termos, ou seja, antes do ato enunciativo o sujeito estabelece uma relação predicativa entre o que deseja construir e aquilo que se espera que seu interlocutor entenda. As relações enunciativas determinam o sujeito enunciador e a situação enunciativa, isto é, no momento da enunciação, o enunciador dá forma ao sujeito do enunciado e consolida a passagem de um pré-enunciado (o que estava no âmbito da relação primitiva, da léxis e da relação predicativa) para um enunciado. A relação enunciativa materializa todo o processo de constituição do enunciado num enunciado acabado.

Dessa forma, a partir da escolha prévia de enunciados em que a marca seja constitutiva, é estabelecida sua família parafrástica em busca da posição concessiva da marca dentro do domínio nocional. Para isso, utilizaremos de glosas que, segundo Culioli (1999), representam a prática linguagística do sujeito enunciador, diferente da paráfrase, pois esta denomina a atividade regulada controlada pelo observador.

As análises partirão de enunciados em que a marca seja constitutiva, isto é, em língua espanhola, será identificada a léxis, os termos de partida e os termos de chegada, para então, serem analisadas as possibilidades de tradução dessa marca e dos predicativos que a acompanham em língua portuguesa. O analista deste trabalho

encontrou em sua língua materna, o português, por meio de sua familiarização com tal, uma forma de identificar as nuances de sentido, bem como a variedade de correlatos e valores que a marca permite.

Nos dois primeiros enunciados analisados, busca-se identificar, como fora dito anteriormente, a variabilidade do grau concessivo da marca pela correspondência de tradução para a língua portuguesa. No terceiro enunciado, ampliam-se seus correspondentes por tratar de mais um valor, o adversativo. Nesse momento, busca-se entre os correlatos adversativos e concessivos, além dos processos linguageiros que levam a marca a determinado valor, os aspectos que levam o enunciado a manter a concessão mesmo em correlatos adversativos.

### 3.1 Enunciado 1 – Iré aunque esté nevando.

Enunciado (1<sub>0</sub>) *Iré aunque esté nevando*. A partir desse enunciado temos, pela gramática normativa um período com uma oração principal */Iré/* e uma oração subordinada */aunque esté nevando/*. Sua léxis, igual para a língua de entrada e a de saída (espanhol-português), está representada da seguinte forma: (Léxis = ir - /valor concessivo/ - nevar). A partir da representação de entrada da léxis, relaciona-se à família parafrástica desse enunciado:

(1a): Irei *mesmo que* esteja nevando;

(1b): Irei *ainda que* esteja nevando;

(1c): Irei *embora* esteja nevando;

(1d): Irei *apesar de* estar nevando;

(1e): Irei *mesmo* que neve.

(1f): *Mesmo que* neve eu irei.

Esses correspondentes de *aunque* são classificados como conjunção concessiva (*embora*), locuções conjuntivas (*mesmo que*, *ainda que*) e locução prepositiva (*apesar de*), no entanto, todos com valor concessivo na língua portuguesa. Em (1a) o verbo está no subjuntivo, o que a gramática define como uma concessão hipotética, provável, no nível enunciativo, pois tem como pré-construto<sup>18</sup> o seguinte:

---

<sup>18</sup> Chamaremos “pré-construto” toda informação que pode ser depreendida do enunciado em análise por meio de manipulações, o que naturalmente pode trazer algo de subjetivo. Optamos por esse termo

Mesmo que comece a nevar, ele irá. Sua certeza de ir não é questionável, independentemente do tempo instável. Então, nesse caso, o sujeito já sabe da grande possibilidade de nevar, isto é, a concessão não é hipotética na intenção de <ir>, uma vez que, independente do clima, nevando ou não, ele tem certeza de sua ida. A hipótese está empregada na possibilidade de <nevar> que não tem o poder de alterar a intenção de /ir/, está apenas como um obstáculo, uma dificuldade, por isso a concessão é de maior medida em (1a) assim como em (1b).

Em (1b) o verbo se mantém no subjuntivo, nesse caso a concessão é hipotética se considerar que o sujeito não tem conhecimento da instabilidade do tempo. Assim, pela gramática de língua espanhola, para se usar o verbo no subjuntivo o sujeito não pode ter conhecimento do clima. Ver-se-á tal possibilidade: um grupo de amigos irá acampar no fim do mês e decide em grupo confirmar a partida para se organizarem, o que precisarão levar etc. Surge uma pergunta: E se nevar? O sujeito do enunciado, sem mesmo consultar a previsão do tempo, confirma sua ida, e um outro, porém, diz: pela previsão meteorológica, pode nevar na data marcada. O sujeito então declara: Irei ainda que esteja nevando.

A marca *pode* instaurou no enunciado a modalidade epistêmica ao introduzir uma incerteza. Tudo que vem a partir da incerteza de <nevar> fica no campo do provável e do improvável e, assim, se instala a concessão. Entende-se que, nos enunciados (1a) e (1b), ainda não está nevando e apenas há possibilidade, marcando a concessão de nevar ou não, o fato de ir ao acampamento é mantido nos dois enunciados, o que configura concessão de maior medida nos dois.

A marca concessiva no caso dos correlatos /ainda que/ e /mesmo que/ indica uma operação de modalidade e aspecto por situar o enunciado no tempo e no espaço ao referir-se a um futuro em relação à situação de enunciação e ao espaço em que se dá essa enunciação. Para a TOPE, um enunciado só se constitui numa situação de enunciação em que se leva em consideração outros elementos também implicados nas operações enunciativas: temos um enunciado zero, ou de partida, que tem lugar no que é dizível; e um enunciado de chegada, já predicado por outros elementos; e o enunciador.

---

para não remeter a conceitos como “pressuposto”, “subentendido”, “implícito”, utilizados na semântica. Culioli (1990), em artigo publicado em PLE 1, sobre a marca *bien* (p.135-155), utiliza o termo *pré-construit discursif*, que faz parte do que ele denomina “determinações enunciativas”: contexto, situação empírica, pré-construtos discursivos, etc. O autor diz que esse pré-construto pode estar explícito ou não no enunciado em questão. (BIASOTTO-HOLMO, 2012, p. 107)

Para estabilizar esse enunciado precisa-se de: valor referencial de modalidade intersubjetiva, que se define na situação de enunciação a um sujeito enunciador e a um sujeito do enunciado; valor referencial de modalidade epistêmica, quando se encontra possibilidade, probabilidade ou eventualidade; valor referencial de aspecto ao situar marcadores que denotam o tempo da enunciação e o tempo que se refere o enunciado.

Exemplificados nas seguintes proposições:

(1a): Irei, mesmo que esteja nevando. (Modalidade Intersubjetiva: o sujeito enunciador se confunde com o sujeito do enunciado).

(1a<sup>1</sup>): Irei, mesmo que possa nevar. (Modalidade epistêmica de possibilidade).

(1a<sup>2</sup>): Irei, mesmo que provavelmente neve. (Modalidade epistêmica de probabilidade).

(1a<sup>3</sup>): Irei, mesmo que seja possível que neve. (Modalidade epistêmica de eventualidade).

(1a<sup>4</sup>): Irei, mesmo que <hoje não esteja nevando>. (Aspecto de Tempo da enunciação).

(1a<sup>5</sup>): Irei, mesmo que <esteja nevando no dia do acampamento>. (Aspecto de Tempo do enunciado).

Em (1c), também com o verbo empregado no subjuntivo verifica-se uma contradição, pois imprime o fato de já estar nevando, isto é, uma operação qualitativa da relação entre <ser neve> igual a P e <estar nevando> uma ocorrência de P, ou seja,  $p_i$ , numa operação de identificação de dentro do domínio nocional classificada como *tipo* por denotar ocorrências que podem ser identificadas ou diferenciadas entre si com relação a P. Dessa forma, o sujeito tem consciência do mau tempo e da impossibilidade de acampar.

Nesse enunciado, a concessão é empregada em menor medida, pois o sujeito sabe que está nevando e mantém a decisão de ir. O enunciado corresponde a um desvio gramatical com duas possibilidades do enunciador melhor se referenciar, representar e regular seu termo de chegada: conjugar o verbo no indicativo para demonstrar que o sujeito tem consciência do fato de estar nevando, ou transformar a conjunção concessiva numa adversativa:

(1c<sup>1</sup>): Irei, embora [sei que] está nevando.

(1c<sup>2</sup>): Irei, embora (mas) está nevando.

A oração principal /irei/ de (1c<sup>1</sup>), mantém seu sentido completo, enquanto a oração subordinada, aberta pela conjunção concessiva /embora/ demonstra a dependência da segunda oração em relação à primeira. Identifica-se a concessão devido ao fato de que a neve seria obstáculo para a ação do verbo /ir/ na oração principal, porém, não obstante para impedir o sujeito de ir.

A oração principal /irei/, de (1c<sup>2</sup>), é seguida uma oração coordenada, iniciada pela conjunção coordenante /mas/. A neve, nesse caso, é apenas uma informação ou outro fato além de ação de ir. A correspondência da concessão entre os valores concessivos e adversativos será analisada mais detalhadamente no enunciado 3.

Em (1d), assim como em (1c), o enunciado dá a entender que já está nevando no momento da enunciação. O verbo é empregado no infinitivo /estar/ e na forma nominal gerúndio /nevando/. De acordo com Pérez & Gonzáles (2005), o modo das subordinadas concessivas varia de acordo com um fato real, em que o uso do indicativo seja obrigatório, e de um fato hipotético, em que o modo subjuntivo seja o mais adequado. Se o obstáculo /estar nevando/ impede a realização da ação de /ir/ o verbo deve estar no indicativo, no entanto, o obstáculo é insuficiente para impedir a ação de /ir/ e o sujeito tem conhecimento do fato de /estar nevando/ quando reiterou sua posição. No caso de um, suposto ou possível, obstáculo não real, utiliza-se o subjuntivo (PÉREZ & GONZÁLES 2005), o que não cabe nesse enunciado. Temos então um entrave gramatical, um desvio, um ruído.

Como já fora dito, a TOPE se interessa por esses fenômenos, pois no nível enunciativo e discursivo falantes não encontram problema para entender o enunciado (1d): Está nevando e mesmo assim o sujeito irá /acampar/. Assim como diz Aguilar (2007), a concessão está no contra-argumento à realização da ação de /ir/, o fato de estar nevando, que não impede o argumento principal.

Para Viudez (1996), há contextos em que a flexão do verbo é opcional aos falantes. Com essa afirmação, invalidam-se as explicações sobre a flexão do verbo nas orações subordinadas concessivas dadas por ela mesma e por outros gramáticos. Sobre essa questão, Celada & Gonzáles (2015) dizem que tais generalizações sobre os valores desses dois modos verbais são discutíveis, sobretudo na perspectiva enunciativa ou discursiva, uma vez que não dão conta dos diversos efeitos de sentido

que podem levar a aparição de um ou outro desses modos com o marcador *aunque* em uma determinada situação. Os enunciados, criados para exemplificar essas categorizações são vazios de contextos e não conseguem explicar a determinação dos enunciados fora dos exemplos citados.

Nos enunciados (1e) e (1f) houve apenas a inversão do sujeito, usando o verbo no presente do subjuntivo e utilizando a locução conjuntiva */mesmo que/*. Nesses casos, diz-se de uma possibilidade futura. A concessão instaurada é de maior grau, isto é, há incerteza quanto ao mau tempo, mas *mesmo que* neve, o sujeito irá acampar com os amigos. Percebe-se que, nesses enunciados, a concessão colocada se estabiliza dentro de outra noção, a de <estar nevando> (P) e a de <não estar nevando> (P').

Para avaliar as noções discutidas a partir da léxis desse enunciado, instauram-se três domínios nocionais cujo centro *atrator* constrói tais zonas, e são elas: interior */ir/*; fronteira */talvez ir e talvez não ir/*; e exterior */não ir/*. Nessa noção todos os enunciados estão no interior do domínio pela certeza de */ir/* ao acampamento independentemente de qualquer obstáculo.

Na noção de valor concessivo, o “centro *tipo*” do domínio dessa noção estabelece o valor de alto grau de concessão igual a P, nos quais se encontram os enunciados 1a, 1b, 1e e 1f. E como variantes de P,  $p_i$  e  $p_j$ , os enunciados 1c e 1d, com baixo grau de valor concessivo, estão no interior do domínio e mais perto da fronteira em que se encontra o valor de P', de <não concessão>, mantém características de concessão, porém não estão localizados no centro tipificado.

No domínio da noção */nevar/*, no “centro *atrator*” se encontram os enunciados 1c e 1d, isto é, no interior do domínio nocional, os outros enunciados se mantêm do outro lado da fronteira, no exterior, cujo domínio é tudo menos <nevar>. Percebe-se que, entre as noções de valor concessivo e de nevar, há uma operação de diátese em que se estabelece uma ordenação entre noções que estão em relação. Há um localizador <nevar> e dois localizados <estar nevando> e <não estar nevando>. De um localizado a outro o agente recai sobre o valor concessivo. O de menor medida está para o localizado <está nevando> e o de maior medida para o localizado <não está nevando>.

### 3.2 Enunciado 2 – Aunque lo hubiera visto, no te lo diría.

Temos neste enunciado um tempo composto inexistente em português, /hubiera visto/, o qual trata do *pretérito pluscuamperfecto* do modo subjuntivo. Esse tempo verbal desempenha a função geral de designar uma ação que teve lugar antes de um momento determinado do passado ou ações que poderiam ter lugar no passado em outras circunstâncias. No caso do enunciado, além do *pluscuamperfecto*, temos o *diría*, verbo conjugado no condicional, cuja junção dos tempos *pluscuamperfecto* e condicional expressam uma ação passada irreal, isto é, fala sobre um fato que não aconteceu. No entanto, no nível da enunciação, sabe-se que esse tipo de enunciado pode ser usado para mascarar uma informação sem afirmar nem negar uma hipótese.

Diante destas explicações, busca-se traduzir o enunciado ao português com o intuito de, por meio das possibilidades de tradução, buscar o efeito de sentido do marcador concessivo e, também, estabilizar esses enunciados com contextos de direita e esquerda, utilizando-se de glosas<sup>19</sup>, em busca de fenômenos que pareçam imperceptíveis e em seguida problematizá-los e tratá-los. Parte-se da léxis: /marcador concessivo/ ver (no) *decir*.

(2a): Mesmo que o tenha visto, não te diria.

(2a<sup>1</sup>): Mesmo que o veja, não te direi.

(2a<sup>2</sup>): Mesmo que o vira, não te diria.

(2a<sup>3</sup>): Mesmo que o visse, não te diria.

(2b): Ainda que o tenha visto, não te diria.

(2c): Embora o tenha visto, não te diria.

(2d): Apesar de tê-lo visto, não te diria.

Em (2a), o verbo empregado está na forma composta do tempo pretérito mais-que-perfeito do indicativo no português, modo este que expressa uma certeza. Utiliza-se este tempo verbal quando o sujeito pretende expressar um fato ocorrido antes de outro fato já terminado. Percebe-se, então, uma aproximação entre o emprego do *pluscuamperfecto*, do espanhol, e o mais-que-perfeito, do português, sem, entretanto, tratar-se de correspondentes, uma vez que são tempos empregados em modos que

---

<sup>19</sup> Um dos quatro tipos de dados aos quais os linguistas podem relacionar, glosas ou glosas epilinguísticas são os textos produzidos espontaneamente pelos sujeitos, de modo espontâneo ou em resposta a uma solicitação, quando comentam um texto precedente. As glosas formam uma boa parte do discurso cotidiano e tem papel muito importante na desambiguação de enunciados. (BIASOTTO-HOLMO, 2012, p.82)

designam uma possibilidade e uma certeza, respectivamente. Pensamos num contexto de estabilidade para esse enunciado:

Sujeito A: Conta o final do filme?

Sujeito B: Mesmo que o tenha visto, não te diria.

O sujeito A pergunta sobre o final do filme ao sujeito B, o qual se nega a dizer. Pela gramática, o verbo empregado no indicativo denota uma certeza, entende-se então que o sujeito B viu o final do filme. Porém, no processo de regulação, o sujeito A pode não entender o fato de /ver/ como sendo uma verdade. Na variação do enunciado 2 em (2a<sup>1</sup>), o verbo foi empregado no presente do subjuntivo, o que reforça a incerteza de ter ou não /visto/, no (2a<sup>2</sup>) tem-se novamente o verbo no pretérito mais-que-perfeito do indicativo no modo simples, isto é, não composto. No enunciado (2a<sup>3</sup>), o verbo foi empregado no pretérito imperfeito do modo subjuntivo. Neste caso há apenas uma certeza, a de /não dizer/. Esse enunciado poderia se estabilizar com o pré-construto abaixo, e fora dele, o enunciado perderia sua estabilidade e precisaria de uma regulação, isto é, seria agramatical:

Sujeito B: Mesmo que o visse, não te diria, porque todas as vezes que peço para me contar o fim da novela, você nunca conta.

O enunciado (2b) tem a mesma característica do enunciado em que a marca concessiva é o /mesmo que/, pode-se dizer que, neste caso, o /ainda que/ e o /mesmo que/ configuram o mesmo valor semântico em português. O fator determinante é o tempo verbal empregado. No enunciado subsequente (2c) usa-se o correspondente /embora/ que denota uma certeza. Gramaticalmente, este marcador só poderia ser usado no indicativo, pois seu grau de concessão é menor que os correspondentes antecessores.

(2c): Embora o tenha visto, não te diria.

(2c<sup>1</sup>): Embora o vira, não lhe contaria.

(2c<sup>2</sup>): Embora o veja, não te direi.

(2c<sup>3</sup>): Embora o visse, nada diria.

Com os verbos no pretérito mais-que-perfeito na forma composta (2c) e na forma simples (2c<sup>1</sup>), as duas possibilidades não denotam concessão, mas uma certeza: eu vi e, embora o tenha visto, não te diria; eu vi e, embora o vira, não lhe contaria. Com verbos no presente e no pretérito imperfeito do subjuntivo, (2c<sup>2</sup>) e (2c<sup>3</sup>), respectivamente, há mais concessão que nos enunciados anteriores, porém, com concessão de menor grau relativo aos enunciados (2a) e (2b). Para ajudar a comprovar a tese de concessão de menor grau vê-se o seguinte pré-construto:

Sujeito A: Qual a cor dos olhos dela?

Sujeito B: Embora os veja [todos os dias], não consigo me lembrar.

Sujeito A: Viu João hoje?

Sujeito B: Vi, embora o veja [mais tarde] novamente para me despedir.

Sujeito A: Notou alguma coisa diferente no João hoje?

Sujeito B: Embora o visse [toda hora], não notei nada.

Nestas situações, têm-se enunciados com a negativa /não/ e outro sem. Nos dois enunciados com tal vocábulo, a concessiva foi de menor grau, uma vez que em todas, mesmo com o verbo no presente do subjuntivo, o fato de ter visto não foi questionado.

No enunciado (2d), com o correspondente /apesar de/, mantém-se a denotação da concessiva baixa, muito perto da fronteira do domínio nocional /marcador concessivo/. Neste enunciado, constitui-se, de acordo com a gramática, um ruído, pois /ter visto/ não pode ser classificado como um tempo composto nem como uma locução verbal, uma vez que para ter um tempo composto os verbos /ter/ e /haver/ devem ser seguidos de outro verbo na forma nominal na voz ativa, ou passiva junto com o verbo /ser/, mais o verbo principal no particípio.

Voz ativa: Meu ódio por você só tem crescido com nosso convívio.

Voz passiva: Temos sido castigados em todos os aspectos de nossas vidas.

O verbo auxiliar /ter/ precisa vir conjugado para ser considerado como um tempo composto nas duas vozes, e na voz passiva necessita-se de outro verbo no

particípio, antes do verbo principal também no particípio /sido-ser/ e /castigados-castigar/. Na formação de uma locução verbal ou também chamada de locução perifrástica, o verbo auxiliar vem conjugado e o principal empregado no infinitivo ou gerúndio. Exemplos:

- Estou fazendo todo o possível para terminar meu trabalho em tempo.
- Vou terminar todo o trabalho e conquistar meu sonho de ser mestre.

Mesmo com o caráter agramatical, o enunciado (2d) imprime sentido no enunciador e no enunciatário. Para exemplificar o efeito de sentido desse enunciado, voltar-se-á ao pré-construto do primeiro exemplo: apesar de tê-lo visto [o final do filme], eu não te diria. A estabilidade desse enunciado é evidente, não havendo falhas na comunicação entre o sujeito A e o sujeito B.

A partir das análises da família parafrástica do enunciado (2<sub>0</sub>), temos três domínios nocionais, tais quais: o domínio nocional do valor concessivo e o domínio de /ver/, denominando seu centro organizador como *tipo*, por identificar e diferenciar ocorrências entre si com relação a P, representando como o gradiente de alto grau a concessão de maior medida, e o de baixo grau a concessão de menor medida, já no domínio nocional de /ver/, tendo o fato como gradiente de alto grau, e as possibilidades como variantes de P e gradientes de baixo grau; e o terceiro, como centro organizador *atrator*, construído apenas a partir do próprio predicado /dizer/, por determinar sua posição em relação às zonas interior, fronteira e exterior do seu domínio nocional, no qual dispõe-se dos seguintes resultados.

No domínio de valor concessivo temos os enunciados (2a), (2a<sup>2</sup>) e (2b) com valor de maior concessão e mais perto do centro, os enunciados (2a<sup>1</sup>) e (2a<sup>3</sup>) com valor de menor concessão e mais longe do centro, os enunciados (2c) e (2c<sup>1</sup>) mais longe do centro em relação aos enunciados (2a<sup>1</sup>) e (2a<sup>3</sup>), os enunciados (2c<sup>2</sup>) e (2c<sup>3</sup>) mais longe do centro em relação aos enunciados (2c) e (2c<sup>1</sup>) e, por último, o enunciado (2d) à beira da fronteira com o menor grau de concessão de todos os enunciados.

No domínio nocional de /ver/, entre os mais perto do centro *tipo* estão os enunciados (2a), (2a<sup>2</sup>), (2b), (2c<sup>1</sup>) e (2d) denotando a noção /ver/ como um fato, e os enunciados (2a<sup>1</sup>), (2a<sup>3</sup>), (2c<sup>2</sup>) e (2c<sup>3</sup>) como uma possibilidade. No domínio nocional *atrator* de /dizer/, todos os enunciados estão fora da fronteira por significar o contrário de dizer, isto é, não-dizer.

Assim como no enunciado (1<sub>0</sub>), o enunciado (2<sub>0</sub>) também passa pela operação referencial de diátese pela relação entre a noção de valor concessivo e a noção de ver: o localizador <ver> e os localizados <visto> e <não visto>. Considerando <visto> como um fato e o <não visto> como possibilidade, probabilidade ou eventualidade, a concessão se estabelece de acordo com a incerteza do ato de /ver/.

A análise desse enunciado teve um caráter mais adentrado ao nível gramatical para demonstrar o quanto a gramática é falha nas suas categorizações e tende a apagar as nuances significativas das noções, principalmente a noção de concessão. Se há a marca *aunque* e todos correlatos até aqui trabalhados na mesma categoria, isto é, uma conjunção subordinada concessiva, é no nível da enunciação que se depreende seu alto ou baixo grau, em outras palavras, um enunciado concessivo em maior ou menor medida, e essa variabilidade da noção depende dos elementos, já ditos, que constituem a operação <x R y> de enunciação.

Até a análise desses dois primeiros enunciados, foram trabalhados os correlatos de tradução da marca, sempre dentro da mesma categoria, no terceiro enunciado busca-se determinar o grau da concessão entre os centros organizadores *tipo* e *atrator*, e o gradiente de alto grau, tanto em correlatos concessivos quanto nos adversativos. Parte-se da hipótese de que haja concessão mesmo nos enunciados adversativos, ainda que em menor medida. Da mesma forma que nos enunciados 1<sub>0</sub> e 2<sub>0</sub>, iniciaram-se as observações a partir da léxis em língua espanhola, depois se parafraseou tal família para a língua portuguesa, com o intuito de analisar os contextos de esquerda e direita que possam determinar o uso de um correlato e não de outro.

### **3.3 Enunciado 3 – Quería correr, aunque no puedo.**

Como se pode perceber nos dois primeiros enunciados analisados, verificou-se a variabilidade do valor concessivo da marca por meio de seus correlatos em português, e determinou-se que o valor de maior ou menor concessão está ligado com a operação de modalidade epistêmica empregada no modo verbal (indicativo ou subjuntivo), bem como a operação de aspecto pela relação entre o jogo de marcadores existente entre a noção de valor concessivo e a noção de localizador e localizado. Assim como nos enunciados acatados como “corretos” sofrem de variância de sentido, aqueles considerados ruídos, desvios e agramaticais pela norma culta de

ambas as línguas analisadas, encontram-se momentaneamente estáveis no ato enunciativo.

Nesse terceiro enunciado, volta-se às definições da marca dadas pelas gramáticas da Real Academia Espanhola em que a classificam como uma conjunção adversativa. Como aponta Ibarra (1771), as conjunções adversativas servem para expressar alguma oposição ou contrariedade entre coisas ou ações, ou para corrigir ou limitar sua significação, além de atribuir à marca a categoria de conjunção adversativa composta, por aglutinar a conjunção */aun/*, significando */mesmo/* em português, com a conjunção */que/*.

Nesse âmbito, encontra-se um dos grandes problemas dado às categorizações gramaticais. Como fora dito anteriormente, a gramática tradicional não consegue manter suas palavras em categorias fixas, isto é, a marca */aunque/* assume diferentes posições de acordo com a construção do enunciado. Da gramática da Real Academia Espanhola, de 1771 para a de 2011, houve uma evolução na categorização da marca e ao mudar a marca de conjunção adversativa para concessiva, altera-se também a estrutura da oração, de coordenada para subordinada. No entanto, essa mudança não é clara nem objetiva, ficando à mercê dos interlocutores atribuírem o sentido que melhor cabe à marca no ato enunciativo.

Para exemplificar a dificuldade em analisar morfossintaticamente de acordo com as definições dadas à marca, analisa-se o seguinte enunciado: (3<sub>0</sub>) *Quería correr, aunque no puedo*. Com valor adversativo, temos duas orações coordenadas, e com valor concessivo, uma oração principal e outra subordinada, dependente dela para obter sentido completo. Percebe-se no enunciado que existe concessão, mesmo que lhe seja atribuída o valor adversativo. Para analisar de modo mais claro, temos as possibilidades de tradução:

Quadro 7 – Conjunções e locuções conjuntivas (adversativas ou concessivas)

<b>Conjunções ou locuções adversativas</b>	<b>Conjunções ou locuções concessivas</b>
(3a): Quería correr, <i>mas</i> não posso.	(3f): Quería correr, <i>embora</i> não posso.
(3b): Quería correr, <i>entretanto</i> não posso.	(3g): Quería correr, <i>apesar de que</i> não posso.
(3c): Quería correr, <i>no entanto</i> não posso.	(3h): Quería correr, <i>mesmo que</i> não posso.

(3d): Queria correr, <i>contudo</i> não posso.	(3i): Queria correr, <i>ainda que</i> não posso.
(3e): Queria correr, <i>porém</i> não posso.	

Como se percebe, a marca pode ser traduzida por diversas conjunções com valores diferentes e uma simples tradução não determina, por si só, se a oração é coordenada ou subordinada, logo depende do campo semântico para atribuir valor à marca.

Para a TOPE, de acordo com Zavaglia (2016, p.64 - 67) as palavras das línguas não se encaixam de maneira fixa nas classes de categorias, tal como pregam as gramáticas tradicionais e normativas; a relação entre as palavras e as categorias não pode ser dada de antemão, elas variam e, mesmo considerando essa variabilidade latente, não são dadas explicações satisfatórias por tais gramáticas. Essas classificações são etiquetagens de Nível 2 que não consideram a relação entre esse nível e o Nível 1; em outras palavras, porque não se considera na classificação a atividade de linguagem e tudo que a envolve: situação de enunciação, sujeito enunciador, sujeito a quem se destina o enunciado, tempo de enunciação e tempo do enunciado etc.

Dessa forma, a teoria parte de um grau zero de categorização para procurar os elementos que marquem as operações enunciativas gerais nas diferentes línguas. Pode-se dizer que na TOPE existe um *funcionalismo radical* do conceito de *transcategorialidade*, que não é nada mais do que a soma da fluidez com a polivalência categoriais (ZAVAGLIA, 2007. p.67 ).

Em (3<sub>0</sub>), antes de analisar as possibilidades de tradução da marca, procura-se encontrar as operações que lhe atribuem os diferentes valores. As operações aspectuais desse enunciado o situam no espaço e no tempo da enunciação, o */aunque/* corresponde a uma posição que fica entre uma noção gramatical e marcadores específicos que fazem referência ao plano do que é predicado no enunciado, isto é, a partir da marca é possível criar fronteiras e localizar na ordem do tempo e do espaço seus valores aspectuais de quantidade, na construção de uma ocorrência, e de qualidade, na caracterização dessa ocorrência. Como em:

(3a): Queria correr, *mas* não posso.

(3i): Queria correr, *ainda que* não posso.

Entre querer correr e não poder há uma justificativa, uma marca que quantifica o quanto não se pode correr ou por quanto tempo não se pode correr e qualifica o porquê de não poder correr. Em (3a), não se pode correr devido a uma impossibilidade física, uma debilidade pessoal que impede de praticar a corrida. Neste caso, vê-se um processo de modalidade em que a marca oscila entre um valor assertivo positivo em <vou correr>, e negativo em <não vou correr>, e num valor injuntivo que fica entre <eu quero correr> e <não posso correr>.

Ao mudar a situação de enunciação de (3a) em português para <eu queria correr, mas [não posso] porque minha mãe não deixa>, e em espanhol para <Quería correr [en el comedor], aunque mamá no lo deja>, a modalidade muda para o valor intersubjetivo pela relação estabelecida entres os enunciadores, relação essa marcada pela expressão de valor da <permissão>.

Em (3i), a modalidade marca apreciações sobre a relação predicativa de <não-poder> e <poder>. Na operação de determinação de varredura, o eu-enunciador tem todas as propriedades necessárias para correr e também a propriedade de querer correr, mas algo lhe impede por determinado tempo. Assim temos em (3i<sup>1</sup>) e (3i<sup>2</sup>):

(3i<sup>1</sup>): Queria correr, *ainda que* não <posso> / <tenho tempo>.

(3i<sup>2</sup>): *Ainda que* eu queira correr, não posso por falta de tempo.

O enunciador quer correr, tem todas as propriedades de um corredor, mas não tem tempo, por isso não pode correr. O tempo pode ser marcado aspectualmente na noção de poder: entre <não posso> para sempre, e <não possa> por determinado período. Como em (3f) e (3f<sup>1</sup>):

(3f): Queria correr, *embora* não posso.

(3f<sup>1</sup>): Queria correr, *embora* não possa.

Em (3f), o enunciador não pode correr por nunca ter tempo e, em (3f<sup>1</sup>), não pode correr até terminar uma etapa em que o enunciador não tenha tempo. Isto é, o tempo em (3f<sup>1</sup>) é modalizado epistemicamente entre o certo <a falta de tempo findará> e o incerto <não sei quando>. Como já foi mencionado, o marcador /*embora*/ de antemão já denota uma verdade, no entanto a modalidade epistêmica empregada no

verbo altera essa denotação pelos valores de possibilidade, probabilidade ou eventualidade, como nas variações do pré-construto de (3f<sup>1</sup>) a seguir:

(3f<sup>1.1</sup>): Queria correr, embora não possa [agora], pode ser que dê tempo mais tarde.

(Possibilidade ou p'<sub>i</sub>)

(3f<sup>1.2</sup>): Queria correr, *embora* não possa [hoje, provavelmente amanhã estarei livre].

(Probabilidade ou p'<sub>j</sub>)

(3f<sup>1.3</sup>): Queria correr, *embora* não possa, devido à chuva. (Eventualidade ou p'<sub>n</sub>)

O grau concessivo nesses enunciados está em maior medida no enunciado (3f<sup>1.1</sup>), menos concessivo no enunciado (3f<sup>1.2</sup>) em relação ao (3f<sup>1.1</sup>) e menos concessivo ainda no (3f<sup>1.3</sup>) em relação ao enunciado (3f<sup>1.2</sup>). Isto é, quanto maior a incerteza do sujeito em <correr>, maior a concessão empregada na conjunção. Essa variabilidade do valor de alto grau fica melhor marcada pela operação de determinação no resultado das operações de quantificação e qualificação da noção <poder> acurada nos enunciados (3f) e variantes, pelas operações de extração, flechagem e varredura exemplificadas a seguir:

Dispõe-se da noção de <poder> igual a P, e tudo menos <poder>, ou <não-poder>, igual a P'. Na operação de extração, tem-se a noção de poder dentre todas as possibilidades (posse, ser capaz de, estar sujeito a, ter força física para, ter a faculdade de, etc.), uma a qual nos dá sentido ao enunciado [disposição física ou de tempo para <correr>]. Ou seja, dentre todas as significações da noção <poder>, extrai-se uma, a de <poder> ou <não-poder> correr.

Na operação de flechagem, identifica-se uma ocorrência de <poder> ou <não-poder> dentro das ocorrências citadas em (3f), (3f<sup>1.1</sup>), (3f<sup>1.2</sup>) e (3f<sup>1.3</sup>), em que todas as ocorrências estão fora do interior da noção <poder>, isto é, são ocorrências da noção <não-poder> nas quais se encontram perto da fronteira entre uma noção e outra. Pela operação de flechagem identificam-se as ocorrências e, a partir delas, há a possibilidade de escolher entre indicar possibilidade (3f<sup>1.1</sup>) ou p'<sub>i</sub>, probabilidade (3f<sup>1.2</sup>) ou p'<sub>j</sub>, ou eventualidade (3f<sup>1.3</sup>) ou p'<sub>n</sub>.

Na operação de varredura, passa-se por todas as ocorrências sem fixar-se em nenhuma, ou seja, há as opções de conferir possibilidade, probabilidade ou eventualidade, mas prefere-se permanecer em (3f) sem pinçar em nenhuma variedade de P ou P'.

Com essas análises, verifica-se que a invariância da marca *aunque*, e de seus correlatos de tradução, tornou-se dificultosa por razão dos distintos sentidos que a marca permite conferir aos enunciados conforme a passagem de um nível a outro (metalinguístico, linguístico e linguagístico). E, mesmo fazendo-se as análises em língua portuguesa, todos os correlatos são cabíveis de tradução do português para a marca em espanhol, inclusive nas glosas.

Percebe-se que o movimento da noção de concessão atribuída em cada um dos enunciados mostra que sua instabilidade é permanecer sempre dentro do domínio tipificado de P e de todas suas ocorrências, mesmo quando o ponto de estabilidade se encontra mais perto da fronteira, como nos casos em que a marca pode ser traduzida por uma conjunção adversativa.

As definições dadas de antemão pelas gramáticas evidenciam a distinção entre o valor adversativo e o concessivo pelo caráter coordenador e subordinador da conjunção. Nota-se que essas definições não se aplicam à marca, já que há concessão em qualquer correlato de tradução, variando suas medidas pelo conceito de gradiente de alto grau.

Assim como apontam Celada & Gonzáles (2015), o valor concessivo da marca não pode ser pautado apenas pelo modo verbal empregado no enunciado, isto é, os contextos de direita e esquerda contribuem para a estabilidade do valor concessivo, fazendo com que cada enunciado signifique ou se estabilize de acordo com a situação de enunciação. Acionam-se, assim, os processos de quantificação e qualificação da noção, bem como processos de modalidade, aspecto e diátese.

A variância da noção de P pode ser quantificada em maiores ou menores graus de concessão e, também, qualificada em modalidades epistêmicas (possibilidade, probabilidade ou eventualidade) ou modalidade intersubjetiva de permissão, como exemplificada na glosa do enunciado (3a). O processo aspectual reforça tal variância com a relação entre o tempo do enunciador e tempo do enunciado. O processo de diátese estabelece o alto grau de concessão na relação entre a noção de concessão e outra noção (estar/nevar, ver/dizer, poder/correr).

Ao findar das análises, ver-se-ão, na próxima seção, as considerações finais do autor desta dissertação.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, propôs-se o estudo do que se convencionou conceituar “conjunção concessiva”, mas, especificamente, propôs-se o estudo dos correlatos de tradução de *aunque* da Língua Espanhola para a Língua Portuguesa. Buscar respostas para a escolha desses correlatos em momentos de transposição de uma língua a outra. A escolha da marca deveu-se a uma situação em que se fazia necessária a tradução de *aunque* em textos acadêmicos que ora se usava um correlato, ora outro, sem haver, no entanto, uma explicação para justificar tais escolhas. Como já demonstrado, a gramática por si só não responde a essas indagações e por isso aderiu-se à abordagem da TOPE no intuito de investigar o valor da concessão em cada tradução, bem como o fator que determina a escolha do correlato mais adequado.

Experiências vivenciadas pelo autor desta dissertação também motivaram a pesquisa. Inicialmente, o gosto pela Língua Espanhola era considerável, e torná-la objeto de trabalho em aulas de língua estrangeira fez com que o interesse pela leitura de textos autênticos se expandisse. No entanto, a dúvida sobre o valor concessivo da marca se instaurou de tal forma que se percebeu a necessidade de respostas que, até então, eram apenas vislumbres de uma experiência.

Por essa abordagem teórica a que se propôs investigar o uso da marca, pode-se notar que o conceito de classes de palavras é inoperante, isto é, a marca não pertence a apenas um tipo de conjunção, devido ao movimento significativo do valor concessivo representado nas análises. Assumindo esses pressupostos, as análises foram desenvolvidas a partir de suas ocorrências em um *corpus* extraído das próprias gramáticas investigadas. Nesse *corpus*, todas as ocorrências da marca fazem jus apenas aos exemplos dados às definições, e deu-se, poucas vezes, crédito a seu caráter variável e invariável, trata-se então de enunciados descontextualizados e sem estabilidade.

Empregando-se a metodologia de análise fornecida pela Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, decorreu-se a manipulação dos enunciados de partida que resultou no desenvolvimento de glosas epilinguísticas proeminentes aos objetivos da pesquisa. Nessas glosas houve o intento de encontrar a estabilidade dos enunciados, mesmo que momentaneamente, a fim de explicar pelo nível da

enunciação ou, até mesmo, pelo caráter contraditório da classificação gramatical, acerca da regência do valor concessivo e de seus contextos de direita e esquerda.

Também se pôde evidenciar a complexidade das representações mentais por meio dos estudos da teoria, uma vez que, os processos de representação, referenciação e regulação dependem da experiência que o sujeito demonstra nas escolhas que regem o processo enunciativo, sobretudo, nas marcas linguísticas de sua fala.

A TOPE estabelece a indeterminação como algo constitutivo da linguagem, a produção e o reconhecimento de textos como resultantes da articulação entre léxico e gramática. A escolha do marcador *aunque* justificou-se pela instabilidade de sentido de seus correlatos, sobretudo, quando a marca é traduzida para o português. A partir desse questionamento, buscou-se na TOPE um caminho em que pudesse se investigar, pelo processo inverso ao da gramática, de categorização de palavras em classes, o que leva a eleger entre um correspondente em detrimento do outro.

Por meio do levantamento dos conceitos tradicionais aferidos à marca, observou-se que se tratava de uma conjunção de valor duplo, na qual se podia subordinar ou coordenar orações. Em ambos os casos, a marca culminou concessão, em maior ou menor intensidade, isto é, quando se pretende contrapor um sentido ou outro em orações coordenadas, geralmente pode-se substituí-la por *pero*, outra conjunção coordenante adversativa. Embora haja concessão, esta se dá em menor medida, pois designa uma objeção apenas parcial na oração principal.

Nos casos em que a marca recebesse valor de conjunção subordinante, a concessão se daria quando o verbo estava no indicativo ao subentender que o enunciador teria conhecimento prévio da situação. Já quando o verbo da oração aparecesse no subjuntivo, ou o falante não teria conhecimento prévio da situação de enunciação ou faltar-lhe-ia interesse em assumir a ausência desse conhecimento, indicando assim uma ação possível, provável, hipotética, ou seja, concessiva em maior medida.

Para denotar concessão em maior medida os correspondentes */ainda que/* e */mesmo que/* junto ao processo de modalidade epistêmica concedem ao enunciado maior estabilidade. E para indicar concessão em menor medida os correlatos */embora/* e */apesar de/* são mais indicados.

Quanto à denotação de menos concessão, é recomendável ter em mente se o obstáculo impede, ou apenas dificulta, a ação em que se aplica concessão. Entre o

obstáculo e a dificuldade, tem-se o valor dito adversativo e concessivo, dos quais contém o mesmo núcleo, cujo valor esteja interligado: em situações de enunciação em que a marca adquire valor adversativo, poder-se-á haver concessão, e em situações de enunciação em que a marca ganha valor concessivo, poder-se-á haver valor adversativo.

Essa inconstância de valores é aparada por correntes gramaticais na tentativa de frear suposições que contrariem suas definições morfológicas para tais correlatos. Ao tentar fixar vocábulos em categorias gramaticais específicas, tais correntes cometem o equívoco de não prever tamanha variação enunciativa dessas marcas, que ocorre devido ao imenso caráter de plasticidade da língua.

A pesquisa da dinâmica enunciativa da marca *aunque* e seus correlatos para o português contribui para mostrar, por meio da TOPE, a variabilidade de sentidos empregados em palavras, sobretudo naquelas de caráter exclusivamente gramatical, outrora analisadas. Portanto, a variância tal qual o grau de concessão deve-se à situação de enunciação, entre outros elementos à aplicação dos sentidos atribuídos nos correlatos da marca estudada, bem como a invariância desta, a qual instaura o valor concessivo em quaisquer circunstâncias.

No mais, cabe dizer que, neste ponto, ao fim desta dissertação, o autor almeja que tal pesquisa apenas seja o ponto de partida para muitas outras que, por meio da TOPE, façam jus aos preceitos propostos por esta teoria.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguilar, Cristiane Balestrieiro dos Santos. *Operações enunciativas e valores referenciais: Estudo da marca APESAR DE*. / Cristiane Balestrieiro dos Santos Aguilar. São Paulo, 2007.

ASSIS, Juliana Alves. *Enunciação/enunciado*. Disponível em: <ceale.fae.ufmg.br>. Acessado em: 01/10/2016.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes. 1988.

\_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes. 1989.

\_\_\_\_\_. *O homem na língua*. In: *Problemas de linguística geral I*. São Paulo: Pontes, 1991.

COROMINAS, Joan. *Breve diccionario etimológico de la lengua castellana*. 3ª Ed. Revisada. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1987.

COSTA, W. C. *O texto traduzido como re-textualização*. Caderno de Traduções n. 16, vol. 2, 2005. Disponível em: <http://www.cadernos.ufsc.br/online/cadernos16/walter.pdf>>. Acesso em: 1/11/2005.

CULIOLI, A. *Variations sur la linguistique: Entretiens avec Frédéric Fau*. Paris, Klincksieck, 2002.

\_\_\_\_\_. *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations*. Tome 1. Paris: Ophrys, 1990.

\_\_\_\_\_. *Pour une linguistique de l'énonciation. Formalisation et opérations de repérage*. Tome 2. Paris: Ophrys, 1999a.

\_\_\_\_\_. *Pour une linguistique de l'énonciation. Domaine notionnel*. Tome 3. Paris: Ophrys, 1999b.

\_\_\_\_\_. *Cognition and representation in linguistic theory*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1995.

\_\_\_\_\_. Un point de vue énonciatif sur la traduction: propos recueillis par Jean-Luc Goester. *Le français dans le monde – recherches et applications: retour à la traduction*. Collection Recherche, août/sept. 1987. p. 4-10. Numéro spécia

\_\_\_\_\_. *Transcription du Séminaire de DEA: "Recherche en linguistique: Théorie des Opérations Enonciatives"*. Paris: Université de Paris VII, 1976.

\_\_\_\_\_. *La communication verbale*. In: *L'homme et les autres*, n. 4, Encyclopédie des sciences de l'homme: l'aventure humaine. Paris: Grange Batelière, 1967.

CUMPRI, M. L. *Em defesa de uma gramática operatória: retrospectiva linguística. Inventário* (Universidade Federal da Bahia. Online.), v. 9, p. 1-13, 2011b. Disponível em:

<http://www.inventario.ufba.br/09/9/EM%20DEFESA%20DE%20UMA%20GRAM%C3%81TICA%20OPERAT%C3%93RIA.pdf>. Acessado em 06 de jul.de 2016.

CUMPRI, Marcos Luiz. *Contribuições ao estudo da ambiguidade da linguagem: uma proposta linguístico-educacional*. Araraquara. 2012. 250f. Tese (doutorado em linguística e língua portuguesa). - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2012.

*Diccionario de uso del español de América y España*. 1ª ed. Barcelona: Vox, 2002.

DUCROT, Oswald. *Polifonía y argumentación – conferencia 1, 2 y 3*. In: Seminario de la Teoría de la argumentación y análisis del Discurso. Cali: Universidad Del Valle, 1990.

FUCHS, Catherine. *Diversité des representation linguistiques: quels enjeux pour la cognition?* In: FUCHS, C.; ROBERT, S. (eds.). *Diversité des langues et representations cognitive*. Paris: Ophrys, 1997.

FUZER, Cristiane (2004). *A linguística no tempo: ponto de vista sobre a linguagem*. Disponível em: [http://jararaca.ufsm.br/website/l8lc/download/artigo08\\_2/Cristiane.pdf](http://jararaca.ufsm.br/website/l8lc/download/artigo08_2/Cristiane.pdf). Acessado em 06 de jul.de 2016.

FLORES, Valdir do Nascimento; et al. *Enunciação e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2008. (p. 13-48)

GILI, Óscar Cerrolaza. *Diccionario práctico de gramática*. 1ª ed. Edelsa Grupo Dediscalia, S. A. Madrid, 2005.

GONZÁLES HERMOSO, A. *Curso práctico gramática de español lengua extranjera*. /A. González Hermoso, J. R. Cuenot y M. Sánchez Alfaro. 3ª ed., EDELSA Grupo Didascalía, S.A., España, 1995.

GONZÁLES, M. L. C. *Materia prima: curso de gramática*. / María Luisa Coronado González, Javier García González, Alejandro R. Zarzalejos Alonso. 5ª ed. SGEL, 2009.

GUTIÉRREZ, Carmen Gutiérrez. *Gramática española - Método práctico*. 1ª ed. Editorial Everest, S. A. León-España, 2009.

JUSTE NUÑEZ, Milagros. *Gramática práctica de español para brasileños*. / Milagros Juste Nuñez. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

KAUFMAN, A. M. e Rodriguez, M. H. *Escola, Leitura e Produção de Textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MILANI, Esther Maria. *Gramática de espanhol para brasileiros: volume único*. / Esther Maria Milani. – 4. ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

MOLINER, María. *Diccionario de uso del español*. / Annie Jarraud Milbeau, Silvia Ramón Jarraud, Fabián Ramón Jarraud, Helena Ramón Jarraud. 2ª ed. Editorial Gredos, S. A., Madrid, 1998.

MORENO, C., FERNÁNDEZ, G. E. *Gramática contrastiva del español para brasileños*. / Concha Moreno, Gretel Eres Fernández. 2ª ed. SGEL, 2012.

MOUNIN, G. *Os problemas teóricos da tradução*. (Trad. Heloysa de L. Dantas). São Paulo: Editora Cultrix, 1975 [1963].

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação*. A nova retórica. Tradução de Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PÉREZ, A. A., & GONZÁLEZ, R. S. *Gramática práctica del español actual*. 1ª ed. Madrid: SGEL, 2005.

Real Academia Española, *Gramática de la lengua castellana compuesta por la Real Academia Española*. D. Joachin de Ibarra. Madrid: Impresor de Cámara de S. M., 1771.

Real Academia Española. *Nueva Gramática de la lengua española MANUAL*. 1ª ed. – España: Espasa Libros, 2010.

Real Academia Española. *Nueva Gramática Básica de la lengua española*. 1ª ed.– Buenos Aires: Espasa, 2011.

REZENDE, L. M. *Gramática e ensino de língua*. *Estudos Gramaticais*. Araraquara, n.1, ano III, Série Encontros, UNESP., 1989.

\_\_\_\_\_. *Léxico e gramática: aproximação de problemas linguísticos com educacionais*. v.1. Tese (Livre Docência). Araraquara-SP, UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Articulação léxico-gramatical: um estudo sobre a nominalização*. In: Rezende, Leticia Marcondes; Dias-da-Silva, Bento Carlos; Bertucci, Jilana Barbosa. (Org.). *Léxico e gramática: dos sentidos à construção da significação*. 1ªed.Araraquara: Cultura Acadêmica Editora, 2009, v. 16, p. 307-323.

SÁNCHEZ LOBATO, J. e I. Santos Gargallo. Vademécum para la formación de profesores. *Enseñar español como segunda lengua/lengua extranjera*. Madrid: SGEL, páginas 449 - 465. In.: IRAGUI, Jasone Cenoz. El concepto de competencia comunicativa.

[http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca\\_ele/antologia\\_didactica/enfoque\\_comunicativo/cenoz03.htm](http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/antologia_didactica/enfoque_comunicativo/cenoz03.htm), acessado em 11/07/2016.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Brikstein, 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1971.

VIUDEZ, Francisca Castro. *Uso de la gramática española*. Nivel elemental. 1ª Ed. Edelsa Grupo Didascalía, S. A., 1996.

\_\_\_\_\_. *Uso de la gramática española*. Nivel avanzado. 1ª Ed. Edelsa Grupo Didascalía, S. A., 1996.

\_\_\_\_\_. *Uso de la gramática española*. Nivel intermedio. 1ª Ed. Edelsa Grupo Didascalía, S. A., 1996.

VOGÜÉ, Sarah de. Invariance culiolienne. In: DUCARD, D. e NORMAND, C. (Dir.). *Antoine Culioli: Un home dans le langage*. Paris: Ophrys, 2005, p. 302 – 331

ZAVAGLIA, Adriana. *Pequena introdução à teoria das operações enunciativas*. / Adriana Zavaglia. 1. ed. – São Paulo: Humanitas, 2010.

\_\_\_\_\_. *Pequena introdução à teoria das operações enunciativas*. / Adriana Zavaglia. 2. ed. – São Paulo: Humanitas, 2016.